



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 183.4.55.O**

**DATA: 11/07/18**

**TURNO: Matutino**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 9h29min**

**TÉRMINO: 17h19min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

**Ata da 183ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª legislatura, em 11 de julho de 2018**

**Presidência dos Srs.:**

**JHC, 3º Secretário.**

**Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário.**

**Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.**

**Carlos Andrade, Diego Garcia, Nelson Marquezelli, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.**

**ÀS 9 HORAS E 29 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

André de Paula

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Não havendo quórum regimental para a abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até meia hora para que ele se complete.



## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**(Às 9 horas e 29 minutos)**

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 51 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

## **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

## **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido.)**



**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Esta Presidência vai suspender esta sessão extraordinária neste momento para dar início a sessão solene em homenagem ao Estado de Minas Gerais pelo seu aniversário, proposta pela Deputada Raquel Muniz e pelos Deputados Marcos Montes, Diego Andrade, Jaime Martins e Stefano Aguiar.

Está suspensa a sessão.

*(A sessão é suspensa.)*

*O Sr. Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Esta Presidência reabre neste momento a sessão extraordinária, após o encerramento da sessão solene em homenagem ao Estado de Minas Gerais pelo seu aniversário, proposta pela Deputada Raquel Muniz e pelos Deputados Marcos Montes, Diego Andrade, Jaime Martins e Stefano Aguiar.

Está reaberta a sessão.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passa-se às

#### **IV - BREVES COMUNICAÇÕES**

Concedo a palavra à Sra. Deputada Benedita da Silva.



**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero fazer dois registros. Primeiro, agradeço a Deus por tudo ter acabado bem com aquelas crianças na Tailândia. Nós sabemos da angústia que sentiu a população tailandesa, mas ela também teve fé. Aquele triste episódio chegou ao fim.

Eu me solidarizo com os familiares do ex-mergulhador que deu sua vida para que aquelas crianças fossem resgatadas.

Faço agora o segundo registro, Sr. Presidente. Ontem, 10 de julho, Lélia Gonzalez, que faleceu em 1994, há exatamente 24 anos, foi lembrada por todos nós.

Lélia Gonzalez foi muito importante na vida do movimento negro, do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras. Participou de muitas outras iniciativas. Ela marcou a minha vida, principalmente no meu primeiro mandato, porque me ajudou a entender o que era racismo e como combatê-lo.

Já se passaram 24 anos. Faço essa homenagem a sua memória. Ela ajudou a criar o Movimento Negro Unificado — MNU, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras — IPCN, o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e o Olodum.

Fica então registrada a minha manifestação e o meu apreço por sua militância. As recordações são boas. Seu legado é muito grande. Neste momento, fica a grande e significativa saudade.

Sr. Presidente, peço que estes pronunciamentos sejam divulgados pelos órgãos de comunicação desta Casa.

Obrigada.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA





Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, após 18 dias de muita angústia e fé, a Tailândia resgatou aqueles 12 garotos e o treinador do time de futebol, que estavam presos em um complexo de cavernas.

Todos passam bem. Agora estão sendo mantidos em isolamento, para evitar o risco de infecção. Eles estão se comunicando com a família e amigos por meio de uma janela de vidro.

Eu registro os meus parabéns a todos que participaram dessa exitosa operação.

Registro também os meus sentimentos à família e amigos do ex-mergulhador da Marinha tailandesa que morreu na última sexta-feira, durante uma missão de reabastecimento dentro da caverna em apoio à operação de resgate.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, homenageei ontem, 10 de julho, a memória de Lélia Gonzalez, que nos deixou em 1994, exatamente há 24 anos.

Filha de um ferroviário negro e de uma mãe indígena que era trabalhadora doméstica, Lélia Gonzalez foi a penúltima de 18 irmãos. Com muita garra e superação, Lélia se formou em História e Filosofia e trabalhou como professora da rede pública de ensino. Ajudou a criar instituições como o Movimento Negro Unificado — MNU, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras — IPCN, o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e o Olodum.

Além disso, a sua militância em defesa da mulher negra a levou ao Conselho da Mulher, no qual atuou de 1985 a 1989.



Por essas e outras lutas, conquistas e superações, eu faço essa homenagem à memória dessa querida guerreira. Lélia Gonzalez presente!

Era o que eu tinha a dizer.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Delegado Edson Moreira.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de dar como lido dois pronunciamentos.

O primeiro é sobre o levantamento feito pelo Ministério Público que diz que a maior facção criminosa do Primeiro Comando da Capital — PCC já marca mais de 30 mil membros. A que ponto nós chegamos? Pensar que a falta de investimento e a valorização da nossa segurança pública podem estar fortalecendo o crime.

O segundo é sobre onde o crime vai chegar. Agora estão sequestrando, roubando cachorros, animais de estimação, vendendo esses animais e exigindo dos proprietários resgate por eles. A que ponto nós chegamos? As famílias proprietárias desses animais sofrem diariamente. Quanto às crianças, nem queiram imaginar!

Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação desses dois pronunciamentos no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos ouvintes e telespectadores da *Rádio Câmara*, do programa *A Voz do Brasil* e da *TV Câmara*, vejam a que ponto chegamos: um levantamento do Ministério Público de São Paulo mostra que o Primeiro Comando da Capital — PCC, maior facção criminosa do Brasil, chegou à marca dos 30 mil membros! É inadmissível pensar que a falta de investimentos e a valorização da nossa segurança pública estejam fortalecendo o crime, para que se



atinja esse número de integrantes. O crime está mais organizado do que as nossas forças de segurança.

O levantamento do MP mostra que há entre os integrantes da facção uma estrutura hierárquica elaborada e estratégias ousadas para manter o controle do tráfico de drogas no País.

O PCC montou um setor de “recursos humanos” responsável pela manutenção de um cadastro atualizado de seus integrantes. Há também cursos de fabricação de bombas e a formação de um “time” de matadores profissionais. Além disso, a facção decidiu que é necessário expandir os “negócios” em presídios femininos e criou um PCC Mulher. Atualmente, apenas 10% dos membros são mulheres, e eles querem aumentar esse percentual.

De acordo com interceptações telefônicas e cartas apreendidas, só no ano passado quase uma centena de assassinatos dentro e fora dos presídios foi cometida sob as ordens da cúpula da facção em pelo menos 13 Estados. Fora isso, aconteceram diversos ataques contra policiais e agentes prisionais em cinco Estados. Tudo planejado a partir da Penitenciária 2 — P2 de Presidente Venceslau, na região oeste de São Paulo.

Não é preciso me alongar mais para dizer que precisamos acabar, destruir, aplacar as facções criminosas no nosso País, e não deixá-las crescer. Investimentos em segurança são necessários, bem como a aprovação de leis contra a criminalidade.

Que aprovemos o PL 1.354/15, que extingue benefícios de presos que cometerem qualquer tipo de infração nas cadeias, e o PL 1.033/15, que altera o Código Penal, para que, após o criminoso ser condenado, caso o advogado solicite



recurso e seja comprovada a culpa do réu, a pena seja aumentada. Além desses, o que tenho citado constantemente desta tribuna, o PL 5.065/16, que transforma em terrorismo e aumenta a pena para os crimes cometidos com uso de armamento pesado, bombas e explosivos, como explosões de caixas eletrônicos e ônibus incendiados por criminosos que querem tratamento de hotel nas cadeias.

Chega de regalias!

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, temos que enfrentar a criminalidade com pulso forte, pois a cada dia somos surpreendidos com novas ações de bandidos. É impressionante o modo como a genialidade do bandido se aflora neste nosso País. Tudo isso porque somos negligentes com a população que paga seus impostos, que paga indiretamente a carga tributária que seria para os ricos pagarem. Discutiremos isso em momento oportuno.

Tenho recebido depoimentos de pessoas que nos falam sobre roubos de animais domésticos, como cachorros e gatos de raça. Veja: lá no campo, já é comum o roubo de gado; agora sequestram cachorros, gatos de raça, aves e outros animais e depois pedem resgates por eles. Isso é um absurdo! E, nesse vácuo que os serviços públicos vêm deixando, vão sendo criados espaços para os criminosos operarem. Isso é estarrecedor.

E não é preciso ir longe. Passei a fazer uma pequena busca na Internet e vi que isso vem acontecendo não só em Minas Gerais, mas também em todo o País. E em Minas Gerais não é diferente. Nos jornais de maior audiência, sempre há notícias referentes ao drama que pessoas estão passando com seus animais



roubados. Em São Paulo, o jornal *Folha de S.Paulo* divulgou que seria discutido num programa de TV o sequestro de cães na região dos Jardins.

Os donos desses animais são surpreendidos com exigências de altos valores como preço do resgate, e não mais com simples pedidos de recompensa. Isso se dá porque os animais vêm ganhando espaços nas residências, sendo considerados por muitos como um membro da família, causando celeumas e consequências inimagináveis.

O Código Penal trata, em seu art. 158, como crime tipificado, extorsão. No entanto, isso que vem acontecendo, com bandidos que roubam os animais, é compreendido apenas como crime de furto majorado, art. 155, §1º, do CP, pois o animal pode ser considerado como uma coisa alheia móvel, ou, o art. 158, extorsão, até mesmo o art. 157 e seus parágrafos.

Agora, quando esses bandidos fazem ameaças graves ou até praticam atos violentos, quando roubam o animal da pessoa que está com o bicho de estimação, aí o crime passa a ser crime de extorsão, pois constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, a pena é reclusão, de 4 anos a 10 anos, e multa.

Sr. Presidente, não podemos mais deixar que bandidos venham criar mecanismos para roubar, extorquir, ameaçar, praticar terrorismo, colocar medo, fazer o papel de Estado, cobrar por ponto de televisão a cabo, Internet, energia elétrica, criar o tribunal de exceção, inclusive com pena de morte, roubar bancos e empresas de transporte de valores com armamentos pesados, e — agora mais isto



— roubar animais de estimação para pedir resgate ou vender na Internet. Isso é inadmissível!

Ou nós, que temos o poder de mudar as leis e endurecê-las, passamos de fato a proteger a população, ou os bandidos tomarão conta do nosso País.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes.

**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Manato, eu queria dizer que as mulheres de Minas pré-candidatas, de diferentes partidos, realizaram um evento, uma roda de conversa em que debateram o financiamento público eleitoral e definiram medidas a que precisamos estar atentos.

Nós temos que ter conhecimento da cota de financiamento eleitoral que cada partido vai destinar às suas candidatas. Temos que saber quais são os critérios que os dirigentes partidários vão usar para assegurar os recursos das candidaturas das mulheres. Temos, sobretudo, Sr. Presidente, que ter um controle, viabilizar intervenção efetiva da secretaria da mulher de cada partido para que possamos efetivar essa conquista do Tribunal Superior Eleitoral — TSE.

Sr. Presidente, solicito que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última sexta-feira, em nome da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, da qual sou Presidente, realizamos um seminário na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, com a participação daquela Casa Legislativa. Saúdo a Deputada Estadual Ana Lúcia, que lá esteve presente todo o tempo. Ao saudar também o Vereador Lucas Aribé, saúdo todos os Vereadores e Vereadoras. Saúdo ainda o sindicato dos taxistas, a sociedade civil, estudiosos, o poder público. Foi debatida a melhoria da mobilidade urbana, em especial no caso da nossa Capital Aracaju.

Parabenizo todos os que lá estiveram e coloco meu mandato à disposição para, junto com a sociedade, debater alternativas.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no Programa *A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para registrar que soluções que proporcionam uma cidade mais cidadã, possibilitando uma real mobilidade a todos que fazem parte do trânsito, nos diferentes modais, foram tratadas durante o seminário realizado na última sexta-feira, dia 6, na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

O debate foi promovido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano — CDU da Câmara dos Deputados, da qual somos Vice-Presidente. O evento foi realizado em decorrência da aprovação de um requerimento de nossa autoria.



Vários problemas existentes no trânsito de Aracaju foram apresentados pelos participantes, assim como soluções que podem ser adotadas a curto e a longo prazo. Foram convidados para participar do evento representantes de diversos segmentos.

A realização desse seminário foi uma demanda da sociedade, dos movimentos sociais de moradia urbana e dos taxistas, com o objetivo de debater projetos que melhorem a vida da cidade. É muito importante discutir com o poder público e a sociedade, para assim ajudarmos a construir políticas que melhorem a vida da população urbana.

Lembramos que no mundo inteiro existem exemplos de cidades com experiências bem-sucedidas na área de mobilidade urbana que podem ser usados como referência. Em nosso entendimento, o debate entre a sociedade civil e o poder público é o melhor caminho, pois não é possível melhorar a situação se não for através desse caminho.

Aracaju recebeu aquela audiência da CDU para que a Câmara dos Deputados pudesse contribuir, registrar e elaborar políticas pensando no Brasil, com base nos problemas, nas soluções e na experiência da nossa Capital.

Capital do menor Estado brasileiro, Aracaju vive hoje esta realidade de grandes cidades do país e do mundo: trânsito caótico. Até o mês de março deste ano, a cidade possuía uma frota de quase 300 mil veículos, para uma população de 650 mil habitantes. A situação revela um cenário nacional, em que 80% do sistema viário é utilizado por veículos particulares.

O evento contou com a participação do professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tiradentes — UNIT Ricardo Soares Mascarello, que



ressaltou que é urgente a democratização dos espaços do sistema viário. Em sua apresentação durante o seminário, ele apresentou exemplos bem-sucedidos de cidades como Bogotá e Medellín, na Colômbia, que priorizam o ser humano, o primeiro elemento da mobilidade. Ele apontou algumas soluções possíveis: redesenho do sistema viário nos eixos prioritários, supressão dos estacionamentos em locais estratégicos para priorização dos pedestres, dos ciclistas e do transporte coletivo; e planejamento estratégico entre plano diretor e plano de mobilidade. *“Existem soluções rápidas, bastam esforços conjuntos”*, destacou.

A Deputada Estadual Ana Lúcia, do PT, que também contribuiu para a realização do seminário, destacou a extrema importância de se discutir, mais uma vez, a mobilidade nos centros urbanos. O representante do Sindicato dos Taxistas de Sergipe — SINTAX-SE, Max Alberto, fez um alerta em sua apresentação intitulada *A era do nada*. Refletiu sobre a atual situação, em que não mais a tecnologia está a serviço do homem, o homem é que está a serviço da tecnologia ou de quem a detém. Ele explicou o seguinte:

*Eles subvertem essa ordem e precarizam a condição do trabalhador, seja ele regulamentado ou parceiro dos aplicativos de transporte. Nessa condição se transforma o trabalhador primeiro em microinvestidor ou empreendedor, depois em nano, e ele no sistema não vai significar nada, pois não tem amparo social, nem lei trabalhista que regulamente absolutamente nada nesse tipo de relação economicamente predatória.*



Para ele, o seminário foi bastante positivo, pois contemplou várias áreas da mobilidade urbana, especificamente a questão do transporte de passageiros na Região Metropolitana.

As dificuldades enfrentadas pelos usuários que dependem do transporte coletivo foram relatadas por Jack Correia, do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos — MOTU. Eles as enfrentam quando precisam utilizar diversos ônibus para chegar ao trabalho ou às áreas de lazer.

Há 11 anos militando na área de mobilidade e tendo necessidade de pautar as discussões e intervenções relacionadas ao uso da bicicleta, o geógrafo José Waldson de Andrade, da ONG Ciclo Urbano, traçou um panorama sobre a utilização da bicicleta na Capital sergipana. Aracaju, que chegou a figurar em primeiro lugar no Ranking das Administrações Municipais Cicloamigas, ocupa a última posição nos últimos 4 anos.

Após os debates, foram tirados como encaminhamentos, com relação à Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito — SMTT, as necessidades levantadas, como a existência, o funcionamento e a manutenção dos banheiros nos terminais, a reforma desses espaços, a fim de que tenham iluminação, informação e tecnologia.

Outro ponto foi este, o de que os Parlamentares presentes à audiência — nós, a Deputada Ana Lúcia e os Vereadores Lucas Aribé e Américo de Deus — façamos coletivamente uma solicitação de audiência com o Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, em caráter de urgência, para que se possa dialogar e saber como vai atender as várias categorias a fim de viabilizar o Plano de Mobilidade. Cite-se



ainda o reforço ao pedido específico relacionado ao projeto Protáxi, para que seja agilizada a sua tramitação.

Também foi encaminhado este ponto, o de buscarmos juntos uma alternativa para a questão estadual no que se refere à Rodovia dos Náufragos e à Rodovia Inácio Barbosa, a antiga José Sarney, à necessidade de recapeamento e de ciclovias.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Heringer, por 1 minuto.

**O SR. MÁRIO HERINGER** (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui parabenizar os autores da proposta da sessão solene realizada hoje em homenagem ao Estado de Minas Gerais. O objetivo era realizar uma comemoração, mas o dia é também momento para reflexão.

Precisamos rever o que acontece hoje no Estado de Minas. Os nossos professores não estão recebendo seus salários, aliás, os funcionários públicos não vêm recebendo os seus salários. Os repasses constitucionais não vêm sendo feitos.

Minas Gerais é tudo de bom, mas efetivamente não está no seu bom momento.

Hoje temos tramitando em Minas Gerais, a PEC 49/18, que defende os direitos dos professores, sua qualificação e principalmente sua remuneração.

Nós queremos deixar público o nosso apoio a essa PEC e esperamos que Minas Gerais retome o caminho de onde nunca deveria ter saído.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Leônidas Cristino.

**O SR. LEÔNIDAS CRISTINO** (PDT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que fossem divulgados pelo programa *A Voz do Brasil* dois pronunciamentos.

O primeiro é sobre o aniversário de 245 anos da minha querida Sobral, da qual fui Prefeito em duas oportunidades, um Município que vem se desenvolvendo, que tem educação exemplar, reconhecida em todo o Brasil.

Sr. Presidente, tem avançado por parte da Companhia de Água e Esgoto do Ceará o processo de preparação para o lançamento do edital da parceria público-privada que vai instalar na Região Metropolitana de Fortaleza uma usina de dessalinização, de suma importância, para garantir, definitivamente, o abastecimento de água para parte da população do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Vamos divulgar seu pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com imensa alegria, celebramos o aniversário de 245 anos de nossa querida Sobral.

Está presente o mesmo sentimento de uma cidade cidadã, produtora de cultura humana e artística, que, pelo protagonismo da nossa gente, promove o desenvolvimento e projeta-se para o futuro ao mesmo tempo em que preserva as suas conquistas históricas.

Festejamos uma história que honra o processo de construção do nosso Município e a formação do nosso povo. Comemoramos uma trajetória em que se



soube conciliar a necessidade de renovação com a defesa das mais ricas tradições. Enaltecemos uma consciência democrática que permeia as dimensões social, religiosa, econômica, cultural e política, que é, de certo modo, uma síntese da nossa história.

Como cidadão e participante ativo desse itinerário de avanços e de progresso, renovo meus sentimentos de confiança, respeito e inarredável compromisso de luta pelos interesses da cidade e causas maiores de nossos conterrâneos, personagens centrais e decisivos dessa história tão especial, com quem me congratulo e homenageio, comovidamente, pelo trabalho e amor à cidade.

Parabéns, Sobral!

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tem avançado, por parte da Companhia de Água e Esgoto do Ceará — CAGECE, o processo de preparação para o lançamento do edital de uma parceria público-privada — PPP para a construção de uma usina de dessalinização da água do mar para abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza.

Depois de uma seleção de projetos, foi escolhido o grupo liderado pela empresa GS Inima Brasil, com matriz na Coreia do Sul, para fazer, em 150 dias, os estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídico-legal da PPP. O edital de concorrência para construção e operação deverá ser lançado ainda este ano pelo Governo do Estado.

Esse fato foi noticiado pelo jornal *Diário do Nordeste* na edição desta terça-feira, 10 de julho. O avanço do processo demonstra a necessidade de apreciação do





---

Projeto de Lei nº 7.331, de 2017, sobre a concessão de incentivos fiscais para implantação, operação e manutenção de plantas de dessalinização de água marinha na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE. Renovo, portanto, o apelo para a aprovação do Requerimento de Urgência nº 8.917, de 2018, com relação a essa matéria.

O estado da arte da tecnologia de dessalinização da água marinha dominada por outros países apresenta-se como alternativa segura ante a crise hídrica causada por anos de seca ou chuvas escassas em cidades do Nordeste brasileiro, tanto no aspecto técnico quanto ambiental. A usina de dessalinização da água do mar, com capacidade para fornecimento inicial de mil litros de água potável por segundo, terá investimento de cerca de R\$ 600 milhões, a cargo da iniciativa privada. Conforme o jornal, a conclusão do equipamento está prevista para 2020, com tempo de operação de cerca de 23 anos.

Sr. Presidente, a produção de 1 metro cúbico por segundo do módulo inicial dessa usina de dessalinização equivale a um incremento de 12% na oferta de água para a Região Metropolitana de Fortaleza, o suficiente para abastecer 720 mil pessoas. O fornecimento deverá dobrar após a conclusão da planta com dois módulos, com aumento na oferta de água potável proporcional a um terço do consumo atual da Região Metropolitana de 7 metros cúbicos por segundo, diz a reportagem com base em informações da CAGECE.

Os incentivos fiscais propostos constituem atrativo para trazer essa tecnologia e o investimento internacional com os equipamentos da planta de dessalinização, obras de construção das usinas e receita da operação. A empresa ou consórcio que vencer a licitação ganha o direito de vender a água para o Estado durante 20 anos.



O Ceará, com esse projeto, desempenha o papel de laboratório para outros Estados do Nordeste que precisam se libertar da ameaça de desabastecimento, do constrangimento que sofre a população com racionamento de água e das limitações ao desenvolvimento acarretadas pelo fenômeno da escassez hídrica.

O Governador Camilo Santana enfrenta o desafio de 5 anos consecutivos de seca e de chuvas insuficientes para repor os estoques de água dos açudes que abastecem a Região Metropolitana de Fortaleza. A construção do caminho para a conquista da segurança hídrica, condição básica para o desenvolvimento sustentável, requer coragem, criatividade e sobretudo decisão política colocada a serviço do bem-estar da sociedade.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Sr. Deputado Marcon.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que considere como lido e que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* pronunciamento sobre o descaso do Governo gaúcho, do MDB, com a região sul do Estado. Esse Governo abandonou os Municípios, abandonou a saúde pública, abandonou segurança pública e também as obras.

Esse final de semana, estive no Município de Pedras Altas, que fica a mais de 400 quilômetros de Porto Alegre. No Governo de Tarso Genro, do PT, havia um financiamento do Banco Mundial, no valor de 36 milhões de reais, para fazer a ligação asfáltica entre os Municípios de Pedras Altas e Pinheiro Machado. O que o Governo fez? O Governo tirou esses recursos. As estradas estão abandonadas, quase não dá para andar nelas.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais servidores desta Casa, mais um descaso de Sartori com o povo gaúcho.

Prezados colegas Deputados e Deputadas aqui presentes, gostaria de expressar a minha indignação com a situação em que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul.

Não bastando todas as reclamações sobre a má gestão do Governo Sartori, do MDB, mesmo partido do Governo golpista e ilegítimo que está na Presidência da República, temos mais um caso absurdo que mostra o descaso total com o povo



gaúcho: recursos no valor de 36 milhões de reais destinados a obras no Estado foram realocados.

A obra da ERS-608, rodovia que liga Pedras Altas a Pinheiro Machado, está com alguns trechos executados pela metade, outros completamente deteriorados, fora o serviço de pavimentação vagaroso. Esta situação não pode ser prolongada, uma vez que a dificuldade de tráfego prejudica muito o crescimento econômico do Município.

Este Governo do MDB não gosta dos pobres! Estão tirando recursos destinados a regiões necessitadas e pobres do Estado para aplicar em regiões mais ricas, com melhor infraestrutura.

Isso mostra mais uma vez o caráter elitista da Direita brasileira, que infelizmente governa não só o Estado gaúcho, mas também o País com o mesmo viés *Nada para os pobres, tudo para os ricos.*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Zenaide Maia, por 1 minuto.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (PHS-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero dar como lido pronunciamento em que manifesto a minha tristeza com a aprovação ontem do Projeto de Lei nº 10.332, de 2018, que privatizou as distribuidoras da ELETROBRAS do Norte e do Nordeste.

Eu, como nordestina, fiquei indignada não só em ver a possibilidade da privatização, como também em ver os colegas do Norte e do Nordeste não salvarem um destaque sequer para proteger os empregos daqueles trabalhadores que trabalham nas distribuidoras da ELETROBRAS.

Obrigada, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Temer e seus aliados, aqui nesta Casa, não têm limites quanto à venda do País. Com o Projeto de Lei nº 10.332, de 2018, autorizou-se a venda — privatização — das distribuidoras da ELETROBRAS nas Regiões Norte e Nordeste, ou seja, como não se aprovaria a venda da ELETROBRAS a preço de banana em final de feira, decidiu-se por desmembrá-la para vender partes dela.

Eu gostaria de destacar que, o mais triste de tudo isso, foi ver Parlamentares do Norte e Nordeste não só votarem a favor da venda, como também ficarem contra os trabalhadores, impedindo que estes mantivessem seus empregos, rejeitando as emendas e destaques que garantiriam o emprego deles.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Leo de Brito.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, no Senado Federal, o Senador Sérgio Petecão fez um discurso criticando a segurança pública no Estado do Acre.

Quero fazer um apelo ao Senador Sérgio Petecão, que sempre diz amém ao Governo Michel Temer, que votou a favor da reforma trabalhista, que votou pelo congelamento dos investimentos em saúde, educação, segurança e assistência social e que hoje é coordenador da nossa bancada: peça ao Presidente Michel Temer que libere os 39 milhões de reais para a segurança pública no Estado, recursos de emenda de bancada impositiva que deveriam ter sido liberados no ano passado, mas até agora não foram liberados.

O problema das guerras de facções é gravíssimo e, inclusive, está atingindo pessoas inocentes. Lamentamos isso. O Governador Tião Viana tem procurado fazer sua parte, mas, com as fronteiras abertas e sem uma ação enérgica do Governo Federal, inclusive com a liberação de recursos, fica difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho, por 1 minuto.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** (SD-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer uma convocação, como Presidente da Comissão que está elaborando a nova Lei de Licitações aqui na Câmara, cujo Relator é o Deputado João Arruda.

O projeto já está pronto, foi todo negociado, está bem entendido. Estamos prontos para votá-lo desde ontem, conforme tínhamos feito a programação na Comissão.

Foi feito um trabalho minucioso. Fomos a vários Estados do Brasil, procuramos ouvir todas as entidades envolvidas. E o Deputado João Arruda, competentemente como Relator, tentou exatamente moldar todos os interesses que haviam em torno desta matéria, que é muito importante para o Brasil.

Portanto, fica o nosso apelo aos nobres colegas Deputados para que possamos dar quórum e assim consigamos votar esta matéria que é fundamental para evitar as obras paralisadas e fazer o Brasil avançar.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia 28 deste mês, nos Arcos da Lapa, acontecerá o que estamos chamando de Festival Lula Livre, que contará com a presença dos mais importantes artistas da Música Popular Brasileira, além de artistas populares e artistas de rua.

O movimento cultural organizado fará um grande festival popular de música e de alegria, em prol da luta daqueles que estão resistindo ao golpe e do restabelecimento da democracia no nosso Brasil.

A nosso ver, o restabelecimento da democracia passa pela liberdade de Lula, que está preso injustamente. Não apresentaram uma única prova. O que estamos vendo é a militância do Judiciário contra uma figura popular, contra uma liderança que é a preferência dos brasileiros para presidir o País e restabelecer a democracia no Brasil.





**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, por 1 minuto.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, em 2016, a USP — Universidade de São Paulo divulgou um estudo que dizia que a minha região, o noroeste do Rio Grande do Sul, lugar onde nasci e vivo, era a campeã nacional no uso de agrotóxicos. E, neste fim de semana, saiu na imprensa que a minha cidade está entre as que o câncer mais mata no Rio Grande do Sul.

Nós acabamos de votar na Comissão Especial uma maior liberação do uso de venenos. Eu votei contra, quero reafirmar isso. Esse é um problema gravíssimo. E quero que seja divulgada essa nossa preocupação, porque o veneno é um provocador de câncer, sim!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** - Obrigado, Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2016, a USP divulgou um estudo que dizia que a minha região, o lugar onde nasci, o noroeste do Rio Grande do Sul, onde vive meu filho, minha esposa, minha mãe, boa parte dos meus irmãos e a maioria dos meus amigos, era a campeã nacional no uso de agrotóxicos.

Na época um promotor que atuava em Catuípe, Dr. Nilton Kasctin, afirmava que havia uma verdadeira epidemia de câncer naquela região.

E os especialistas que lidam com o problema localmente afirmavam de que não havia dúvidas em relação ao uso de agrotóxicos e o desenvolvimento do câncer.



Bem, agora uma nova matéria volta a alertar a minha região: a de que o Município de Santa Rosa, que é o principal da região, está entre as cidades em que o câncer mais mata no RS.

E o mais grave e assustador: a maioria dos casos de câncer são na área rural.

Bem, se eu já não tinha qualquer dúvida sobre a minha posição em relação ao PL do Veneno, agora, então, estou ainda mais certo: nosso trabalho, nosso esforço, as leis que vamos fazer devem ser, sempre e cada vez mais, para reduzir, nunca para aumentar o uso de venenos na nossa agricultura.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, primeiramente, quero convidar a bancada e todos os Parlamentares para vir ao plenário, a fim de que cheguemos ao quórum de 257 Deputados rapidamente.

Quero destacar, Presidente, e sei que é compromisso de V.Exa., a importância da votação de uma proposta fundamental para o País hoje, a Medida Provisória nº 832, de 2018, que estabelece a tabela mínima de fretes, feita a partir do acordo que pôs fim à paralização dos caminhoneiros, uma paralização justa, um grito de alerta desesperado ao País, porque o trabalho deles estava sendo totalmente aviltado pelo pagamento de fretes abaixo do custo, agravado pela explosão do preços do combustíveis.

É muito importante votarmos hoje, Presidente, essa matéria, porque, se não for votada antes do recesso, corremos o risco... Essa medida provisória vai perder a eficácia às vésperas das eleições. Portanto, é necessário o esforço, é importante que os Parlamentares venham ao plenário. Sei que há quem seja contra a ideia da tabela mínima de fretes. Mas vamos debater. O que não podemos é deixar de votar a matéria. Vamos terçar aqui os argumentos.

Tenho absoluta segurança para defender a tabela mínima de fretes, que é parecida com um salário mínimo: não se pode pagar menos que um salário mínimo para uma pessoa trabalhar; não se pode pagar menos que o que está numa tabela mínima para que um caminhoneiro faça determinado frete. Essa é a ideia da tabela mínima.



**V - ORDEM DO DIA**

***PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:***



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - A lista de presença registra o comparecimento de 184 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Estamos com 336 Deputados na Casa. Começou a Ordem do Dia. Solicitamos a todos os Deputados que venham ao plenário porque serão realizadas votações importantes. Informo ainda que depois desta sessão haverá sessão do Congresso. Hoje é praticamente o último dia de trabalho. Peço, portanto, a todos os Deputados que aqui compareçam.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Antes de dar prosseguimento à sessão esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

*Of. nº 357/18-CN*

*Brasília, em 4 de julho de 2018.*

*Senhor Presidente,*

*Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do §8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 829, de 2018, que “autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Cultura, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.”*

*À Medida não foram oferecidas emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2018 (CM MPV nº 829, de 2018), que conclui pela aprovação da matéria.*

*Atenciosamente,*

*Senador Eunício Oliveira*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

*Of. nº 375/18-CN*

*Brasília, em 10 de julho de 2018.*

*Senhor Presidente,*



*Em aditamento ao Of. 368/2018 — CN, comunico a Vossa Excelência e, por seu intermédio, à Câmara dos Deputados que a sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para quarta-feira, dia 11 de julho de 2018, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 13, 9, 10 e 2 de 2018, teve seu horário alterado para as dezoito horas.*

*Atenciosamente,*

*Senador Eunício Oliveira*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*





---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Nós vamos continuar com as breves comunicações até que os Deputados cheguem para discutir a matéria, para não sermos precipitados.

A primeira oradora a falar será a Deputada Benedita da Silva, depois falará o Deputado Delegado Edson Moreira.

Deputada Benedita, V.Exa. dispõe de 3 minutos.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna mais uma vez para chamar a atenção para a questão da tuberculose, uma doença infecciosa que está matando no mundo e, em 2017, tirou a vida de aproximadamente 2 milhões de pessoas.

Faço parte da Frente Parlamentar de Combate à Tuberculose. Nós temos que atentar para a doença em nosso País, pois nós sabemos que mais de 70 mil pessoas têm adoecido e cerca de 5 mil já vieram a óbito. Não é possível que não chamemos a atenção para isto, sabendo que este Governo, através da Emenda Constitucional nº 95, congelou por 20 anos todo e qualquer investimento e aporte para a nossa saúde e para a nossa educação.

Ora, num País com índice de tuberculose desta natureza, não poderia deixar de manifestar minha preocupação, em especial com o meu Estado, o Rio de Janeiro, que é um dos mais afetados pela doença. Por isso, é fundamental que este Governo golpista tenha sensibilidade e participe da 1ª Reunião de Alto Nível da ONU sobre a tuberculose, que será realizada em setembro.



Espero que este Governo possa realmente ali assumir compromissos, mesmo sabendo que esses compromissos não poderão ser assumidos de imediato, porque teria que prestar conta do congelamento que ele fez.

Sr. Presidente, aproveito ainda esta oportunidade para dizer que vivemos um momento em que muitas pessoas estão tendo que dormir nas ruas. Há famílias e mais famílias nessa situação. A fome está batendo à nossa porta. Voltamos àquele índice de famílias miseráveis, abaixo da pirâmide social brasileira, o que também influi para o aumento da tuberculose.

Queremos o fim da tuberculose no mundo. Para tanto, esperamos que o Brasil assuma a sua responsabilidade, compareça a essa reunião da ONU e, pelo menos, faça o papel de responsável pela saúde do povo brasileiro ou, então, fique sendo irresponsável com a saúde do povo e responsável pela sua mortalidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para chamar a atenção de todos e todas sobre a tuberculose, uma doença infecciosa que mais mata no mundo. Em 2017 ela tirou a vida de aproximadamente 2 milhões de pessoas.

No Brasil, mais de 70 mil pessoas adoeceram e cerca de 5 mil morreram em decorrência da doença em 2017, sendo que o Rio de Janeiro é um dos Estados mais afetados pela doença.

É por isso que é fundamental que o Governo golpista de Temer tenha sensibilidade e participe da 1ª Reunião de Alto Nível da ONU sobre tuberculose, que será realizada em setembro deste ano. Que este governo se comprometa com o fim



da doença, pois o Brasil tem um compromisso firmado com países de todo o mundo para acabar com a tuberculose até 2030.

Pelo fim da tuberculose no mundo, no Brasil e no meu Rio de Janeiro. Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Valmir Assunção, por 1 minuto.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu trago aqui uma preocupação da população da cidade de Valença, que fica no Baixo Sul da Bahia.

Sr. Presidente, o Ministro da Educação, que veio cortando recursos para as universidades e, ao mesmo tempo, acabando com diversas políticas que fortalecem os estudantes e a educação no Brasil, agora, em nome do reordenamento, está querendo fechar diversos Institutos Federais que existem em todo o Estado da Bahia, sobretudo lá em Valença.

Nós não podemos concordar com isso. Essa política já foi feita na época do Fernando Henrique Cardoso. Lula fez o contrário, ele expandiu os Institutos Federais. Nós temos que expandir o processo da educação. Essa é uma preocupação da população estudantil da cidade de Valença, no Baixo Sul da Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Valença é uma cidade do território do Baixo Sul da Bahia e possui uma população estimada em 98.749 (IBGE 2017), ou seja, quase 100 mil habitantes. A cidade é referência ainda para outros Municípios,



pois é ali que se encontram a maior parte dos equipamentos públicos, ou seja, trata-se de uma microrregião do Estado da Bahia bastante importante.

No Município, existem dois *campi* de Institutos Federais: o do IFBAIANO e do IFBA. Ao contrário das políticas de expansão da educação, o Ministério da Educação recentemente anunciou a possibilidade do reordenamento das unidades valencianas, sem que tenha promovido um debate sequer com a comunidade de Valença, ou mesmo com os que compõem os Institutos Federais.

Em junho, o Conselho Superior do Instituto Federal Baiano denunciou que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica passa por um momento de ameaça de desmonte através de diversos ataques à sua estrutura, a exemplo de cortes de recursos orçamentários, imposição da reforma do ensino médio — rejeitada pela sociedade —, dentre outras propostas que vêm gerando apreensão, como o projeto de extinção de um dos *campi* de Valença (IFBA e IF Baiano).

O Conselho ainda destacou ainda que *“diante desse quadro, o Conselho Superior reunido nos dias 18 e 19 de junho de 2018, manifesta-se veementemente contrário a essa imposição!”*

É preciso dizer que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC começou um estudo de reordenamento dos Institutos Federais, reordenamento este que foi abortado pelo próprio Ministério do Planejamento, por que criava mais cargos e tinha um custo alto. Mesmo assim, a secretaria ainda permanece com o projeto de extinção de um *campus* inteiro, com a unificação do *campus* do IFBA ao IFBAIANO.

É óbvio que os estudantes e professores se insurgiram a tal determinação unilateral do MEC. Audiência pública já foi realizada na Câmara dos Vereadores de



Valença e na Assembleia Legislativa da Bahia, onde o assunto foi discutido e rechaçado pela comunidade dos IFs.

A desculpa do Governo Federal é a mesma ladainha que temos denunciado: o congelamento e o corte de gastos advindos com a Emenda nº 95, neste caso, atinge a educação baiana. Para o ano de 2018 o orçamento de custeio dos *campi*, foram congelados ao mesmo teto de 2017, com diminuição dos recursos para assistência estudantil.

E os professores e estudantes não param a denúncia: há a perspectiva de que o fechamento de um dos IFs de Valença seja justamente para atender pleitos de Deputados que anunciam a construção de *campus* de IF em Jaguaquara e em Campo Formoso. Em que pese a minha defesa de sempre para mais *campus* de formação superior e técnica nos Municípios baianos, não podemos concordar que a condição seja o fechamento de outros Institutos já consolidados em outros Municípios e, principalmente, por causa de pleito parlamentar.

O caminho é outro: devemos cobrar por mais IFs na Bahia, fundamentado em estudos de territorialidade, onde o objetivo principal seja a educação de um povo e o desenvolvimento de uma região.

Mas se há o plano de se construir mais IFs, a quem interessa de fato o fechamento de um Instituto logo na cidade de Valença? Fica ainda a questão: que processo de reordenamento é esse? Esse processo deveria dar mais importância à manutenção e à expansão de novas unidades em vista da educação, e não promover o fechamento de IFs já consolidados.



Nesse sentido, enviei um pedido de informações ao MEC sobre o que é, de fato, o tal reordenamento e que projeto é esse que fecha escolas técnicas, Institutos Federais de forma unilateral.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse registrado nos meios de comunicação da Casa e divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, por 3 minutos.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar de dois assuntos.

O primeiro deles é o problema do PCC, ou seja, a expansão dos tentáculos dessa organização criminosa que está irradiada em todo o Brasil. Ela se alastrou. Todo o Brasil está dominado por completo pelo tráfico de drogas, por ações criminosas a caixas eletrônicos, por roubos a carros-fortes, por financiamento, por aluguel de armas e por tráfico de armas.

Essa situação inclusive já está ocorrendo em outros países, como Paraguai, Argentina e outros países da América Latina, onde temos visto explosão de caixas eletrônicos, ações espetaculares para pegar dinheiro de empresas de valores.

Com certeza, essa organização já tem mais de 30 mil membros e existe inclusive um departamento de recursos humanos. O crime organizado chegou e se instalou. Ele está mais organizado do que as forças de segurança do Estado, mais bem armado e mais bem financeiramente avaliado.

Temos, então, que fazer um combate firme ao crime organizado, senão ele vai dominar o Estado inteiro. Daqui a pouco, ele estará se instalando aqui dentro do



Poder Central. Portanto, Sr. Presidente, o Projeto de Lei 5.065, de 2016, seria uma boa lei para combater essas organizações criminosas.

Outro assunto, Sr. Presidente, na mesma modalidade criminosa. Agora os criminosos estão atacando crianças e adultos que andam com animais. Eles furtam, roubam os animais para procriação ou os sequestram para depois extorquir as vítimas, pedindo determinada quantia para devolvê-los. Também vendem os animais para certas quadrilhas que fazem cruzamentos com essas raças de qualidade. Os criminosos estão roubando animais e aves.

Então, é importante também combater esse crime porque as crianças e os familiares que cuidam dos seus animais, que são apegados a esses animais, sofrem consideravelmente sem o seu bem maior.

Eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia, por 1 minuto.

**O SR. DIEGO GARCIA** (Bloco/PODE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos aqui reforçar o apelo para que seja feita a leitura — e assim ela possa entrar na pauta — da Medida Provisória 832, de 2018, que trata do frete mínimo para os caminhoneiros.

Em todo o Brasil há esta mobilização. Os caminhoneiros estão preocupados por conta do recesso parlamentar. A medida provisória ainda nem foi lida no plenário. Com certeza, há a comoção dos Parlamentares para que, ainda no dia de hoje, esta medida seja lida no plenário, colocada na pauta e colocada em discussão.



Nós temos que fazer com que esta Casa de Leis não deixe, mais uma vez, milhares de caminhoneiros sem uma resposta, sem uma posição clara, principalmente deste Parlamento.

Este o apelo que faço a V.Exa., Sr. Presidente: que possamos dar andamento aos trabalhos no dia de hoje e que esta medida provisória seja lida e seja pautada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado. É assim que nós vamos proceder.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, por 1 minuto.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar também sobre Medida Provisória nº 832.

Eu quero chamar a atenção dos colegas Deputados: nós não podemos ir para o recesso sem votar esta medida provisória. Cada pessoa que nós encontrarmos lá na base vai nos cobrar isso. Nós temos tempo para votá-la, ela está na pauta, vai ser lida depois da MP 829.

A negociação está feita. Há alguns itens ali que não estão nela, mas o nosso Relator, o Deputado Osmar Terra, está trabalhando profundamente nesse processo. Enfim, todo mundo está envolvido. Nós vamos chegar a uma conclusão. A tabela do preço mínimo, ou custo mínimo, vai ser feita por todas as mãos: para a ANTT, junto com embarcadores e transportadores, tanto para empresariais quanto autônomos.

Nós vamos fazer a nossa parte. A Casa tem que votar, e depois o acordo será entre as partes e a ANTT. Com certeza, nós tiraremos da pauta esse problema tão importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Sousa, por 1 minuto.





**O SR. FÁBIO SOUSA** (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero lamentar uma decisão — dentro das prerrogativas, é verdade — do Presidente da Casa de não colocar em vigor uma CPI que eu pedir há quase 2 anos, com as devidas assinaturas. Trata-se da CPI de combate ao câncer.

Sr. Presidente, nós vivemos num país onde há Estados sem maquinário necessário no SUS para atender caso de quimioterapia ou de radioterapia. Há Estados do Norte, por exemplo, onde há denúncias de produtos de combate ao câncer encaixotados há mais de 2 anos, devido a uma série de fatores.

E todo mundo sabe que câncer descoberto recentemente, no início, é fácil o tratamento. Há 100% de êxito em 60% dos casos.

Então, Sr. Presidente, eu lamento muito. Seria uma ótima CPI que esta Casa faria para trazer um resultado prático e necessário para a sociedade.

Infelizmente, dentro da prerrogativa, ela foi cancelada, foi rejeitada pela Presidência da Casa.

No ano que vem, se assim as pessoas quiserem e se eu voltar a esta Casa, vou apresentá-la de novo. Este tema é necessário ser debatido com exaustão por nós.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado André Figueiredo, do PDT do Ceará.

V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Caro Presidente Carlos Manato, Sras. e Srs. Deputados, no momento em que infelizmente nos deparamos com indicadores extremamente cruéis que se abatem



sobre a nossa juventude, eu quero citar um exemplo exitoso de políticas públicas para a juventude que a Prefeitura de Fortaleza tem desenvolvido de 2013 para cá, na gestão do Prefeito Roberto Cláudio e, mais recentemente, com a coordenação do Secretário Júlio Brizzi.

Nós temos várias experiências, como a Academia ENEM, que é uma academia onde jovens oriundos de escolas públicas podem se aperfeiçoar para fazer o ENEM, com a sua devida preparação.

Ela vem crescendo ano após ano. Houve um crescimento, nos últimos 4 anos, de 30% de jovens beneficiados. Hoje são mais de 10.300 jovens que participam da Academia ENEM.

Derivado desse programa surge o Juventude sem Fronteiras. No ano passado, 98 jovens puderam participar de intercâmbio no Canadá e na Espanha durante 8 semanas.

Nós temos a Rede Cuca, que é uma rede de serviços sociais que são colocados em edificações específicas para isso. Desde 2012, obtivemos êxito em vários Cucas — hoje são três, mais dois já estão em construção.

Vale ressaltar também que a ex-Prefeita e Deputada Luizianne Lins, que aqui está, começou com a Rede Cuca da Barra do Ceará que hoje é um êxito absoluto em políticas públicas de juventude, na área do protagonismo juvenil e na área de áudio visual, de cultura e de esporte.

Agora recentemente lançamos as Olimpíadas da Juventude que, em sua terceira edição, já congrega mais de 8 mil jovens de escolas públicas de diversos bairros de Fortaleza.



Sr. Presidente, essa é uma demonstração clara de êxito do Prefeito Roberto Cláudio, do Secretário Júlio Brizzi e de todos que compõem a administração de Fortaleza. Eles têm um foco prioritário no protagonismo juvenil que só no ano de 2017 já beneficiou quase 150 mil jovens.

Há também os jovens beneficiados pelos cursos de qualificação profissional do Governo do Estado do Ceará — que tinha à frente até então o Secretário Josbertini e hoje é o Secretário Ibiapina — que já somam mais de 140 mil jovens qualificados para o mercado de trabalho nos últimos anos.

Enfim, esses são exemplos práticos de quando se quer se faz. Evidentemente, para mudarmos o panorama do nosso País precisamos apostar não apenas na repressão da criminalidade, como também na sua prevenção. É justamente investindo pesado em políticas públicas de juventude que vamos construir o Brasil que todos nós sonhamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pois não, Deputado.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma ponderação a V.Exa. para transmitir uma segurança maior a todos aqueles que querem votar hoje, antes da sessão do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 832, de 2016, que trata da tabela mínima de fretes, e também para transmitir uma posição de maioria estabilizada na Casa a todos os caminhoneiros que estão acompanhando em detalhe esta sessão.

V.Exa. não considera correto ler também a Medida Provisória 832? Isso nos dará uma garantia de que, tão logo terminemos de tratar da MP 829 — estamos



---

quase chegando ao quórum, já estamos com 220 —, nós passaremos imediatamente à MP 832.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Henrique Fontana, assim como V.Exa., eu tenho um interesse muito grande em que a MP 832 seja aprovada. Há todo um acordo para que a MP 829 e a MP 832 sejam votadas, mas o Presidente ontem disse que iria fazer a leitura dessa MP e votá-la rapidamente, uma vez que há acordo. Então, eu tenho que esperar uma contraordem. Nós estamos entrando em contato com ele.

Mas V.Exa. pode contar com o meu apoio e com o meu carinho. Estou trabalhando na direção do seu pedido.

Nós temos é que pedir, assim como pediu V.Exa., aos Deputados para virem ao plenário. O quórum agora é de 222, e V.Exa. sabe que o ritmo para tocar os trabalhos, quando, há o apoio dos senhores é rápido.

Portanto, pedimos aos Deputados que venham ao plenário registrar presença, para que possamos votar logo essas matérias importantíssimas. Para esta, há um acordo maravilhoso, fácil.

Deputado, para V.Exa. ter ideia, a matéria já foi lida por mim, e não tem ninguém inscrito para discutir. Veja que está todo mundo com boa vontade para que sigamos adiante rapidamente.

Eu estou com V.Exa. Conte com o meu apoio.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Aguardaremos, Presidente, a sua decisão.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva, que disporá do tempo regimental.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, nós temos ouvido nesta Casa, desde o episódio de domingo, que o juiz de primeira instância tem plenos poderes e que é possível a ilegalidade virar legalidade, desde que isso se trate de Luiz Inácio Lula da Silva. E essa quebra de legalidade, no domingo, nesse *show* a que assistimos, é, sobretudo, uma quebra da democracia, com a Constituição brasileira totalmente ignorada.

Esse juiz quer que Lula fique em seu poder. Lula está encarcerado porque Moro quer. Como não conseguiu provas suficientes para criminalizar Lula, ele toma essas atitudes, contando com o silêncio mortal de grandes setores do sistema jurídico brasileiro e até mesmo do Supremo Tribunal Federal.

Deputado Paulão, o que nós vimos no domingo foi uma coisa incrível, fantástica e extraordinária: criou-se uma lei única e exclusiva, uma lei jurídica, para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É uma violência judicial que cometeram. A perseguição está colocada, e nós não estamos vendo esta Casa se manifestar porque se trata de Luiz Inácio Lula da Silva. Então, vamos “dar risada”, vamos “aceitar”.

Estamos passando por um momento de grande crise, de tal forma que a nossa autoridade de Parlamentares e o nosso papel legislativo daqui a pouco não mais nos caberão. Nós temos um tutor, nós temos um verdugo, nós temos com certeza, Deputado Paulão, um capitão-do-mato, que resolveu criar uma lei única e exclusiva para o preso político Luiz Inácio Lula da Silva.



Nós temos certeza de que, além de violentar a Constituição brasileira, ele está promovendo o fascismo neste País. Nós não estamos dando conta do autoritarismo que está colocado. No domingo, nós vimos a hierarquia judicial ser colocada em segundo plano. Acabou-se. O desembargador não teve amparo legal para conceder o *habeas corpus* que ele julgou procedente.

Nós vimos aqui, nesta Casa, muitos que se dizem entendidos juridicamente e que têm, inclusive, o papel de autoridades da legalidade cometerem as maiores ilegalidades. O que vimos — e é preciso que aqueles que estão apoiando esta ação saibam — é que foi descoberta a fragilidade do nosso sistema jurídico brasileiro. É por isso que eles estão irritados, é por isso que estão cuspidos fogo. No domingo, foi descoberta essa fragilidade. Nós sabemos que isso contagia. É assim que começa. Nós ignoramos e, daqui a pouco, veremos aonde chegaremos.

Nós temos a certeza de que não há muitos interessados em que a legalidade no Brasil possa dar continuidade ao processo democrático, porque eles não têm condições políticas de ganhar as eleições. Seus candidatos, nas pesquisas, não conseguem avançar; no grito, não vão conseguir ganhar; e o que fazem, na verdade? Respaldam-se na ilegalidade para que Lula continue preso e não seja nosso candidato à Presidência da República.

Mas, no dia 15 de agosto, nós que estamos na legalidade até agora — em detrimento daqueles que levantam a bandeira da legalidade, do verde e amarelo, e que estão na verdade cometendo e respaldando uma ilegalidade — lá estaremos para registrar Lula como nosso candidato.

Sr. Presidente, eu não posso concluir sem antes falar também das personalidades que perseguem Luiz Inácio Lula da Silva. Nós vimos a decisão



dessa Juíza Laurita Vaz. Entendemos que ela não exerce nem o seu papel de juíza justa e muito menos o de mulher. Essa mesma juíza que negou o *habeas corpus* para Luiz Inácio Lula da Silva foi a que negou o *habeas corpus* para aquela mãe que foi apanhada com 8,5 gramas de maconha, mesmo tendo um filho de 1 mês para amamentar. A juíza alegou que não tinha como considerar que aquela mulher, mãe de cinco filhos — um deles com 1 mês de idade e sendo amamentado à época —, seria importante e necessária para cuidar deles. Essa mesma juíza concedeu prisão domiciliar para aquele médico acusado de 48 estupros e negou o *habeas corpus* a mãe lactante e a Luiz Inácio Lula da Silva, que foi preso, mesmo sendo inocente. A juíza alegou que não era importante a presença da mãe para os filhos e, na questão de Luiz Inácio Lula da Silva, alegou que o desembargador não tinha poderes nem autoridade para conceder o *habeas corpus*.

Então, quero dizer que o Moro continua instigando a desobediência. Ele sim continua desrespeitando o Poder Judiciário e tendo respaldo deste Governo golpista. O Ministro Raul Jungmann atendeu prontamente ao pedido da Polícia Federal, que disse: “*Não vamos soltar Luiz Inácio Lula da Silva*”. Portanto, este Governo também é conivente com a desobediência jurídica. Nós temos que chamar esse Ministro a esta Casa para interrogá-lo sobre por que ele teve essa atitude.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada Benedita da Silva.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Paulão. S. Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. PAULÃO** (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última sexta-feira, na cidade de Inhapi, no alto Sertão de Alagoas, tive a oportunidade de participar de duas atividades. Uma delas foi pela manhã, com o Prefeito José Cicero, reeleito, do Partido dos Trabalhadores. Tivemos o prazer de participar, com uma emenda de nossa autoria, no valor de 500 mil reais, do calçamento de várias ruas da periferia. Com isso, sem dúvida nenhuma, colaboramos para a urbanização da cidade, levando qualidade de vida àquela população.

Na outra atividade, recebi o título de Cidadão Honorário da cidade Inhapi. Quero agradecer a todas as Vereadoras e os Vereadores, por intermédio do Vereador Wellington Morcego, que é o Presidente da Câmara Municipal, e dizer que isso me traz mais responsabilidade. Já acompanho a política há muito tempo e, para mim, esse é um motivo ao mesmo tempo de responsabilidade e de mais compromisso com a cidade de Inhapi, no Alto Sertão de Alagoas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro, por 1 minuto.

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer referência ao discurso feito ainda há pouco pela esquerda comunista sobre o Lula. Certamente, o candidato a que a esquerda se refere que não cresce deve ser Ciro Gomes, Alckmin, Marina, porque o meu candidato cresce muito. E o meu candidato é Jair Messias Bolsonaro.





Quando dizem que se criou uma lei própria para o Lula, eu acho que é o contrário: é o Lula que quer criar uma lei especial para ele, ao alegar fato novo porque ele não pode concorrer à eleição. Então, que soltem os 700 mil presos do País, pois todos vão dizer que querem concorrer à eleição. Soltem Fernandinho Beira-Mar! Ele quer concorrer à eleição, é um fato novo!

Nós temos no Brasil 700 mil presos, dos quais a grande maioria não está condenada em segunda instância. Alguns, inclusive, nem em primeira instância estão condenados, mas estão lá presos. Lula está condenado em primeira e segunda instâncias, ratificado na terceira instância. Só falta ele recorrer para o inferno! O que falta? Eles querem o quê? O Lula?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer daqui da Câmara dos Deputados um apelo ao Prefeito do Município de São Sebastião do Passé, para que ele negocie e resolva com os professores daquela cidade importante que eu tanto amo na Bahia o problema do reajuste salarial acordado.

Os professores tiveram que fazer paralisação segunda-feira e terça-feira. O recurso do FUNDEB é repassado de maneira correta e pontual, e é necessário que o Prefeito negocie.

A educação em São Sebastião do Passé sempre foi padrão. Os professores são sérios e responsáveis.

Quando a Prefeita Tânia estava em exercício, os recursos do Município eram menores. E hoje, com os recursos ampliados, a dificuldade aumentou. Eu quero



saber por quê? Peço, rogo ao Prefeito que resolva o problema da educação sebastianense.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governador do Acre, Tião Viana, tomou uma decisão muito importante na semana passada para atender a um pleito da Polícia Militar do nosso Estado.

Na carreira do profissional policial militar o seu vencimento, o seu salário era composto do que chamávamos, no tempo do sindicato, de “penduricalhos”. Era uma série de oportunidades para poder ter um vencimento mais alto. Então, o Governador junta tudo isso e transforma 100% em salário.

Isso dá uma condição muito melhor para o policial militar do nosso Estado, principalmente na composição da formação de seus direitos previdenciários.

Então, eu precisava registrar isso e parabenizar, mais uma vez, o flamenguista Tião Viana, Governador do Acre.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem palavra o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente, eu queria só pedir a V.Exa., em respeito aos colegas, que entrássemos na Ordem do Dia, para tratarmos da Medida Provisória nº 829, de 2018. Temos quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Daqui a pouco, eu vou dar a palavra a todo mundo.



V.Exas. me ajudam? Vejam bem, nós queremos todos votar a Medida Provisória nº 832, de 2018. Eu preciso entrar na Medida Provisória nº 829, de 2018, da qual só fizemos a leitura e não começamos a discussão. Mas há um requerimento que está aprovado por todos os Líderes. A grande maioria assinou: o PT, o PCdoB — na época, a Líder era a Deputada Jandira —, o PDT, o PSOL, todos assinaram.

Eu vou ler rapidamente esse requerimento, nós o aprovamos, entramos na Ordem do Dia de fato e, em seguida, começo a dar a palavra. Está combinado?



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Item I.

*Requerimento nº 7.919, de 2017, dos Srs. Líderes.*

*Senhor Presidente,*

*Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação imediata do Projeto de Lei nº 6.886, de 2017, do Dep. Manato, que “Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que ‘concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, do Tocantins, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Amazonas, do Pará, do Acre, de Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Distrito Federal”, para acrescentar o Estado do Espírito Santo.*

*Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2017.*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu, Deputado Carlos Manato, estou inscrito para falar a favor do requerimento, mas vou abrir mão da palavra.

Para falar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Alberto Fraga.  
(*Pausa.*) O Deputado não está presente.

Para falar contra o requerimento, tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira. (*Pausa.*) O Deputado não está presente.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Próximo Item:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 829, DE 2018**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 829, de 2018, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Cultura, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação. (Relatora: Senadora Ana Amélia).*





**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não há requerimento sobre a mesa.

Não há nenhum orador inscrito para falar contra a matéria. Para falar a favor dela, estão inscritos o Deputado Henrique Fontana, que abriu mão da palavra, e o Deputado Leo de Brito.

Enquanto o Deputado Leo de Brito se encaminha à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, impressiona-me como o Partido dos Trabalhadores, após o discurso da Deputada que falou pela Liderança do PT, incorporou de fato o espírito Goebbels, o maior comunicador do nazismo na Alemanha.

É impressionante a mentira repetida várias vezes. Lula não pode ser candidato, porque está condenado em segunda instância. Portanto, pela Lei da Ficha Limpa, aprovada nesta Casa, já não seria possível sua candidatura, mas o PT insiste nisso. Além disso, Sr. Presidente, Lula está condenado a 12 anos de prisão, em cumprimento de pena, o que também o impede de ser candidato, segundo o Código Penal.

Então, realmente nos deixa surpresos essa vontade do PT de, através de suas lambanças, enganar o povo brasileiro o tempo todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Leo de Brito, por até 3 minutos.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, naturalmente, sou a favor dessa medida provisória, mas queria aproveitar este momento aqui na tribuna da Câmara para manifestar meu apoio e solidariedade aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública —



SUCAM. Essas pessoas, que também eram chamadas de “guardas da SUCAM”, trabalharam por décadas, sobretudo em território amazônico, combatendo endemias como malária e febre amarela. Muitas delas foram atingidas pelo DDT.

Essa é uma questão que há muito tempo vem sendo ignorada pelo Parlamento, e eu faço questão de registrar aqui a sua importância. O DDT foi utilizado, inclusive pelo Ministério, pelo Governo Federal, até a década de 90, e hoje, Deputado Henrique Fontana — V.Exa. é médico —, muitas dessas pessoas estão morrendo de câncer ou outras doenças decorrentes dessa situação e precisam de um reconhecimento do Estado brasileiro.

Em 2009, um projeto de lei do então Senador Tião Viana, que hoje é Governador do meu Estado, resultou na Lei nº 11.936, de 2009, que proíbe o uso do DDT no nosso País. Já foi um grande avanço, mas nós precisamos que o Estado brasileiro — este Parlamento e o Governo Federal — reconheça a importância dessas pessoas que estão morrendo e pague efetivamente a indenização a elas e a suas famílias.

A PEC 17, de 2014, do Senador Valdir Raupp, trata desse tema e já foi aprovada na CCJ do Senado Federal. Obviamente, por conta da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, ela não pode ser votada no plenário do Senado. Mas faço um apelo ao Presidente do Senado para que, tão logo cesse a intervenção federal, seja votada essa PEC tão importante. Ela estabelece o pagamento de uma indenização de 100 mil reais a esses servidores lutadores, guerreiros, e às suas famílias. Espero que, quando chegar à Câmara dos Deputados, essa PEC seja aprovada. É necessário que se faça justiça a essas pessoas que lutaram tanto pela saúde do nosso País e que acabaram sofrendo com esses males.



---

Eu peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna fazer um registro especial. Gostaria de registrar meu apoio e solidariedade a todos os antigos servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM que foram contaminados pelo diclorodifeniltricloroetano, mais conhecido como DDT.

Desde muito tempo acompanho a luta desses servidores e seus familiares. Em razão do seu nobre trabalho, esses servidores aplicavam o DDT no combate a doenças endêmicas, como a malária e a febre amarela.

Os “guardas da SUCAM”, como eram conhecidos em toda a Amazônia, durante muitos anos ficaram expostos ao DDT, por negligência do Governo Federal, que permitiu o uso da substância até meados da década de 90.

No Acre, milhares de pessoas foram contaminadas, e até hoje os efeitos do DDT ainda estão presentes, trazendo consequências devastadoras para muitas famílias acrianas.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que o uso do DDT foi proibido no Brasil graças à Lei nº 11.936, de 2009, de autoria do então Senador Tião Viana, do PT do Acre, hoje Governador do Estado do Acre. O Acre, portanto, tem um histórico de luta contra o DDT, e hoje gostaria de homenagear cada “guarda da SUCAM” que teve sua vida afetada pelo DDT, no combate à malária na Amazônia brasileira.



Quero deixar registrado meu apoio integral à PEC 17/2014, de autoria do Senador Valdir Raupp, de Rondônia, que estabelece uma indenização de R\$ 100 mil aos antigos “guardas da SUCAM” atingidos pelo DDT e seus familiares.

A PEC já foi aprovada na CCJ do Senado e em breve chegará à Câmara dos Deputados, onde terá meu total apoio. Essa indenização é mais do que justa depois de toda a negligência e irresponsabilidade do Estado Brasileiro para com essas famílias.

A todos os atingidos pelo DDT e seus familiares, deixo minha mensagem: contem comigo nessa luta!

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Declaro encerrada a discussão.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passa à votação.

Não há ninguém inscrito para encaminhar contra.

Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

V.Exa. abre mão de fazer o encaminhamento? *(Pausa.)* Abriu.

Deputado Luiz Carlos Hauly, V.Exa. também abre mão? *(Pausa.)*

Deputado Floriano Pesaro, V.Exa. quer encaminhar favoravelmente? *(Pausa.)*

Quero dizer aos Deputados que estão pedindo 1 minuto que daqui a pouco vou dar o tempo de 1 minuto para a orientação de cada partido. Então, o que nós vamos fazer? Quem for orientar pelo PSDB, por exemplo, diz como vota e fala por 1 minuto. Quem for orientar pelo partido diz como vota e fala por 1 minuto. Todos falam 1 minuto, e nós ganhamos tempo.

Tem a palavra o Deputado Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encaminho para fazer a defesa da medida provisória que trata da prorrogação dos contratos, por tempo indeterminado, no âmbito do Ministério da Cultura, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A medida já teve o parecer da Comissão Mista pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela constitucionalidade e juridicidade, além da boa técnica.

Sr. Presidente, a medida autoriza a prorrogação de contratos. Pelo Ministério da Cultura, foram prorrogados 108 contratos, por tempo indeterminado, para atender à necessidade do Ministério. Essa prorrogação também acaba sendo aceitável em caso de contratos firmados a partir de 2013. O Ministério do Desenvolvimento Social foi autorizado a prorrogar 55 contratos. O Ministério da Ciência, da mesma forma, foi



autorizado a prorrogar 24 contratos. Esses contratos são necessários para o andamento do Ministério, as atividades de suporte técnico e também as políticas públicas que estão sendo exercidas pelos três Ministérios, Sr. Presidente.

Quero também aproveitar para dizer que, apesar de ainda não ter sido instalada a Comissão Mista para analisar a Medida Provisória nº 841, de 2018, que reduz, quando na verdade deveria aumentar, os recursos dos setores da cultura e do esporte, vários de nós Deputados já estivemos na tribuna mostrando ao Governo que é um equívoco retirar recursos da cultura e do esporte para repassá-los à segurança pública. Todos nós somos favoráveis a políticas de segurança pública, mas, acima de tudo, a políticas preventivas de segurança pública, no caso da cultura e do esporte, especialmente.

Hoje, tivemos a primeira notícia de que nossos esforços — meu, do Deputado Otavio Leite, entre outros — têm surtido efeito, na medida em que o Governo vem claramente recuando em relação à Medida Provisória nº 841, de 2018, no sentido de manter os recursos da cultura e do esporte arrecadados na loteria federal. Será uma grande vitória se o Governo substituir o texto da medida provisória encaminhada a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Orientação de bancada.

Como vota o Podemos, Deputado Roberto de Lucena?

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta “sim”.

Eu quero aproveitar a oportunidade para dizer que a Igreja O Brasil para Cristo, da qual faço parte, uma das maiores expressões evangélicas pentecostais deste País, comemora hoje o aniversário do Reverendo Luiz Fernandes Bergamin, Presidente no Estado de São Paulo e Presidente nacional. Trata-se de um homem probo, sério, justo, um exemplo de homem de Deus, de homem do bem e de homem de fé.

Portanto, eu quero me somar a todos os membros da Igreja O Brasil para Cristo, que tem quase 1 milhão de membros no País, para celebrar o aniversário do Pastor Luiz Fernandes Bergamin, desejando muito sucesso, paz, saúde e prosperidade a ele e sua família.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PT, Deputado Caetano?

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PT vota “sim”.



Mas eu queria perguntar aqui o seguinte, Sr. Presidente: juiz é superior a desembargador, a Ministro? Acabou a hierarquia no Judiciário? É preciso que o Judiciário resolva isso, porque é o Poder que garante o equilíbrio da Nação brasileira e de qualquer nação. Um juiz de férias no exterior pode revogar, não cumprir a decisão de um desembargador? Daqui a pouco, o Deputado Federal, quando estiver no exterior, vai votar aqui por procuração! Não pode permanecer essa bagunça. É preciso resolver isso.

O que na verdade está acontecendo nesta Casa é que estão com medo de Lula. Lula é o cara! Prenderam Lula, mas não combinaram com o povo. O povo quer Lula! A sociedade quer Lula!

Lula livre! Lula Presidente do Brasil! Viva Lula!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como orienta o MDB? *(Pausa.)*

Como orienta o PSDB, Deputado Otavio Leite?

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

Eu gostaria de me associar às inúmeras lideranças comunitárias da região da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, que lá estiveram presentes para homenagear um grande brasileiro que, na jovialidade dos seus 90 anos de idade, ainda era muito ativo em defesa daquela região: Kleber Machado.

Kleber Machado foi um dos precursores da Barra da Tijuca. Lutou muito para o desenvolvimento da região e para a melhoria da qualidade de vida da população. Ele criou o Barra Alerta e o Conselho de Segurança da região, sempre procurando, de alguma maneira, fazer com que as autoridades de todas as esferas cumprissem





seus respectivos papeis. A sociedade civil na Barra da Tijuca tem nele uma inspiração de luta e de trabalho.

Então, a inauguração dessa passarela com seu nome na Avenida Armando Lombardi foi muito justa. Estarei ao lado dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga, do Democratas.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este discurso de Lula Livre já está virando conversa para boi dormir. O povo não aguenta mais isso. A prova de que Lula não vai ficar livre é que a Justiça brasileira está reagindo a essas manobras que estão fazendo para tentar livrá-lo da cadeia. Não vão conseguir.

Se eu fosse o Juiz Sergio Moro, a quem estão chamando de capitão do mato, eu apressava os novos processos que existem, para Lula pegar mais uma punição e ficar dentro da cadeia o resto da vida.

Eu acho que o PT deveria tratar com mais cautela os desembargadores. Eu acabei de ouvir alguém dizer que a Laurita não agiu como mulher. Esse tipo de agressão não se faz necessário. Quando a decisão é favorável ao PT, eles gostam; quando é contrária, eles repudiam e agriem. É por isso que eu acho que não vão obter sucesso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSD?

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, reafirmando que lugar de ladrão é na cadeia, eu presto homenagens ao Juiz Sérgio Moro, aos Desembargadores Thompson Flores,



Presidente do TRF-4, e Gebran Neto, seu relator, que agravou a pena do ex-Presidente Lula, e à Ministra Laurita Vaz, Presidente do STJ.

É incrível a montagem que foi feita, a farsa que foi criada, para se tentar conseguir a fuga do larápio com seus aliados da cadeia. Eu gostaria de dizer que esse Rogério Favreto em nada dignifica a Justiça do Brasil.

Ficam aqui as minhas homenagens àqueles que impediram essa operação quixotesca. *(Manifestação no plenário: Lula Livre!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PTB, Deputado Pedro Fernandes?

**O SR. PEDRO FERNANDES** (Bloco/PTB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar “sim”.

Eu aproveito para registrar o aniversário de duas cidades do Maranhão: Turiaçu e Brejo. Elas datam de 1870 e têm belíssimas histórias. Na pessoa do Dr. Francisco Pestana, de Brejo, eu quero parabenizar a todos os brejenses e mandar um abraço a essa grande cidade. Quero aproveitar também a liderança do Chico Curió, em Turiaçu, para abraçar a todos os turienses.

São cidades importantes, que têm história, principalmente pela sua formação indígena. Brejo participou da guerra da Balaiada, e Turiaçu faz ligação com o Município de Bragança, no Pará.

Parabéns a essas duas grandes cidades do meu Estado, o Maranhão!



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pela Liderança do Bloco Parlamentar PTB/PROS, concedo a palavra ao Deputado Felipe Bornier, que dispõe de 5 minutos.

**O SR. FELIPE BORNIER** (Bloco/PROS-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaríamos de registrar nosso voto favorável.

Quero também parabenizar o Parlamento pela aprovação da medida provisória que trata da anistia dos bombeiros, inclusive dos bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. Isso é de suma importância. Deixamos de aprovar essa matéria na semana passada em decorrência das comemorações da Semana do Bombeiro Militar em todo o Brasil. Mas nada está perdido.

Quero dizer ainda que esta semana tivemos a oportunidade de realizar o curso de formação do PROS aqui em Brasília e em todo o Brasil. Agradeço a presença do Deputado Vitor Valim, que muito contribuiu. Tenho certeza de que estamos fazendo o nosso dever de casa, incentivando novas lideranças políticas, abrindo um cenário eleitoral em todo o Brasil, nos preparando e nos conscientizando.

Não adianta entrarmos em recesso eleitoral e deixarmos de debater matérias importantes para o Brasil. Além de apresentar pautas positivas, precisamos também nos integrar mais aos pensamentos da sociedade, de forma consciente, a exemplo da votação de ontem, quando aprovamos a jornada de trabalho dos agentes comunitários de saúde. Essa medida tem um impacto relevante em todos os Municípios do Brasil, porque, com certeza, melhorando o piso salarial, melhoram-se também as condições de trabalho da categoria.



Tivemos também uma votação relacionada à intervenção no Estado do Rio de Janeiro, disponibilizando 1,2 bilhões de reais para o gabinete interventor. Sabemos que a realidade do Rio de Janeiro está muito complicada. Passaram-se anos e nada foi feito. Há hoje um total descuido por parte das lideranças políticas, por parte do Governador. Realmente, o Estado precisa que essa intervenção se faça diferente. Não é fácil, é um grande desafio. Nós, que representamos Municípios da Baixada Fluminense, do interior do Estado, sabemos que ainda falta muito para a intervenção chegar a essas regiões.

Gostaria também de dizer que precisamos de fato fazer como o Senado fez esta semana, trazendo o debate sobre doenças raras, que afetam 13 milhões de brasileiros. O Ministério da Saúde vai abrir ainda este mês uma consulta pública, vai ouvir especialistas, para saber como atender a população afetada. Medicamentos, como, por exemplo, o Spinraza, para atender pacientes com AME, a atrofia muscular espinhal, devem ser fornecidos pelo SUS. Esta Casa não está debatendo nada nesse sentido, não está fazendo cobranças ao Ministério da Saúde, à ANVISA, à CONITEC.

Precisamos, sim, avançar em políticas públicas para a sociedade, porque, como diz a Constituição, todos nós somos iguais perante a lei, mas quem tem familiar ou amigo que sofre de doença rara sabe que não é essa a realidade hoje enfrentada no Brasil.

Tivemos aqui uma grande briga em relação à ANS, que só quer aumentar o valor dos planos de saúde, fazendo com que uma grande parcela da sociedade vá procurar o Sistema Único de Saúde. A sociedade hoje tem grande dificuldade de pagar um plano de saúde. Isso acaba piorando ainda mais a situação.



Precisamos encarar essa realidade. Essa distribuição precisa ser feita de forma transparente. Muitas vezes anunciam que vai haver uma audiência, mas nada é feito. Parece que ali a caneta precisa ser dada, e, se não houver cobrança por parte deste Parlamento, isso não vai acontecer.

Por falar em segurança pública, é muito importante que coloquemos investimentos que ajudem de fato na compra de veículos, armamentos, munições e na contratação de serviços e pessoal para encarar essa grande dificuldade encontrada hoje não só no Estado do Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil.

Estamos prestes a entrar em recesso e precisamos, sim, discutir que tipos de projetos de lei deveríamos debater, aprovar. Precisamos aprovar projetos que digam respeito ao que a sociedade realmente espera do Parlamento.

Eu vejo hoje diversas lideranças políticas, até candidatos à Presidente da República, dizendo que nós precisamos melhorar a transparência. Nós temos hoje um projeto que cria o Código de Defesa do Eleitor, algo que corresponde à realidade do sentimento da população brasileira. Ele, que está desde 2010 aqui na Câmara dos Deputados, está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça.

Esse projeto é de minha autoria. Diversos outros Deputados e Senadores falam dele nesta legislatura. Ele está pronto para ser votado na CCJ e, com certeza, vem ao encontro do que a sociedade busca do Parlamento, que é transparência, principalmente neste momento, a 3 meses de uma eleição eleitoral, quando muitos pré-candidatos iludem o eleitor, prometendo o impossível.

O que nós buscamos hoje é dar certa razoabilidade e melhores condições para garantir que todos os candidatos sejam verdadeiros. Hoje nós estamos



movidos a *fake news*, a notícias falsas. A pessoa apenas registraria as suas demandas na Justiça...

*(Desligamento automático do microfone.)*

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. colegas Deputados, conseguimos duas vitórias muito importantes nesta Casa esta semana.

A primeira é a aprovação da MP que aumenta o piso salarial de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Os agentes muitas vezes levam os serviços de saúde a áreas isoladas, que não têm outras formas de atendimento, e nós temos uma responsabilidade grande com esses agentes que levam saúde para a população. Estou muito feliz com essa aprovação, porque dá a valorização merecida a esses servidores, que são de suma importância para o País.

Outra grande conquista foi a aprovação, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, do Projeto de Lei nº 5.743, de 2016, de nossa autoria, que cria estacionamento gratuito para bicicletas. A bicicleta é responsável por 7,4% dos deslocamentos nas áreas urbanas. Além de um meio de transporte independente, é uma ferramenta poderosa para facilitar o trânsito e a mobilidade urbana nas grandes cidades. É um grande avanço para o Brasil.

O Presidente do Senado já anunciou alguns itens que serão pautados nas próximas semanas. Um deles é sobre o fornecimento pelo SUS de remédio para doenças raras. A falta de remédios afeta principalmente as pessoas mais pobres do País, que não podem comprar esses medicamentos, que são caros.



Chegou a hora de mudar essa realidade. Muitas crianças e famílias estão sem amparo, como, por exemplo, os pacientes que sofrem de atrofia muscular espinhal e precisam que o medicamento Spinraza seja fornecido pelo SUS.



**O SR. VALMIR PRASCIDELLI** - Peço a palavra pela Liderança da Minoria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aguarde só um minutinho. Eu quero ver se consigo produzir um acordo. Eu acredito que a maioria aqui tem interesse em votar a Medida Provisória nº 832.

Deputado Henrique Fontana, eu gostaria que V.Exa., o Deputado Chico Alencar e os outros Líderes me ouvissem, porque eu estou tentando produzir um acordo.

Qual é a proposta que eu faço? Ao tempo dos Líderes que forem falar, eu vou acrescentar o tempo de orientação. Se V.Exas. concordarem, nós colocamos “sim” para todo mundo, aprovamos logo a medida provisória em apreciação no momento, sobre a qual há acordo, ouvimos os Líderes — eu vou acrescentar 1 minuto ao tempo que vou dar para cada um deles — e, então, passamos à MP 832. Se V.Exas. concordarem, nós procederemos dessa forma. Eu só faço o que o Plenário aceita.

Há concordância do PT? (*Pausa.*)

**O SR. VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, eu só queria orientar pela Minoria, por 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Daqui a pouco eu concedo a V.Exa. o tempo de 1 minuto, Deputado.

**O SR. EVANDRO GUSSI** - Sr. Presidente, qual é a proposta de V.Exa.?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vou explicar a proposta. Alguns Líderes já orientaram. Faltam alguns poucos, que vão ter seu tempo de orientação agregado ao de Liderança, como é o caso dos Deputados Evandro Roman e Chico





Alencar. A esses eu vou dar 1 minuto a mais, porque era o tempo a que eles teriam direito se tivessem orientado.

Então, nós aprovaríamos logo a medida provisória que está em apreciação no momento, sobre a qual há acordo, para depois darmos início à leitura da MP 832, quando todo mundo poderá fazer o que quiser — obstruir, etc. —, dentro do que está previsto pelo Regimento Interno.

É essa a proposta do Presidente.

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT concorda com essa proposta. O meu tempo de 1 minuto pode ficar para o momento oportuno. O PDT orienta “sim” e concorda com que se coloque a orientação “sim” para todos, para que passemos à votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Evandro Gussi.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu não vou participar de nenhum acordo nesse sentido. Inclusive, se for feita a leitura da MP 832, eu tenho uma questão de ordem a ser apresentada assim que ela estiver em apreciação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não há problema. V.Exa. tem todo o direito de fazer isso, porque é regimental.

Podemos proceder assim? (*Pausa.*)

Então, a orientação para todo mundo é “sim”.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação o parecer.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passa-se à votação do mérito da Medida Provisória nº 829, de 2018.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Há sobre a mesa e vou submeter a  
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Evandro Roman, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD. Ao tempo de S.Exa. será acrescido 1 minuto de orientação, portanto o Deputado Evandro Roman dispõe de 8 minutos.

Em seguida, falará o Deputado Chico Alencar, por 4 minutos.

Obrigado a todos pela compreensão.

**O SR. EVANDRO ROMAN** (PSD-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, eu gostaria de fazer uma análise, para entendimento sobre o que se passou no último domingo, na ação que visava à liberdade ou à soltura do ex-Presidente Lula.

Eu analisei a questão com bastante tempo, para não usar de leviandade, praticamente durante essas mais de 50 ou 60 horas que se passaram do episódio. E tenho hoje em minhas mãos um parecer da Ministra Laurita Vaz, Presidente do Superior Tribunal de Justiça — STJ.

Eu diria que todo esse processo nos reporta a uma atenção muito grande no despacho oficial da Ministra. Eu teria a possibilidade de apresentar várias matérias de jornal, mas vou me ater ao documento oficial da Ministra sobre o protocolado *habeas corpus*.

A Ministra cita algumas expressões que nos deixam perplexo. Ela diz: “*Neste ponto, cumpre ressaltar, com a máxima vênia, a inusitada e teratológica decisão (...)*” Ela quis dizer, na linguagem popular, uma decisão absurda, uma decisão mal concebida pelo Sr. Desembargador Rogério Favreto. Tudo isso nos reporta a outras partes do texto, em que ela diz: “*autoridade manifestante incompetente*”, ou seja, não era de competência dele — são palavras tiradas do texto; “*com oportuna*





*precaução, consultar o Presidente*”, referindo-se ao Presidente Tribunal da 4ª Região; e que se gerou um *“tumulto processual”*. Ela ainda diz que as pessoas que solicitaram, os nobres colegas Deputados, não são defensores constituídos pelo ora paciente.

Tudo isso hoje me cheira a um golpe, esta é a expressão. Isso me reporta a algo que — e digo com a prudência e a serenidade que sempre procurei ter — expõe ou expôs totalmente, ou parcialmente, o Judiciário. Este mostrou fragilidade.

Claramente, o fato mostra a necessidade de reformulação, para que não voltemos a ver equívocos como este. Vou me ater à palavra “equívoco”, que me parece a palavra mais consistente, neste momento. Quem ousa falar em golpe a partir do que aconteceu nesse domingo? Eu gostaria realmente de ouvir quem ouse falar aqui em golpe, a partir do que foi tramado sexta-feira, às 19 horas, até o momento final das três situações.

Mas eu vou utilizar o meu tempo aqui para levar esse episódio para o espírito da comédia. Nesse espírito da comédia, eu vou me reportar a um filme nacional de 1998, intitulado *“Boleiros, Era Uma Vez o Futebol”*. Faço uma analogia às decisões do Desembargador Favreto, com as quais ele se posiciona como o personagem do Virgílio Pênalti, que foi interpretado pelo excelente ator Otávio Augusto. O filme, meu caro amigo Deputado Fábio Trad, foi dirigido e idealizado, juntamente com outros, por Ugo Giorgetti. O diretor utiliza, neste filme, o personagem desse árbitro. A situação eu já vivi tempos passados, na função. Mas, na área da comédia, ela cabe muito bem ao que foi realizado pelo Desembargador Favreto. O árbitro, em determinado momento, naquela cena cômica, marca o pênalti, ou o resultado que tinha que garantir para os três que estavam na arquibancada.



Faço agora uma analogia aos três *habeas corpus* que foram impetrados ou decididos pelo Desembargador Favreto: após a primeira batida do pênalti, ele manda voltar; na segunda batida do pênalti, ele manda voltar, porque o goleiro pega. Em analogia àquele goleiro que estava lá na defesa, cito um dos orgulhos do Estado do Paraná e do Brasil: o Juiz Sérgio Moro. O Juiz Sérgio Moro, levando em consideração essa analogia, não na comédia, mas sim na vida real, defende os dois pênaltis, porque em um é realizado o gol. No entanto, na vida real isto não ocorreu.

Tenho certeza de que os senhores vão entender isto, ao assistir ao filme. A todo momento, quando o árbitro não conseguia realizar o objetivo que tinha colocado em jogo para os três que estavam na arquibancada — e comparo aqueles três que estavam na arquibancada com os três Deputados que entraram com a solicitação junto ao TRF-4 —, colocava os olhares sobre eles, pois tinha que entregar o combinado. Mas não deu certo. Não deu certo porque nós tínhamos, na defesa, pessoas competentes do Judiciário, pessoas que estavam alertas, Deputado Aroldo, e que não deixaram que isso ocorresse.

Então, eu diria que a comédia de um filme nacional cabe muito bem à decisão tomada no domingo pelo Desembargador Favreto. Eu tenho certeza de que, quando os senhores entenderem muito bem o que estou falando, perceberão que eles só não conseguiram ter êxito, como ocorreu no filme de 1998, porque tivemos, a tempo, defensores que conseguiram impedir realmente a realização daquele resultado encomendado. Ou os senhores têm dúvida de que foi um resultado encomendado? Eu não tenho dúvida disso.

Meu muito obrigado a todos os senhores. Eu tenho certeza de que os senhores realmente entenderão logo esta analogia que fiz. Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu é que agradeço a V.Exa. a compreensão.

*Durante o discurso do Sr. Evandro Roman, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Carlos Andrade, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Alencar, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL, por 4 minutos.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Carlos Manato.

Dizem que a dor do pobre não sai no jornal ou, quando sai, dura pouco tempo. A dor de qualquer pessoa, vítima de injustiça e truculência, tem que estar presente aqui na Câmara. E eu cumpro a dolorosa obrigação de, em nome da Comissão de Direitos Humanos — e, creio, da totalidade deste Plenário —, apresentar neste plenário Bruna Silva, uma brasileira jovem que vive a maior dor que um ser humano pode viver: a perda prematura de um filho vítima da violência de quem devia proteger a sociedade.

Bruna, mãe de Marcos Vinícius da Silva, assassinado há exatos 21 dias, fará hoje, na Comissão de Direitos Humanos, um depoimento sobre essa situação trágica, terrível! Ela aprendeu, na dor e no sofrimento, a não deixar ser uma tragédia só dela, mas de muitas mães deste País, inclusive das mães de policiais, que vivem essa situação inédita talvez no planeta. Em 2016, segundo o *Atlas da Violência*, nada menos do que 62 mil pessoas foram vítimas de assassinato!

E a resolução desses crimes, como o da nossa amada Marielle e de Anderson, não acontece. Nós estamos, no caso Marielle, há quase 4 meses esperando que a autoridade investigativa apure quem matou e quem mandou matar.

E também a Bruna aguarda algo que é mais fácil de ser desvendado ainda, na medida em que o menino Marcos Vinícius, que ia pra escola... Hoje, essa camisa ensanguentada do filho, nas mãos de Bruna e de tantas outras pessoas, vira uma bandeira de luta por justiça e esclarecimento. A mochila dele era colorida



exatamente para não ser confundida, de maneira alguma, com mochilas do crime chamado organizado. Ainda assim, numa operação policial desastrosa, lamentável, em que até um helicóptero atirou sobre a comunidade, o Marquinhos foi embora, para dor dos seus colegas, da sua família e de toda a comunidade. Isso não pode continuar neste País!

Mas, Bruna, eu quero lhe dizer que a Câmara dos Deputados, para onde você vem pela primeira vez, assim como Brasília, acolhe você com o sentimento de solidariedade, não exclusivo, não para privilegiar alguém, mas para dizer que nós temos sensibilidade, e para que essa tragédia brasileira não continue, não se reproduza.

A insegurança em que vivemos exige uma política de segurança inteligente, preventiva. Exige escola, emprego, políticas sociais de grandeza, a fim de que não continue a acontecer, nessa dimensão, aquilo que é a maior violência que um ser humano pode sofrer: a perda de um filho ou filha na flor da idade, vítima da violência letal bélica.

Nós queremos justiça para todas essas vítimas. Nós queremos um País fraterno, solidário, igualitário e amoroso. Diz São João da Cruz, um místico espanhol do século XVI: *“Quando se pode sofrer e amar, pode-se muito, pode-se mais que tudo no mundo”*. A justiça, a solidariedade, a fraternidade e a igualdade vencerão.

Bem-vinda, Bruna! Vamos depois, às 16 horas, ouvir o seu testemunho, com todo o respeito, lá na Comissão de Direitos Humanos.

**O SR. IVAN VALENTE** - Marquinho presente, sempre!



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o nobre Líder do DEM.

**O SR. RODRIGO GARCIA** (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não estava no Plenário quando V.Exa. anunciou qual será o encaminhamento desta sessão. Eu entendi que nós passaríamos pela votação de alguns requerimentos de urgência, pela MP 829, que já foi votada, entraríamos nos bloqueadores, entraríamos no cadastro positivo e, na sequência, na MP 832. V.Exa. mantém este entendimento da pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não, o que eu recebi do nosso Presidente foi isto: ler agora a eleição da Comissão Representativa, que é um acordo. Todos os Líderes entregaram nomes. Depois, leríamos a MP 832.

**O SR. RODRIGO GARCIA** - A questão é a seguinte: nós temos destaques à MP 832 que vão demandar quórum no plenário. Eu só queria fazer um apelo aos Líderes — eu não vi o Deputado Osmar Terra — para tentarmos o entendimento de colocá-la em votação no momento em que nós tivermos quórum para que possamos deliberar a matéria e não ficarmos com votação pendente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - É por isso que eu vou ler a Comissão Representativa.

**O SR. EVANDRO GUSSI** - Mas e os outros projetos, Presidente?

**O SR. RODRIGO GARCIA** - Fazer a verificação de quórum nessa Comissão Representativa não me parece mais adequado. Talvez em outro projeto fosse mais adequada a verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não, isto aqui dura 1 minuto e meio, é só para ler. Eu só vou ler, não haverá votação, nada. É sobre a eleição de Comissão Representativa do Congresso Nacional. Todos os partidos indicaram os nomes, e eu



só vou ler porque é regimental. Nós temos que ter isto aqui, certo? Depois, a MP 832 vai ser lida, será aberta discussão, será aberto todo um processo normal de medida provisória, com obstrução, com tudo normal.

**O SR. RODRIGO GARCIA** - Presidente, fica a sugestão de nós testarmos o quórum antes de entrar na MP 832, para não corrermos risco, mas me sustento na decisão de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Bem, a leitura não atrapalha, Deputado, a leitura não atrapalha.

**O SR. EVANDRO GUSSI** - Sr. Presidente, faço só uma sugestão a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pois não, Deputado.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Desenha-se em algumas bancadas uma possibilidade de obstrução, caso a MP 832 venha a ser discutida já, imediatamente, o que poderia prejudicar o seu quórum, e assim por diante.

Eu acho que a sugestão do Líder Rodrigo Garcia é a melhor possível. Até para garantir o amplo debate, até para que todos possam ser contemplados e, daqui a pouco, não caia a sessão ou a medida provisória por conta disso —, o cadastro positivo e outras medidas que estão sobre a mesa, que oferecem possibilidade de nós testarmos o quórum. Com isso, quando entrarmos na MP 832, se esta for de fato a decisão da Presidência, que isso aconteça já com uma presença em plenário mais robusta, o que claramente nós não temos agora.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pois não.



**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Eu quero me contrapor a esta opinião. Há claramente aqui — nós temos que dizer isto com toda a franqueza e diretamente para os brasileiros, inclusive para os milhares de caminhoneiros que o País tem — um grupo dentro deste plenário que não quer nos deixar votar a medida provisória que estabelece a tabela de fretes mínimos para os caminhoneiros. E existe uma maioria que quer votar. Este é o embate que está ocorrendo aqui.

Nós não queremos entrar em outro projeto, nós queremos a leitura da Medida Provisória nº 832, de 2018, e queremos entrar na votação da tabela mínima de fretes. Aliás, independentemente de opiniões que circulam aqui, deveriam, no mínimo, respeitar um acordo que foi feito com os caminhoneiros. O País paralisou durante 10 dias. Essa paralisação legítima dos caminhoneiros, num limite do grito de alerta de um setor que estava recebendo valores aviltados, que estavam liquidando o setor de transportes no País, custou, segundo alguns cálculos, mais de 110 bilhões de reais para a economia brasileira. Há gente aqui neste plenário que quer brincar com fogo de novo e que quer incentivar uma nova paralisação dos caminhoneiros, o que seria dramático para este País.

Vamos, então, cumprir o acordo. Vamos votar a Medida Provisória nº 832, de 2018, e vamos garantir a tabela mínima de fretes. Não é tabelamento de fretes, é o valor mínimo para que ninguém pague abaixo do custo um frete para um caminhoneiro autônomo ou também para as empresas de transporte rodoviário no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Esta Presidência vai fazer uma observação. Quando se vai votar uma medida provisória ou quando se vai começar





outra sessão, nós temos o Regimento. Pode-se pedir novo painel. Nós começamos a ler a medida provisória. Há a discussão. Todos podem discutir, todos podem orientar, todos podem pedir verificação. Há um rito muito grande, se não houver acordo. Nós temos, então, que ir tocando a Ordem do Dia com tranquilidade. Cada partido tome a sua posição, se não houver acordo. Esse é o Regimento.

Eu vou ler a eleição da Comissão Representativa, vou começar. Todos os partidos têm direito de fazer questão de ordem, de fazer obstrução, de inscrever seis Deputados para discutir de cada lado. Fique à vontade cada um, está bem?



---

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário da seguinte

**ELEIÇÃO DA COMISSÃO REPRESENTATIVA DO  
CONGRESSO NACIONAL**

*Senhoras e Senhores Deputados,*

*Conforme determina o § 4º do art. 58 da Constituição Federal, realizaremos eleição dos representantes da Câmara dos Deputados que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional, cujo mandato coincidirá com o período de recesso do Congresso Nacional, do dia 18 ao dia 31 de julho de 2018.*

*Os blocos parlamentares e os partidos políticos indicaram, de acordo com a proporcionalidade partidária, os integrantes da Comissão. A Mesa submete, portanto, esses nomes à aprovação do Plenário pelo processo de aclamação, se esse for o desejo de todos.*



**COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL PREVISTA NO §  
4º DO ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (PERÍODO DE 18 A 31 DE JULHO  
DE 2018)**

**MDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PODE/PMN/PRP/PSDC/PATRI/PRTB**

**Titulares:** Benito Gama (PTB), Hildo Rocha (MDB), Marcelo Aro (PHS), Pedro Chaves (MDB), Roberto Balestra (PP), Rodrigo Maia (DEM), Vitor Paulo (PRB).

**Suplentes:** Carlos Andrade (PHS), Celso Jacob (MDB), Cleber Verde (PRB), Paes Landim (PTB), Rodrigo Garcia (DEM), Sandes Júnior (PP), Valtenir Pereira (MDB).

**PT/PSD/PR/PROS/PCdoB**

**Titulares:** Felipe Bornier (PROS), João Rodrigues (PSD), José Rocha (PR), Paulo Pimenta (PT), Rubens Otoni (PT).

**Suplentes:** Delegado Edson Moreira (PR), Erika Kokay (PT), José Guimarães (PT), Rogério Rosso (PSD), Weliton Prado (PROS).

**PSDB/PSB/PPS/PV**

**Titulares:** Evandro Gussi (PV), Gonzaga Patriota (PSB), Izalci Lucas (PSDB).

**Suplentes:** Nilson Leitão (PSDB), Tadeu Alencar (PSB), 1 vaga.

**PDT**

**Titular:** Flávia Moraes.

**Suplente:** André Figueiredo.



**PSL**

**Titular:** *Professor Victório Galli.*

**Suplente:** *Carlos Manato.*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação a relação dos Parlamentares que compõem a Comissão Representativa do Congresso Nacional durante o recesso.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA, POR ACLAMAÇÃO, A COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Antes de dar prosseguimento à sessão, está Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Ofício nº 366/18-CN*

*Brasília, em 4 de julho de 2018.*

*Senhor Presidente,*

*Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 832, de 2018, que “institui a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas”.*

*À medida foram oferecidas 55 (cinquenta e cinco) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2018 (CM MPV Nº 832, de 2018, que conclui pelo PLV de 2018.*

*Esclareço a Vossa Excelência que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.*

*Atenciosamente,*

*Senador Eunício Oliveira*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*



**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu faço um requerimento oral, para subsidiar a discussão.

Solicito à Consultoria da Casa e à Mesa que requeiram do Executivo a tabela de preço mínimo dos últimos 15 anos do Governo Federal: todas as tabelas feitas no Governo Lula, nos dois mandatos; no Governo Dilma; e no Governo Michel Temer, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Esta Presidência vai dar 1 minuto a alguns Deputados, para que todos possam se inscrever com calma.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, por 1 minuto.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB é favorável à votação da MP 832. A Frente Parlamentar, embora alguns ainda tenham dúvida, no mérito é favorável à votação desta medida provisória.

Eu só queria que o nosso Presidente nos ajudasse, porque vai haver inscrição contra e a favor. Parece-me que há muitas posições contrárias. Peço que possa mesclar, harmonizar esses pronunciamentos contra e a favor, para não ficar todo mundo de um lado só.

Na verdade, nós fizemos as tratativas possíveis para trabalhar. Discutimos com os autônomos, os transportadores, os embarcadores. Há condições, sim, de se fazer o acordo. Na tabela, até o dia 20 vai ser feita uma grande discussão entre as partes para se chegar a um acordo sobre o custo mínimo do frete. É o máximo que nós podemos fazer. Eu não acredito que nenhum Deputado vai querer ir para casa com a pecha de não ter resolvido esse problema para o País. Essa é uma





responsabilidade nossa, e nós temos que cumprir. Nós estamos aqui para isto, para fazer com que as leis sejam aprovadas.

O Deputado Osmar Terra, nosso Relator, está aí. Fez um grande esforço e ainda o está fazendo. Nós ainda estamos conversando sobre um ou outro ponto, mas está feito o acordo. São meses e meses de discussão. O Brasil não pode esperar. O Brasil não pode sequer ter a notícia de uma possível greve. Só a notícia, já prejudica a economia brasileira. É isso que os Deputados têm que entender.

Por isso, todos têm que estar aqui no plenário para votar, para que possamos votar na Câmara e no Senado ainda hoje. Assim, poderemos ir para o recesso tranquilos, com o dever cumprido.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu só gostaria de tranquilizar V.Exa., Deputado Valdir Colatto. Nós seguimos rigorosamente o Regimento. Aqui haverá Deputados contrários e favoráveis, e o Regimento manda: um contrário e um favorável. Se acabarem os Deputados a favor, obrigatoriamente entram só os Deputados contrários. Portanto, cada bancada deve se mobilizar.

Os Deputados Waldenor Pereira, Edmilson Rodrigues e João Daniel, todos vão falar por 1 minuto. Também falarão a Deputada Laura e o Líder.

Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira, por 1 minuto.

**O SR. WALDENOR PEREIRA** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, no dia de ontem, em solenidade presidida pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia, Cel. Anselmo Brandão, tomou posse no Comando Regional de Policiamento do Sudoeste o Cel. Ivanildo da Silva. Assumiu o comando das mãos do ex-Coronel Inácio Paes de Lira



Junior, que realizou uma brilhante gestão à frente do Comando Regional do Sudoeste da Bahia.

Eu quero parabenizar o Cel. Ivanildo da Silva. Ele é um oficial operante, com relevantes serviços prestados em toda a Região Sudoeste da Bahia. Que tenha sucesso à frente do Comando Regional de Policiamento do Sudoeste e faça jus ao cargo, assim como fez o Cel. Inácio Lira Junior.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy por 1 minuto.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria apenas fazer o breve registro da nossa presença, no final de semana passado, em vários Municípios de Marajó.

Estivemos no Município de Breves, para entregar uma patrol mecânica ao Prefeito Toninho Barbosa e à Vereadora Olena Machado.

Estivemos no Município de Bagre também, para entregar uma lancha à Secretaria Municipal de Saúde, na presença do Vereador Cezão e do Vereador Nilson.

Estivemos no Município de Melgaço, que tem um dos piores IDH — Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, para entregar um equipamento no valor de 120 mil reais para as Unidades Básicas de Saúde.

Estivemos também no Município de Afuá, com a Secretária de Saúde, Valéria de Araújo, para entregar equipamentos para a Unidade Básica de Saúde e para hospital que está em reforma, com o Vereador Roldão Lobato.



Por fim, estivemos no Município de Chaves, também em Marajó, Estado do Pará, para entregar equipamentos adquiridos com recursos oriundos de emendas orçamentárias.

Parabenizo o Município de Chaves e os agentes públicos que têm lutado muito para melhorar as condições de vida das cidades.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a *Folha de S.Paulo* publicou uma linda matéria do jornalista Rubens Valente, no último dia 9, com o título *Governo Temer abandona plano de retirada de posseiros em terra indígena*.

A matéria, na verdade, refere-se à obrigação do Estado brasileiro de fazer a desintrusão da Terra Indígena Apyterewa, onde estão os parakanãs. O cacique Cavoré Parakanã mostra o desespero com o desmatamento e com a invasão, por outros invasores, inclusive de má-fé, além das 400 famílias que estavam lá, de boa-fé, que eram posseiras.

Mas o General Carlos Santos Cruz, que comandava o processo da reserva, negou-se a fazer a desintrusão, apesar de 12 milhões de reais terem sido alocados para lá.

Então, registro o meu protesto.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado João Daniel.



**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos o maior interesse na votação da Medida Provisória nº 832. Os caminhoneiros precisam da votação dessa matéria.

O Brasil inteiro mostrou, através da greve dos caminhoneiros, que a produção e a economia param quando quem produz e quem trabalha para. A classe trabalhadora do Brasil precisa estar atenta. Os caminhoneiros mostraram a sua força.

Quem não quer instituir o preço mínimo do frete são as grandes empresas que usam os caminhoneiros, os motoristas, na mais alta exploração.

Têm o nosso total respeito os caminhoneiros, os donos de caminhão que são caminhoneiros e os que são apenas motoristas.

Espero que possamos votar aqui um projeto que dê mais dignidade a essa categoria importante para o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado. Vamos divulgar a sua fala no programa *A Voz do Brasil*.

Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro por 1 minuto.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria dividir com V.Exa., que tanto trabalhou pela Guarda Portuária, e com os demais Parlamentares a tristeza pelo despacho publicado no *Diário Oficial* da União do dia 11, portanto de hoje, do Presidente da República, que diz respeito à Guarda Portuária e à Polícia Ferroviária Federal.

O veto apostado ao projeto que cria o Ministério da Segurança Pública, no caso da Polícia Ferroviária Federal, diz apenas o seguinte: *“Embora esteja na Constituição a determinação, a norma constitucional possui eficácia limitada e*



*atualmente não existe lei específica*". Não existe porque o Poder Executivo não fez. Dizer que a norma constitucional tem eficácia limitada é acabar com a instituição.

A questão da Guarda Portuária é pior, Sr. Presidente. V.Exa. deve saber que o Ministro foi ao Rio de Janeiro. Advinha quem fez a segurança do Ministro da Segurança no Rio de Janeiro? A Guarda Portuária. Mas ela não faz parte do sistema de segurança. Eles não tiveram nem a capacidade, Sr. Presidente, de escrever as razões do veto à inclusão da Guarda. É tão escandaloso que não tem razão o veto.

Sr. Presidente, nós que tanto lutamos por essa matéria — V.Exa., os Deputados Beto Mansur e Arnaldo Faria de Sá e eu — temos a obrigação de, em agosto, derrubar os vetos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Conte comigo, Deputada.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - É uma vergonha falar em segurança pública e esquecer os portos. É pelos portos que entram a maconha, a cocaína e as armas neste País.

Isso é uma palhaçada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Junji Abe por 1 minuto.

**O SR. JUNJI ABE** (MDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço permissão a V.Exa., perante os nobres colegas, para registrar que hoje, dia 11 de julho de 2018, faz 7 anos que o Brasil perdeu uma ilustre personalidade, o Dr. Yukishigue Tamura, filho de imigrantes japoneses vindos da Província de Kochi, no Japão.

O Dr. Tamura foi o primeiro descendente de imigrantes a ocupar uma vaga na Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo, nos idos tempos. Posteriormente,



em função da sua educação esmerada e do seu ensino também extremamente portentoso, ele se tornou Deputado Estadual.

Sr. Presidente, veja bem que história que merece ser registrada nos Anais desta Casa: ele se tornou Deputado Federal, o primeiro descendente de imigrantes japoneses a se eleger Deputado Federal. Exerceu o mandato por quatro vezes.

Portanto, queria que a minha fala fosse registrada nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - É o que o Regimento manda.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, 11 de julho de 2018, faz 7 anos que o Brasil perdeu uma ilustre personalidade: o Dr. Yukishigue Tamura, filho de imigrantes japoneses, vindos da Província de Kochi, no Japão, em 1910.

Tamura foi o primeiro Vereador nipo-brasileiro de São Paulo, o primeiro Deputado Estadual e também o primeiro Deputado Federal *nikkei* no mundo.

Personalidade destacada que foi, perseguiu seus ideais mesmo em situações difíceis. Porém, sempre acreditou nesta nobre Nação. Impulsionado por seus avós e pais, buscou, acima de tudo através da educação e do ensino, tornar-se um grande cidadão. Trabalhou como professor primário e advogado e, posteriormente, mercê de seu talento e de sua vocação, impulsionado pela população, Tamura foi eleito Vereador de São Paulo em 1947.

Nas eleições seguintes alçou voos mais altos. Em 1951, foi eleito Deputado Estadual e, em 1955, aos 39 anos de idade, foi eleito Deputado Federal. Foi eleito sucessivamente, por quatro legislaturas, até 1967.



Não contente de encerrar seus trabalhos no Parlamento brasileiro, o Dr. Tamura se viu impelido pelo povo paulistano a ser candidato a Vereador pelo Estado de São Paulo, o que se consumou em 1977.

Cumpriu rigorosamente o que Deus lhe permitiu para servir a esta grande Nação brasileira. Veio a falecer em 11 de julho de 2011.

Nossas sinceras homenagens à família do inesquecível e saudoso Dr. Yukishigue Tamura.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a transcrição de documento biográfico do Dr. Yukishigue Tamura nos Anais desta Casa e a sua divulgação nos veículos de comunicação, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

DR. YUKISHIGUE TAMURA,  
Dep. Fed. SP 1955-1969

*Yukishigue Tamura* nasceu na cidade de São Paulo no dia 2 de janeiro de 1915, filho de Yoshinori Tamura e de Kino Tamura.

Realizou os estudos primários na Escola Nipo-Brasileira Taisho e no Grupo Escolar do Carmo, e os secundários no Ginásio Nossa Senhora do Carmo, dos irmãos maristas.

Ainda estudante, trabalhou como operário e foi professor primário no Colégio São Francisco Xavier, atividade que exerceu por oito anos. Ingressando na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, estagiou na 5. Vara Criminal de São Paulo. Bacharelado-se em ciências jurídicas e sociais em 1939, exerceu a advocacia nos foros da capital e do interior e idealizou e organizou um movimento de politização dos brasileiros descendentes de japoneses, os nisseis, visando melhor integrá-los na vida política nacional.

Após o fim do Estado Novo (1937-1945), elegeu-se em janeiro de 1947 segundo suplente de deputado à Assembléia Constituinte de São Paulo, na legenda do Partido Democrata Cristão (PDC), não chegando a assumir o mandato. Em



novembro desse mesmo ano elegeu-se na mesma legenda vereador à Câmara Municipal de São Paulo. Empossado em 1948, participou das comissões de Estatística, de Cadastro, de Fomento Econômico, de Ruralismo e de Economia e Abastecimento da Câmara paulistana e defendeu a restituição dos bens e direitos confiscados a estrangeiros e nacionais, domiciliados ou não no Brasil, por ocasião da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Em outubro de 1950, elegeu-se deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo, ainda na legenda do PDC. Assumindo o mandato em fevereiro de 1951, após ter deixado a Câmara Municipal de São Paulo, tornou-se segundo-vice-presidente da Mesa da Assembléia, tendo presidido a Comissão de Indústria e Comércio e participado da Comissão de Agricultura. Líder do PDC na Assembléia, rompeu com o seu partido em 1953 ingressando no Partido Social Progressista (PSP), agremiação a que estava filiado o governador paulista Lucas Garcez (1951-1955), seu amigo e correligionário. A exemplo do governador Lucas Garcez, ao qual permaneceu solidário, rompeu com o PSP em outubro de 1953, para ingressar no ano seguinte no Partido Social Democrático (PSD). A fim de homenagear os fundadores da cidade de São Paulo durante as comemorações de seu quarto centenário, criou um projeto de lei, aprovado na Assembléia em 1954, que determinava a reconstrução do monumento histórico do Colégio São Paulo e da igreja anexa, bem como da Casa de Anchieta, destinada ao Museu Colonial. Durante o exercício de seu mandato, visitava semanalmente o interior do estado, a fim de estudar os problemas e as potencialidades econômicas de São Paulo, tendo sido um grande incentivador da cultura do algodão e da batata.

No pleito de outubro de 1954 elegeu-se deputado federal por São Paulo apoiado por uma coligação do PSD com o Partido Republicano (PR), tornando-se o primeiro deputado nissei na Câmara Federal. Empossado em fevereiro de 1955, defendeu um programa em que se destacava a defesa da implantação do regime parlamentarista, da autonomia do Distrito Federal, do princípio de maioria absoluta *para* as eleições do presidente da República, da mudança imediata da capital do país para Goiânia (GO), das reformas agrária e eleitoral, com a adoção da cédula oficial para as eleições majoritárias e proporcionais, e de uma maior participação dos municípios na arrecadação tributária nacional. Ao longo da legislatura foi





membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e em 1957 diplomou-se pela Escola Superior de Guerra (ESG).

Reeleito em outubro de 1958, com o apoio da coligação entre o PSD, o PSP e o Partido Social Trabalhista (PST), nessa legislatura participou da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, que elaborou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Novamente reeleito em outubro de 1962, dessa vez na legenda da coligação do PSD com o PSP, com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação ao regime militar instaurado no país em abril de 1964, em cuja legenda se reelegeu mais uma vez no pleito de novembro de 1966. Em dezembro de 1968 votou contra o pedido de licença à Câmara para que fosse processado o deputado Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar, tendo seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 5 (13/12/1968) em janeiro de 1969. Durante sua vida parlamentar lutou sempre pelo fortalecimento do intercâmbio cultural, técnico, comercial e financeiro entre o Brasil e o Japão.

Ingressando posteriormente no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi candidato à Câmara Municipal de São Paulo nas eleições de novembro de 1976. Eleito, assumiu o mandato em janeiro do ano seguinte. Com o fim do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), legenda sucessora da Arena. Deixou a Câmara dos Vereadores em janeiro de 1983, ao final da legislatura. Abandonando a vida pública, ingressou, juntamente com sua esposa, na Ordem Terceira Franciscana Secular.

Foi o idealizador das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), obra construída em Ipatinga (MG) mediante a colaboração técnica e financeira do Japão, e do Plano Tamura, que consistia em obter dos Estados Unidos o perdão da dívida de guerra do Japão, estimada em US\$ 490 milhões, sob condição de que ela fosse aplicada no Brasil e demais países da América Latina sob a forma de investimentos, de financiamentos ou de obras educacionais.

Jornalista, pertenceu à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), ao Instituto Cultural Brasil-Japão, à Sociedade Geográfica Brasileira e à Ação Democrática Popular.



Casou-se em primeiras núpcias com Ikuyo Tamura, com quem teve um filho e em segundas núpcias com Hanna Tamura.

**FONTES:**

ARQ. DEP. PESO. JORNAL DO BRASIL; CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertório (1963-1967 e 1967-1971); COUTINHO, A. Brasil; Eleitos; Estado de São Paulo (23/9/76); Grande encic. Deita; INF. BIOG.; SOC. BRAS. EXPANSÃO COMERCIAL. Quem; TRIB. SUP. ELEIT. Dados (1, 2, 3, 4, 6 e 8).

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida. Depois falará o Deputado Zé Geraldo.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou aqui com Valmir Rocha, liderança política e empreendedor dos Municípios de Paulo Afonso, de Glória, de Santa Brígida, de toda aquela região na Bahia. Ele veio a Brasília buscar apoio para a construção e a implementação de projeto chamado Cinturão Verde, um projeto de irrigação que envolve a Barragem de Itaparica e a Bacia do Rio São Francisco. O objetivo é gerar emprego, é dinamizar a economia daquela região. Esse projeto pode gerar mais de 100 mil empregos. No Nordeste, isso é algo muito expressivo, fundamental.

Muita gente já falou sobre isso, muita gente que já teve oportunidade de fazer com que esse projeto andasse não o fez andar e agora fala que ele vai andar. Valmir Rocha está aqui porque tem experiência, é empreendedor, gera emprego e vai conduzir isso por meio da parceria que estamos construindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Parabéns!

Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo por 1 minuto.



**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na segunda-feira, ouvi nos meios de comunicação, principalmente na Rede Globo, falarem de projetos que fazem mal ao Brasil e que seriam votados nesta Casa, entre eles o projeto que permite a criação e o desmembramento de Municípios. Falaram do número de 330 Municípios.

A minha pergunta é a seguinte: onde eles encontraram esse número? Isso não é verdade, isso é mentira. Posso dizer porque acompanho há mais de 6 anos esse projeto, um projeto enxuto. Ele não permite a criação de 300 Municípios. Não está dito em lugar nenhum do projeto que vão ser criados mais de 300 Municípios. As Assembleias Legislativas é que vão fazer a regulamentação nos Estados.

Dizem que vai haver mais 100 ou 200 Prefeitos, além de Vereadores, que isso vai quebrar o Brasil. Por que eles não divulgam que o que está quebrando o Brasil são as privatizações, os incentivos?...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Lobbe Neto por 1 minuto.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem nós fizemos uma votação. Achei que seria uma votação nominal, mas infelizmente não foi. A bancada do PSDB foi liberada. Quero deixar aqui registrado o meu voto contrário à estrutura para o Rio de Janeiro, no que se refere à intervenção.

Queria ter-me manifestado. Não foi votação nominal. Gostaria que tivesse sido. Acredito que pode haver cargos em comissão, mas que se tire de outros lugares. Deve ser criada a estrutura, mas que se tire de outros lugares. Não dá para



criar cada vez mais... O Brasil atravessa um momento difícil. O desgoverno do Partido dos Trabalhadores deixou uma bomba acumulada para todos os contribuintes brasileiros. Então, agora temos que segurar um pouco e...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está feito o registro, Deputado Lobbe Neto.

**O SR. LOBBE NETO** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Espero que sobre dinheiro para a educação, para a saúde, para o atendimento dos munícipes que precisam.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Esta Presidência gostaria de comunicar a Plenário que foi autorizada a presença de caminhoneiros e de suas lideranças nas galerias.

Não enxergo bem, mas me parece que vi o Chorão e o Bira, do Espírito Santo.

Sejam bem-vindos! Ordeiramente, tenham sucesso!



---

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Próximo Item.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 832, DE 2018**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 832, de 2018, que institui a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e pela aprovação das Emendas de nºs 3, 5, 8, 11, 14, 16 a 19, 27, 31, 38, 46, 48, 53 e 54, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2018, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 2, 4, 6, 7, 9, 10, 13, 15, 20 a 26, 28 a 30, 32 a 37, 39 a 45, 47, 49 a 52 e 55. As Emendas de nºs 1 e 12 foram retiradas pelos autores. (Relator: Deputado Osmar Terra).*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não há requerimento sobre a mesa.

Com a palavra o nosso Corregedor, que quer fazer uma questão de ordem.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, gostaria de fazê-la da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Fique à vontade, Deputado. O Regimento permite que V.Exa. use a tribuna por 3 minutos. *(Pausa.)*

**O SR. EVANDRO GUSSI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de ter a atenção de V.Exas. por um breve momento.

Neste momento, não quero fazer nenhuma discussão sobre o mérito da medida provisória. Para isso teremos oportunidade, na discussão e nos encaminhamentos. Mas esta medida provisória chega a esta Casa com uma ilegalidade insanável, uma ilegalidade procedimental insanável.

Na Comissão Mista, como membro, no legítimo direito parlamentar, eu pedi vista, antes da votação. O Presidente em exercício, nosso amigo, por quem tenho grande respeito, o Deputado Darcísio Perondi, concedeu-me vista, por volta das 16h30min do dia 3 de julho, por 24 horas. No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, às 14h30min do dia 4 de julho, ou seja, bem antes das 24 horas concedidas para a vista, a medida foi votada, estando fisicamente presentes o Presidente em exercício e o Relator.

O curioso, Sras. e Srs. Deputados, é que talvez a Comissão seja a única do Congresso Nacional da qual não há notas taquigráficas. Deputado Arnaldo, V.Exa. que é um grande conhecedor do Regimento sabe que não há registro de áudio da votação que aprovou esta medida provisória na Comissão, que não há registro de vídeo da Comissão, do que foi votado lá.



Não vou entrar no mérito, mas há uma ilegalidade insanável. O pedido de vista não foi respeitado. Não me parece haver dúvidas de que aquela votação foi nula. Isso desafia mandado de segurança em curso no Supremo Tribunal Federal, que pode ter liminar deferida a qualquer momento, o que vai inviabilizar a votação.

A minha questão de ordem é sobre esse vício insanável em relação à medida provisória. Não estou falando do mérito dela, mas do procedimento, que hoje prejudica uns e amanhã prejudicará outros. Nós sabemos como isso funciona.

Sr. Presidente, feita a questão de ordem, pediria apenas mais 1 minuto para concluir. V.Exa. me concederia, rapidamente?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu vou lhe conceder não 1 minuto, mas 3 minutos, porque V.Exa. está inscrito para discutir contrariamente. Então, eu vou passar à discussão e depois darei 3 minutos a V.Exa. *(Pausa.)*

V.Exa. não quer usar esse tempo, apenas concluir a questão de ordem? E não vai falar contrariamente depois? *(Pausa.)* Então, fique à vontade, Deputado.

**O SR. EVANDRO GUSSI** - Muito obrigado, Presidente.

Neste momento estou me referindo apenas à questão procedimental, que hoje atinge uns e amanhã atingirá outros. É fático que foi concedida vista pelo prazo de 24 horas — isso está registrado — e que o prazo não foi concluído, e, antes da sua conclusão, houve a votação, sem notas taquigráficas, sem registro de áudio, sem registro de vídeo. Essa é a questão de ordem.

Termino em 30 segundos.

Sr. Presidente, a sugestão que faria a V.Exa. é de que não avançássemos na MP 832 agora, porque poderá haver uma decisão do Supremo Tribunal Federal a qualquer momento, e será muito constrangedor para a Casa depois... Não tenho



certeza de que haverá a decisão e de qual seria ela, obviamente, mas isso pode acontecer em pouco tempo. Pode ser favorável e levará a um constrangimento, caso a votação já tenha sido realizada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado. Esta Presidência recolhe a questão de ordem de V.Exa.

**O SR. OSMAR TERRA** - Sr. Presidente, queria esclarecer, porque fui o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Então, V.Exa. quer contraditar. Espere um minutinho.

Esta Presidência recolhe, em respeito ao Deputado, o nosso Corregedor.

Vamos passar à discussão.

Antes, concedo a palavra ao Ministro, para contraditar.

**O SR. OSMAR TERRA** (MDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi respeitado o prazo regimental de 24 horas entre uma sessão e outra da Comissão Mista do Congresso.

Exatamente no horário em que a Comissão poderia discutir, deliberar foi aberta a reunião, foi feita a pergunta, foi consultado o Plenário. Havia quórum. A sessão foi suspensa, e portanto havia quórum.

Sr. Presidente, foi votado e foi decidido. Nós temos agora é que atender ao que foi decidido pela ampla maioria. Se alguém não estava lá para votar ou não quis votar, é outro problema, Sr. Presidente. Esta medida provisória é fundamental para o País, para pacificar a questão das estradas brasileiras e para evitar tumulto.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está feita a contradita, Deputado.

Vamos passar à discussão em turno único.





Para falar contrariamente à matéria, tem a palavra o nobre Deputado Evandro Gussi. Não há mais ninguém para falar contrariamente.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de entrar no tema, quero chamar a atenção mais uma vez para a questão procedimental.

Com todo o respeito ao nosso Relator, o Deputado Osmar Terra, Deputado por quem todos nós nutrimos profundo respeito, admiração e carinho, se o argumento fosse prosperar, se as 24 horas não fossem contadas a partir do efetivo pedido de vistas, mas fossem... Sras. e Srs. Deputados, digamos que o argumento trazido pelo Deputado Osmar Terra esteja correto. As 24 horas não seriam contadas a partir do pedido de vista, mas seriam contadas a partir do momento em que começou a reunião. Imaginem que uma reunião começou às 14h30min de determinado dia, e se passou a noite toda em discussão — e nós já tivemos casos assim nas Casas do Congresso Nacional, Deputado Osmar Terra —, e a reunião ficou aberta por 20 horas, por 22 horas. Aí se concede vista pelo prazo de 24 horas. Mas a Comissão já discutiu, a partir do horário para o qual estava marcado o seu início, por 22 horas. Ou seja, isso significa que, na prática, o prazo foi de 2 horas apenas.

Quando o Presidente diz “*concedo vista pelo prazo de 24 horas*” — e isso está nas notas taquigráficas do dia 3 de julho —, é óbvio que a vista é concedida a partir do momento em que é pedida. Nós podemos mudar pela argumentação muita coisa, mas a matemática ainda é impossível. E espero que assim seja sempre.



Eu chamo a atenção, especialmente, da Oposição, que se utiliza de procedimentos de discussão, de deliberação para o legítimo exercício da obstrução. Sras. e Srs. Deputados, quando no exercício legítimo da obstrução, tiverem concedida vista de 24 horas, tomem cuidado, porque as 24 horas podem ser contadas por outro fuso horário, podem não ser efetivamente 24 horas, podem ser 2 horas, pode ser 1 hora, podem ser 20 minutos, a depender do quanto tenha durado a Comissão.

Há coisas que podemos discutir, há outras que, com todo o respeito, são indiscutíveis, são matemática. É óbvio que, se o Presidente concede vista por 24 horas, é a partir do momento em que ela é concedida. Não há fusos para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Para falar favorável, tem a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

*(Pausa.)*

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, tem a palavra a Deputada Eliziane Gama, por 1 minuto.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a reforma trabalhista completa 1 ano. O objetivo apresentado, quando justificada essa reforma, seria o aquecimento da economia brasileira com a geração de empregos. O resultado que constatamos hoje, 1 ano depois, é inverso. O desemprego aumentou no Brasil, segundo dados do IBGE.

Por isso, apresentamos a proposta de realização de referendo acerca da revogação de pontos dessa reforma, para saber a opinião do povo brasileiro.

Há outro dado preocupante. O trabalhador que era empregado passou a ser autônomo. Como o seu rendimento é muito baixo, ele não consegue pagar à



Previdência, para ter a garantia no futuro de uma aposentadoria, para ter tranquilidade.

Vamos apresentar essa proposta e esperamos que o Plenário a aprove, para revogarmos a reforma trabalhista.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Nobre Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, qual é o objetivo da medida provisória? É o tabelamento, para garantir valor mínimo para os fretes rodoviários de carga, com base no quilômetro rodado, por eixo carregado, considerando as distâncias neste País continental e a especificidade das cargas, com prioridade para as questões de custo do óleo *diesel* e dos pedágios. Esse é o resumo.

Tenho um sonho: o de que haja, respeitando os mais de 50 milhões de veículos da frota automotiva brasileira, um planejamento territorial que permita uma mudança na matriz do transporte, na fluidez no território brasileiro, que hoje padece do rodoviarismo.

Juscelino Kubitschek teve importância grande, com o regime militar — importância muito grande —, no reforço dessa política interna de integração nacional que mais desintegrou o País do que verdadeiramente integrou os vários biomas, com o respeito ao equilíbrio ecológico e, principalmente, o respeito à sociodiversidade. O que houve com o rodoviarismo foram dizimações de populações, de etnias, violências sociais e violência ao meio geográfico, à natureza.

Uma política de integração nacional baseada em investimentos ferroviários, no aproveitamento dos nossos rios — porque não basta o rio para se falar em vias



fluviais, é necessário haver planejamento para viabilizar o uso dos rios de forma tecnicamente perfeita —, nada disso se faz por decreto. Foram décadas e décadas de produção intencional do caos, da bagunça, da desigualização do território, da desigualização socioespacial, portanto. Ora, enquanto não vem, aproveitamos esta política, que não é solução, mas pelo menos nós combateremos, com base constitucional — com todo o respeito à sociedade capitalista e à livre iniciativa —, a possibilidade de *dumping*. Sabemos que os cartéis são poderosos e podem impor aos caminhoneiros autônomos, que são o elo fraco da cadeia, preços que estão abaixo de sua possibilidade de fazer o transporte, o que significa adoecimento e superexploração, 12 horas ou mais de trabalho ao dia.

Eu vou concluir, Sr. Presidente. Esta política de preços, a venda do pré-sal, a entrega dos derivados...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues.

Nobre Deputado Henrique Fontana, V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta medida provisória é extremamente positiva para o País. Ela foi gerada por uma situação insuportável de desequilíbrio no mercado de fretes rodoviários no nosso País.

Duas coisas principais o levaram a esse desequilíbrio: primeiro, a forte recessão econômica; segundo, a política de preços da PETROBRAS, que, ao dolarizar o preço dos combustíveis, Deputado Tadeu Alencar, ao liberar aumentos



sucessivos no preço do *diesel* no País, causou uma explosão de preços, do *diesel* e dos demais combustíveis, junto com a recessão econômica.

Esse mercado é oligopolizado. Os contratadores são poucos, e aqueles que prestam serviços, os caminhoneiros, são muitos, e especialmente os caminhoneiros autônomos estão mais sujeitos a esse aviltamento do preço do frete.

Deputado Glauber, neste caso, aquilo que alguns defendem aqui neste plenário, que o livre mercado tem solução para tudo, não é verdade. O livre mercado nesse setor de fretes nos levou a esse colapso que vivenciamos.

E como era compensado o aviltamento no valor dos fretes, para reequilibrar? Os caminhoneiros suportavam e suportam cargas de trabalho de 70 horas a 80 horas por semana. Os caminhoneiros eram levados, Presidente Manato, a abrir mão da manutenção correta dos seus caminhões para sobreviver aos preços absolutamente abaixo do custo que estavam sendo pagos pelos fretes.

O que o nosso Parlamento tem que votar hoje? Se vai haver ou não uma tabela de fretes mínimos. Os detalhes da tabela serão definidos pela ANTT, passarão por outras negociações. Agora, a tabela de fretes mínimos é uma proteção mínima para o lado mais frágil dessa relação desigual, que, na regra do mercado simples, levou-nos a esse colapso.

Portanto, é preciso haver tabela de fretes mínimos. Nós temos que apoiar, aprovar a tabela de fretes mínimos.

Há outra questão importante sobre a qual queria falar, Sr. Presidente, se V.Exa. me der 1 minuto. (*Pausa.*) Não é possível? Então, conluo assim. Volto a falar sobre o assunto em outro momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado.



Concedo a palavra ao Deputado Celso Pansera. (*Pausa.*)

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, tem a palavra por 40 segundos o Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e ao Deputado Celso Pansera.

Quero encaminhar um pronunciamento sobre uma área de proteção ambiental.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero pedir a esta Casa que não deixe de aprovar hoje, assim como aprovamos ontem o projeto de interesse dos agentes comunitários de saúde, o projeto que prevê o retorno da decisão sobre a emancipação de Municípios para os Estados, hoje uma responsabilidade da União. A União não sabe quais são os distritos de Petrolina, como Rajada e Izacolândia ou Araripina, que podem se emancipar.

Portanto, Sr. Presidente, nós pedimos que hoje se coloque em pauta para votação o projeto relativo à emancipação de Municípios brasileiros.

Passaram-se 40 segundos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Feito o registro.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Pernambuco ganhou mais uma Unidade de Conservação, a primeira exclusivamente marinha: a Área de Proteção Ambiental — APA Marinha Recifes Serrambi.

O Decreto nº 46.052 foi assinado pelo Governador Paulo Câmara e foi publicado no final de maio no *Diário Oficial* do Estado. A iniciativa, da Secretaria de



Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), visa à proteção dos ambientes marinhos e costeiros, à conservação da biodiversidade e da beleza cênica, à promoção do uso sustentável dos recursos naturais da região, além do ordenamento de atividades como o turismo, o lazer e a pesca artesanal.

A área a ser protegida possui 84.036,79 hectares, sob a influência dos Municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Tamandaré e Rio Formoso. A sua proteção busca não só o ordenamento dos diversos usos econômicos existentes, mas também o fortalecimento da pesca artesanal e do turismo sustentável, através da participação social e da educação ambiental.

A proposta técnica para a proteção da área marinha foi construída de forma colaborativa, sob a coordenação de grupo de trabalho (GT) formado por representantes da SEMAS e da Agência CPRH. As contribuições foram apresentadas durante reuniões e oficinas participativas com atores locais, como pescadores, pesquisadores, turistas, veranistas, empresários, e com representantes das três esferas do poder público, nos Municípios relacionados: Tamandaré, Rio Formoso, Sirinhaém, Ipojuca, além do Recife.

Além disso, Sr. Presidente, dados de pesquisas sobre a biodiversidade marinha, com destaque para os paleocanais, espécie de rios submersos próximos aos Rios Una e Sirinhaém, responsáveis pela bioconectividade ecossistêmica — conexão que ocorre entre os ambientes marinhos e estuarinos —, e contribuições das equipes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio, do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha



do Nordeste — CEPENE e da APA Costa dos Corais foram acrescentados à proposta.

Após a sistematização das sugestões recebidas nas consultas públicas, a proposta técnica de criação da APA marinha foi aprovada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA-PE), na 91ª Reunião Ordinária, realizada em dezembro de 2017, na SEMAS, no Bairro da Jaqueira. Os conselheiros acataram também as recomendações de priorizar as demandas do segmento da pesca artesanal durante o processo participativo de construção do plano de manejo da Unidade de Conservação.

Para o Secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade, Carlos André Cavalcanti, a criação da nova APA Recifes Serrambi se reveste da maior importância.

*Às vésperas do mês do meio ambiente e na semana em que se comemora o Dia da Biodiversidade (22 de maio) e da Mata Atlântica (27 de maio), é com muita animação que comemoramos a criação da primeira APA exclusivamente marinha, um marco na história da conservação da biodiversidade marinha de Pernambuco” — afirmou Carlos André Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Celso Pansera, V.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. CELSO PANSERA** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria reafirmar a fala do nosso Líder, o Deputado Henrique Fontana, que disse que o Partido dos Trabalhadores é favorável ao estabelecimento de uma tabela de





fretes mínimos que oriente o sistema de transporte e de cobrança de fretes no nosso País. É muito importante isso. Hoje estamos fazendo o esforço de retirar a obstrução ao Governo para aprovar a Medida Provisória nº 832, que achamos importante.

Eu também queria reafirmar o que falei ontem aqui. Há setores da imprensa e também do Governo que culpam a greve dos caminhoneiros pelo baixo crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil. Havia a expectativa de crescimento do PIB brasileiro em 3% este ano, o que não está se concretizando. Ele vai bater em 1,5%, talvez em 1%. Querem culpar a greve dos caminhoneiros pelo fato de a economia não ter crescido.

Eu tenho uma visão diferente. Eu acho que a economia não cresceu porque as políticas macroeconômicas do Governo são ruins. Não foi a greve legítima dos caminhoneiros que levou ao não crescimento da economia.

Eu acho importante fazer esse esclarecimento, manifestar o nosso ponto de vista. A economia brasileira está paralisada porque as políticas do Governo não são adequadas para o crescimento sustentável, e não por causa da greve dos caminhoneiros.

Por fim, eu queria dizer aos caminhoneiros que estão nos ouvindo, aos representantes da categoria e àqueles que nos acompanham pela *TV Câmara* que ao art. 8º da medida provisória, que estabelece multa ao responsável subsidiário pela publicação de anúncios de preços de frete abaixo da tabela, com descontos, nós apresentamos um destaque, para que seja retirado o parágrafo único, aquele que estabelece a responsabilidade subsidiária dos *sites* e das plataformas. Não estamos nos contrapondo à multa pelo anúncio, estamos dizendo que não achamos correto culpar o *site* que o publicou.



Conversamos com o Relator, o Deputado Osmar Terra, e vamos apresentar o destaque, fazer a defesa e encaminhar a votação. Esperamos, juntamente com o Governo e os demais partidos, fazer a retirada do parágrafo único do art. 8º.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado.

Deputado Glauber Braga, V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras, senhores, todos os que acompanham a sessão neste momento e caminhoneiros presentes nas galerias, que também acompanham esta votação, é fundamental que a Câmara venha a aprovar esta matéria, para que possamos garantir um direito, principalmente aos caminhoneiros autônomos.

Essa conversa de que o mercado é livre e não pode ter interferência do Governo, o que seria inconstitucional ou ilegal não se sustenta. A própria Constituição, no seu art. 173, § 4º, diz que, quando o poder econômico é exercido de maneira antissocial, cabe ao Estado intervir para coibir abusos.

Então, é fundamental, sim, que tenhamos a garantia do preço mínimo na tabela de fretes. Essa é a nossa defesa. Mas nós queremos até mais do que isso. É fundamental também, depois, a participação dos caminhoneiros autônomos na formação da tabela em si. A medida provisória não é objetiva, não diz como vai ser a participação da categoria na elaboração da tabela de preços. Os representantes têm que participar não só como ouvintes, mas também com o poder de votar, de deliberar, de construir. Isso nós consideramos fundamental.

É também muito relevante — e não podemos deixar de fazer esta discussão —, Deputado Osmar Terra, o aprofundamento da discussão sobre o preço do combustível no Brasil. Se assegurarmos agora, o que é fundamental, o preço



mínimo relacionado à tabela de fretes, mas não for alterada a lógica da política com a qual se delega para o mercado a determinação do preço do combustível no território nacional, tenderemos, no futuro, a gerar novos problemas. Quem tem que definir o preço do combustível no mercado nacional é o Brasil, não pode ser o mercado americano.

Em relação ao *diesel*, por exemplo, o que havia de importação dos Estados Unidos? No ano de 2015, do total de importações, 41%; no ano de 2018, isso passou para 80%. Foram sucateadas refinarias do Brasil para ampliar o processo de encaminhamento de óleo bruto para o exterior e também a importação daquilo que já é refinado lá fora. Mas essa é outra discussão, para um segundo momento.

Agora, não podemos deixar de dizer a este Plenário que tem que aprovar, sim, o direito dos caminhoneiros autônomos de terem a garantia da sobrevivência e da sustentação das suas famílias.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, consultei a folha de inscrição de oradores para discussão da matéria e vi que há um só para falar contra, que já se pronunciou. Muitos estão relacionados para falar a favor.

Eu pediria aos Deputados que abrissem mão da fala, para podermos agilizar o processo de votação. Daqui a pouco, esta sessão vai coincidir com a reunião da Comissão Mista de Orçamento, e vamos correr o risco de ter que parar a votação, de não poder votar esta medida provisória. É urgente que a votarmos, que tenhamos tempo para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Esta Presidência tem que seguir o Regimento.



Os Deputados inscritos são Assis do Couto, Paulão, João Daniel, Pompeo de Mattos, V.Exa. e Pedro Uczai. Quando eu chamar, o Deputado tem que falar se abre mão ou não da fala. A Presidência é obrigada a chamar todos. Está bem? Eu tenho que cumprir o Regimento.

Deputado Assis do Couto, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PDT-PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Minha saudação a todos os Deputados e a todas as Deputadas, à população brasileira que acompanha, aflita, apreensiva, esta decisão aqui na Câmara Federal.

Quero saudar também o Relator desta medida provisória, o Deputado Osmar Terra.

Esta medida foi aproveitada de um projeto de lei já aprovado nesta Casa, na Câmara Federal, o Projeto de Lei nº 528, de 2015, de nossa autoria. A medida nasceu dessa proposta já aprovada nesta Casa de Leis que aguardava apreciação no Senado. Eu quero frisar isso.

Quero destacar que, com a aprovação do piso para fretes ou a criação de uma política de preços de fretes mínimos, vamos atender uma categoria muito importante, que ficou ainda mais conhecida na paralisação do mês de maio. Nós vamos atender aqueles que viveram a vida toda das migalhas que caem da mesa dos grandes, das grandes transportadoras, dos agenciadores de carga. Nós ainda temos que dar uma resposta a eles, com certeza.

Na prática, vai ser dada uma resposta aos produtores rurais, já que os industriais da CNI estão mais adaptados à medida provisória, já em curso, como lei. Os produtores rurais vão perceber com o tempo que não há problema em aprovar o



piso de fretes. Entre o produtor e o transportador há alguém ganhando muito dinheiro, que não tem que comprar pneu, que não tem que comprar parafuso. Esta medida provisória vai mostrar isso na prática, principalmente aos produtores rurais do País. Alguns setores, em determinado momento, colocaram-se contra a medida provisória.

Por fim, quero dizer que a aprovação aqui e no Senado sinaliza algo positivo para o Congresso, que vai entrar em recesso na próxima semana. Nós não vamos ter sossego se não dermos esta sinalização, aqui na Câmara e no Senado, para uma sociedade que está, como disse, apreensiva, aguardando a votação desta medida provisória, para que, uma vez confirmada como lei definitiva, venha a atender uma categoria que tanto precisa.

Portanto, manifesto o nosso apoio e faço um apelo aos Deputados e às Deputadas desta Casa, aos Senadores e às Senadoras para que estejam em sintonia com o cenário em que está este País, para que tenhamos um recesso tranquilo e possamos inclusive conversar com os caminhoneiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Paulão, do PT de Alagoas.

V.Exa. abre mão? (*Pausa.*) Não. V.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. PAULÃO** (PT-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a exemplo do meu ex-Líder Henrique Fontana, dou todo o aval a esta medida provisória pela sua importância.

O Brasil acompanhou atônito, preocupado a paralisação inicialmente feita pelas grandes transportadoras e posteriormente, pelos motoristas autônomos, logicamente.



A questão das transportadoras foi equacionada, mas a dos motoristas autônomos não. Por isso estamos tendo unidade de ação. Percebemos que os partidos, tanto de Oposição quanto de Situação, entendem a importância da votação desta medida provisória para que haja um norte, uma tabela mínima de fretamento, sob pena de o trabalho legislativo entrar em recesso, não ser apresentada uma solução e o Brasil ficar de novo paralisado. E a comunidade, a população é quem sofre.

Portanto, é importante priorizar, garantir quórum na quarta-feira e votar o tabelamento mínimo do fretamento, que é uma medida paliativa, como disse o Deputado Edmilson Rodrigues.

Foi feito um desmonte, principalmente no período da ditadura militar, de um modal de ferrovias, Deputado Patrus Ananias, e de outro de cabotagem. Havia uma rede estatal. Propositamente foi dada prioridade, naquele momento, às rodovias. E o Brasil tem que modificar esse modal futuramente.

Defendo que esta medida provisória seja votada para que possamos atender a um clamor do segmento do transporte que mais sofre, que são os transportadores autônomos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

V.Exa. abre mão? *(Pausa.)* Não.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, como já disse aqui nosso líder Henrique Fontana e outros Líderes que aqui falaram, estamos debatendo este tema porque houve,



graças à luta, à organização e à mobilização dos caminhoneiros brasileiros, uma parada nacional, uma demonstração de força e de indignação com a forma como o Governo Federal vem entregando, após o golpe, toda a política de petróleo, contra o Brasil, contra os caminhoneiros.

A greve geral dos caminhoneiros mostrou que o Brasil precisa de um Estado que tenha política nacional, que tenha poder, e não o entregue às empresas privadas ou aos interesseiros, que representam, nas estatais, os interesses privados, como na PETROBRAS, como fazia Pedro Parente.

Determinar o preço do frete é valorizar especialmente os caminhoneiros autônomos. Na última Festa dos Caminhoneiros de Itabaiana e em conversa com caminhoneiros, tive a oportunidade de ouvir deles que, para sobreviver, para manter seu caminhão na estrada, trabalham, às vezes, 28 horas sem parar, sem dormir. Essa é uma situação que provoca grandes acidentes e problemas seríssimos.

Portanto, nós somos a favor de que precisamos repensar este País com um projeto de nação que pense não apenas nos investimentos nas rodovias e no petróleo, mas também na utilização das águas, das ferrovias. Para isso, nós precisamos eleger um Presidente estadista que pense o Brasil dentro de um projeto nacional e que não seja apenas um representante dos interesses das empresas, que lucram e que olham os caminhoneiros como um mero produto.

Quero registrar o nosso total apoio aos caminhoneiros e a defesa da aprovação desta matéria, para dar a eles um mínimo de dignidade.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Manato...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*



**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero só saber se as tabelas de fretes dos últimos 15 anos já chegaram, para comparar com a que estamos aprovando. Para aperfeiçoar o sistema, vamos pegar as tabelas de frete dos Governos Lula e Dilma e fazer uma comparação com esta que está sendo proposta. Seria muito oportuno ter todas as tabelas.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Nós já pedimos, mas ainda não chegaram.

**O SR. MARCON** - Pegue a tabela dos combustíveis. O Deputado quer que pegue o aumento do preço dos combustíveis. Traga o aumento do preço dos combustíveis, para ver como está.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado, 1 minuto, por favor.

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, por 3 minutos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Medida Provisória nº 832, de 2018, é resultado de um esforço coletivo naturalmente iniciado pela greve dos caminhoneiros, é uma resposta que o Governo teve que dar diante do caos que se instalou pelo poder de ação, de atitude e de indignação dos caminhoneiros gaúchos e brasileiros e depois da repercussão geral aqui nesta Casa.

Deputado Osmar Terra, somos parceiros na construção dessa luta, até porque os caminhoneiros não estão sozinhos. As pessoas, ainda que sofrendo as agruras do resultado da greve dos caminhoneiros — desabastecimento e uma série de reflexos —, que naturalmente machucou todo mundo, com convicção, ânimo, entusiasmo e capacidade de indignação, que é própria dos justos, estiveram com e ao lado deles.





Dentre elas eu me incluo, porque percorri o Rio Grande, onde estavam os piquetes, emprestando apoio, falando em alto e bom som que os caminhoneiros têm razão, afinal de contas o frete está aviltado, as estradas estão mal traçadas, mal desenhadas, caras quando há pedágio e esburacadas quando não há.

Nós temos a nossa estrutura de frete, a frota, envelhecida, com alto custo de manutenção. Há pedágios caríssimos, inclusive cobrado pelo terceiro eixo levantado, que foi pauta de duas greves, mas nunca foi cumprido o acordo por parte dos Governos e dos governantes. Enfim, hoje, chegamos ao dia de um encontro mínimo, básico e elementar para fazer justiça e dar dignidade e respeito aos nossos irmãos caminhoneiros.

É por isso que venho a esta tribuna de forma muito transparente para dizer isso não da boca para fora, mas pelas minhas ações e atitudes, até porque meu pai foi caminhoneiro, meu irmão foi caminhoneiro, eu próprio tive um caminhão, um MB 1935 Mercedes-Benz. Conheço a labuta, o dia a dia, o cotidiano e o esforço, não tanto quanto os próprios caminhoneiros, que vivem a desgraça da realidade dura das estradas mal traçadas, das noites mal dormidas e dos fretes não pagos.

O mínimo que podemos fazer é ter uma tabela mínima de frete para os nossos irmãos caminhoneiros.

Vamos votar “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para adiantar o processo, como pedi para agilizarmos, eu só queria dizer que a agricultura brasileira é quem mais está sofrendo com essa questão, com



certeza, que precisamos resolver, porque estão paradas as vendas de produtos agrícolas e já está faltando fertilizante para plantar a safra no Paraná, e a safrinha, que está vindo aí. Nós precisamos destravar esse processo.

Eu confio nas pessoas que vão tratar da nova tabela, que são os embarcadores, os transportadores autônomos, as empresas, para que cheguem a um acordo bom para todos. Não adianta querermos beneficiar um lado e prejudicar o outro, porque vai haver consequências, com certeza.

Eu queria fazer um apelo aos Deputados para que votem favoravelmente a esta medida provisória. Se houver destaques, que estejam presentes para votá-los. Nós precisamos concluir esta votação o quanto antes. A CMO está trabalhando na LDO, e, a partir do momento em que começar a ser definida, temos que parar as atividades na Câmara. Precisamos votar hoje, para que hoje ou amanhã o Senado vote e nós tenhamos resolvido o assunto.

Não acredito que haja algum Deputado que vá querer ir para o recesso com a pendência de não ter resolvido essa questão, que é importante para o Brasil. Cada um tem que fazer a sua parte, tem que ter a responsabilidade de votar a matéria, que é importante para cada Deputado, cada Senador.

O Brasil está apostando em que vamos fazer a nossa parte, como tenho certeza, depois do acordo da tabela. Até o dia 20 haverá uma nova tabela. Nós podemos, então, fazer um acordo geral e todo mundo ganhar com esse processo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Pedro Uczai, do PT de Santa Catarina, para discutir.

Depois vou conceder 1 minuto para os Deputados.



**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa bancada vai votar a favor desta medida provisória, porque é fundamental pelo menos um ponto de partida, como um piso, para discutir o futuro do transporte rodoviário brasileiro.

Agora, é muito engraçado quando um tucano vem aqui questionar tabelas do passado, quando a grande razão da crise do transporte brasileiro foi a privatização do setor ferroviário brasileiro por FHC, com 29 mil quilômetros de ferrovia desmontada e desestruturada no País. Segundo, adotaram uma política de preço para os combustíveis na perspectiva internacional, e acima do preço internacional, atraindo a importação de derivados de petróleo das petroleiras estrangeiras e não das refinarias brasileiras. Pedro Parente se transformou no parente das petroleiras, no parente dos estrangeiros, dos americanos, e não dos transportadores, não do povo brasileiro, que paga a conta do combustível, da gasolina, do óleo *diesel*, do gás de cozinha.

Em segundo lugar, a tabela de preço mínimo é uma grande luta. Desde 2015, acompanho a crise dos caminhoneiros. Participei dessa luta, Deputado Celso Maldaner, com a comissão de que V.Exa. fez parte junto com Valdir Colatto e outros Deputados. É uma necessidade histórica estabelecer um piso mínimo como ponto de partida do debate, para que os menores, os transportadores autônomos, os pequenos transportadores tenham oportunidade de ter um valor mínimo de frete, porque todos sabem da complexidade desse setor.

Todos sabem que alguns atravessadores não têm um caminhão sequer e ficam com parte do lucro dos pequenos caminhoneiros — todos sabem! Mas não querem enfrentar esse debate de onde fica a parte do dinheiro de muitos que não



têm caminhão, mas que se apropriam da mediação e da intermediação. Esses não querem tabela — esses não querem tabela! —, porque querem continuar pisando, humilhando os transportadores deste País.

Temos que votar isso aqui — temos que votar! Aí, sim, o movimento dos caminhoneiros tem que avançar, para, então, serem definidos depois os valores, os preços, para que se dê dignidade aos nossos caminhoneiros, com o direito de transportar a riqueza, de um lado, mas, de outro, que sobre renda, um pouco de dinheiro no bolso, dando dignidade aos transportadores e suas famílias.

A solidariedade da nossa bancada e minha aos transportadores! O mínimo que podemos fazer hoje aqui é votar a Medida Provisória nº 832, de 2018, como uma esperança, um horizonte para o transporte rodoviário brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Está encerrada a discussão.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos passar à votação.

Para encaminhar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Evandro Gussi, por 3 minutos.

**O SR. EVANDRO GUSSI** - O Deputado Rodrigo Garcia fará o encaminhamento, Sr. Presidente.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Quero pedir aos Deputados do PTB que venham ao plenário votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não escutei, Deputado Evandro Gussi.

**O SR. EVANDRO GUSSI** - O Líder Rodrigo Garcia fará o encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Certo. Então, V.Exa. abriu mão para o nobre Líder do DEM.

**O SR. RODRIGO GARCIA** (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos tentando na tarde de hoje encontrar um denominador comum que una o Plenário em torno da aprovação da medida provisória que estabelece o frete mínimo no Brasil.

O Deputado Osmar Terra fez um trabalho hercúleo junto aos transportadores autônomos, junto às entidades do setor, fez modificações no texto, mas ainda permanecem dúvidas por parte de vários Deputados da Casa.

É importante registrarmos esse posicionamento, porque cada partido, cada Parlamentar, com sua independência, com sua consciência, com sua visão econômica do Brasil, vai declarar o seu voto a esta medida provisória. Aparentemente, há consenso em relação ao conteúdo, mas, efetivamente, há divergências em relação à forma. Existem ponderações, por exemplo, neste Plenário



que dizem que o estabelecimento de uma tabela mínima de frete vai fazer com que a verticalização das operações de logística ocorram no Brasil, e justamente aqueles que este Plenário pensa em atender, que são os caminhoneiros autônomos, vão ser os grandes prejudicados.

Existem outras visões também que nós temos que respeitar. Ontem, nós tivemos uma reunião com a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária e com outros setores da economia brasileira e ficaram muito claras as preocupações que os setores da economia têm com o tabelamento do frete: primeira, a busca de um consenso junto à ANTT, que não sabemos se vai ocorrer, mesmo com o esforço de todos em estabelecer um valor mínimo; segunda, que esse valor mínimo vai impactar economicamente de forma significativa no preço das mercadorias no Brasil, e, no final do dia, quem vai pagar essa conta é a população brasileira.

Por isso há vários destaques apresentados. E o objetivo do meu partido, o Democratas, é buscar um denominador comum, para que nós saíamos daqui com a medida provisória aprovada, apesar de saber que o Senado Federal já comunicou que não a votará antes do recesso. Portanto, nós voltaremos do recesso, e o Senado ainda estará discutindo a matéria. Mas que nós possamos encontrar esse denominador comum.

Eu fiz a ponderação ao Presidente, no início da sessão, de que gostaria de discutir a medida provisória com quórum alto, para que, se houvesse pedido de verificação, pudesse haver quórum deliberativo. É isso que estamos procurando construir no Plenário, respeitando todas as opiniões, mas com a transparência e a liberdade para cada partido de encaminhar o seu voto.



Vou dialogar com o Relator da matéria, juntamente com outros Líderes partidários, para encontrarmos esse caminho e podermos ter uma redação ou um destaque aprovado que não necessariamente nos leve a uma verificação de votação, que, provavelmente, pode derrubar a matéria na tarde de hoje, e não é essa a intenção do Democratas.

Peço, enfim, que a discussão, que já foi encerrada, a partir, agora, do encaminhamento da votação, nós possamos construir esse entendimento e deliberar esta matéria na tarde de hoje, Sr. Presidente. O objetivo é a votação da MP 832/18, com a análise dos destaques que estão sobre a mesa, que não dizem respeito apenas à discussão sobre o legislado e o contratado, mas também sobre instrumentos da tecnologia de informação, que facilitará a punição, se, porventura, não souberem divulgar a tabela do frete.

Então, há dois ou três pontos importantes para nós discutirmos a fim de para encontrar esse entendimento e, através dele, aprovar a MP 832/18 na tarde de hoje.

O encaminhamento de votação segue, enquanto buscamos esse entendimento, Sr. Presidente.

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, me permite só 1 minuto... É só para dizer que buscar o entendimento, tudo bem — buscar o entendimento, tudo bem! Mas há destaques que contrariam todo conceito de frete mínimo. Então, vamos fazer um jogo de verdade aqui. É respeitável. Temos que debater, mas não pode alguém dizer que é a favor e apresentar destaque que contraria todo o conceito porque não vamos chegar a lugar nenhum e aqueles que estão aqui querendo que seja aprovado o frete mínimo vão ser, mais uma vez, enganados.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está bem, Deputado.

**O SR. CAETANO** - Sr. Presidente, só 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Relação da inscrição dos oradores para falar a favor.

Tem a palavra o nobre Deputado Osmar Terra, Relator. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna. *(Pausa.)*

**O SR. CAETANO** - Peço 1 minuto, enquanto o orador chega à tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não, Deputado. Calma.

**O SR. CAETANO** - Vamos apoiar os caminhoneiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado, peço que aguarde. A sessão vai vencer daqui a 1h22min, nós não vamos aprovar e vão botar a culpa no Presidente. Depois chamo sessão extraordinária para todos falarem.

Deputado Osmar Terra, V.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. OSMAR TERRA** (MDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de contribuir como Relator e participe desta Casa, porque estou muito preocupado com o País e com o que aconteceu nessa greve dos caminhoneiros.

Eu acho que ninguém pode ignorar o que aconteceu neste País. Há risco de se repetir, porque é um movimento desesperado de quem não tem nada a perder mais, de quem já perdeu quase tudo, que são os caminhoneiros autônomos. Se nós não tivermos a capacidade, a habilidade e a sensibilidade de chegar a um entendimento e garantir que eles possam andar pelo Brasil sem pagar para trabalhar, já conseguimos trazer equilíbrio ao transporte rodoviário, que é o modal





que domina tudo. Todo mundo é testemunha do caos que se instalou nesses 10 dias em que os caminhoneiros pararam.

Há aqui uma representação importante dos caminhoneiros, são os líderes de fato, são os líderes da rodovia, não são só líderes formais.

Em nome desse entendimento, eu queria apresentar algumas emendas aglutinativas que surgiram da conversa com a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, com a Deputada Tereza Cristina, com a intermediação dos Deputados que fazem parte dessa Frente Parlamentar, que permitem que estabeleçamos esse custo mínimo do frete e atendamos a vários pleitos que foram formulados a partir da Frente Parlamentar.

Eu acho que isso unifica o Plenário. Eu acho que outras discussões são menores em relação a isso. Nós estamos aqui querendo resolver um problema para o Brasil. Não estamos querendo resolver um problema para um ou outro Deputado, ou para uma ou outra corrente filosófica. Nós estamos querendo resolver uma questão prática para o País.

Vou pedir a V.Exa., Sr. Presidente, mais 1 minuto. Eu queria apresentar uma emenda aglutinativa da Emenda nº 22 e dos §§ 1º e 4º do art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2018, com a seguinte redação:

*Art. 5º. ....*

*§ 1º A publicação dos pisos e da planilha a que se refere o caput ocorrerá até os dias 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano e os valores serão válidos para o semestre em que a norma for editada.*



Essa planilha e esse piso vão ser feitos por um grande fórum de que vão participar embarcadores, produtores e caminhoneiros autônomos, para definir, junto com a ANTT, usando critérios técnicos, qual será o custo. Nós não estamos definindo custo nenhum no projeto, só estamos criando uma regra para pacificar, para fazer com que não haja surpresas nem prejuízos para quem realmente bota o caminhão na estrada e tem todo o custo de fazer isso.

No § 4º, se coloca o seguinte — e isto faz parte do acordo —:

*Art. 5º .....*

*§ 4º Os pisos mínimos definidos na norma a que se refere o caput têm natureza vinculativa e sua não observância, a partir do dia 20 de julho de 2018, sujeitará o infrator a indenizar o transportador em valor equivalente a 3 (três) vezes a diferença entre o valor pago e o que seria devido, sendo anistiadas as indenizações decorrentes de infrações ocorridas entre 30 de maio de 2018 e 19 de julho de 2018.*

Essa é uma proposta da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária.

A segunda emenda aglutinativa aglutina a Emenda nº 20 e o *caput* do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2018, com a seguinte redação:

*Art. 7º Toda operação de transporte rodoviário de cargas deverá ser acompanhada de documento referente ao contrato de frete, com informações do contratante, do contratado e do subcontratado, quando houver, e também da carga, origem e destino, forma de pagamento do frete*



---

*e indicação expressa do valor do frete pago ao contratado  
e ao subcontratado e do piso mínimo de frete aplicável.*

Isso é para garantir que essa proposta do custo mínimo chegue até quem efetivamente está trabalhando, está rodando com a carga.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu acho que é uma proposta que anistia, que atende à Frente Parlamentar. Está aqui a Deputada Tereza Cristina conversando. Nós atendemos aos pleitos. Nós simplesmente queremos que se consolide na legislação um piso mínimo, que é o custo mínimo do frete, para que nenhum caminhoneiro trabalhe com prejuízo, para não se chegar ao estado em que eles estão. Eles simplesmente não precisam nem ir para a beira da estrada mais, basta não saírem mais de casa, porque a cada quilômetro que rodam, têm prejuízo, e o País para de maneira assustadora, como parou.

Nós não queremos — faço um apelo as nossas Lideranças, ao Líder do Democratas, a todos que estão aqui conversando, a todos os partidos que estão interessados — entrar neste segundo semestre... Se nós não votarmos isso hoje, não sei se vamos votar no segundo semestre. Essa é a questão. E vamos entrar num período crítico, inclusive para nós, de eleição, com o País num tumulto que nós não soubemos resolver. É isso que estamos pedindo. Vamos apaziguar, fazer um grande entendimento entre nós e garantir que esses caminhoneiros autônomos possam ter o seu ganha-pão, botar comida na mesa sem precisar destruir os seus bens.

A última coisa que eu queria dizer sobre isso é o seguinte: as leis de mercado vão agir. Se nessa planilha se colocar um valor muito alto para “beneficiar” — entre aspas — o caminhoneiro — coisa que ele nunca teve foi benefício, e nem acumula



capital, ele apenas se sustenta —, as próprias empresas vão colocar caminhões, porque vai ser mais vantajoso para elas. Os caminhoneiros sabem disso.

Eles não querem perder seu mercado de trabalho. Por isso, estão dispostos a reduzir, e vão reduzir. Eu pedi ao Ministério dos Transportes que fizesse uma tabela provisória de comum acordo com todas as partes, já em 20 de julho, e a partir daí se reduzissem os valores da tabela de 30 de maio e se trabalhasse, a médio prazo, uma tabela com um estudo mais aprofundado, que permita ser exatamente, do ponto de vista científico, o que tem que ser uma tabela para o transporte autônomo de cargas.

Era isso.

Faço um apelo aos Líderes para que tenhamos entendimento e aproveemos isso o mais rápido possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Relator.

Eu gostaria que V.Exa. descesse e continuasse conversando com os pares que têm interesse, para ver se produz esse acordo.

Para falar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim.

**A SRA. LEANDRE** - Presidente, peço 1 minuto pelo PV.

**O SR. CAETANO** - Presidente, peço 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Arnaldo Jardim está aí?

*(Pausa.)*

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, V.Exa. pode disponibilizar a emenda aglutinativa apresentada pelo Relator?



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como?

**O SR. ORLANDO SILVA** - Pode disponibilizar o texto da emenda aglutinativa apresentada pelo Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Já estão sendo feitas cópias e já vão ser trazidas.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim, por 3 minutos.

**O SR. ARNALDO JARDIM** (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, acho que todos nós aqui estamos tentamos ser consistentes e sérios naquilo que nós tratamos. Todos nós sabemos que a greve dos caminhoneiros foi um momento gravíssimo, evidenciou distorções na sociedade brasileira, lógico, que nos levaram a todos a uma necessária reflexão sobre esse modal de transportes até a política de reajuste de preço de combustíveis.

Eu particularmente, ao mesmo tempo em que estamos aqui debatendo esta medida provisória, recebi a incumbência e estou relatando a Medida Provisória nº 838, de 2018, que versa sobre o subsídio ao *diesel*, de que forma isso que já está sendo implementado deve ser garantido, de que forma isso poderá ter continuidade.

Vejam só a situação: a medida provisória que instituiu o subsídio estabeleceu o prazo de 31 de dezembro. No dia 1º de janeiro assume um novo Presidente, seja quem for, e vai lidar imediatamente com o subsídio terminado, portanto, trazendo um impacto sério. Nós não podemos simplesmente aguardar o dia 1º de janeiro. Estamos incorporando isso, tentando pelo menos um debate.

Aqui, especificamente, estamos falando sobre o frete. A minha convicção, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é que tudo que é artificial, que acaba tentando ser acima daquilo que são as regras do mercado, acaba provocando distorções, e nós



pagamos um preço muito alto por isso. Portanto, acho que corremos o risco de ter uma solução que parece efetiva no momento, mas depois vamos pagar um preço muito acentuado.

Eu, por outro lado, compreendo toda a situação que estamos vivendo. Estamos dialogando com o Deputado Osmar Terra. Quero reconhecer avanços importantes que foram feitos, várias emendas à medida provisória, uma das quais fui autor e outros Deputados também. Incorporamos agora uma Comissão que tem representante dos caminhoneiros, dos diversos setores da sociedade para discutir essa tabela, que agora seja formalizada como tabela de custos de referência.

Temos, por outro lado, um avanço importante, que é essa revisão que se fará periodicamente e temos também um destaque que eu considero que nos faz caminhar, para que possamos hoje dar o desfecho e aprovar esta medida provisória, que é o procedimento também de critérios mais transparentes na fixação desses custos.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente. para concluir...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

**O SR. CAETANO** - Sr. Presidente...

**O SR. PEDRO UCZAI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Só um minutinho.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Celso Pansera. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Glauber. *(Pausa.)*



Tem a palavra o Deputado Assis do Couto. *(Pausa.)*

**O SR. PEDRO UCZAI** - Peço a palavra, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Uczai, dirija-se à tribuna, por favor.

Com a palavra, para um registro, a Deputada Leandre.

**A SRA. LEANDRE** (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero fazer uma manifestação em nome do Partido Verde.

Nós somos favoráveis à medida provisória. É bom lembrar que antes de começar a greve dos caminhoneiros, nós estivemos junto à Presidência da Câmara, pedindo para que o Presidente tratasse dessa matéria, para que S.Exa. a levasse ao Governo e cobrasse medidas eficientes, que pudessem trazer harmonia a esse problema.

Então, nós queremos, sim, votar hoje a Medida Provisória nº 832. O PV é favorável. Entendemos que o encaminhamento do Deputado Osmar Terra é possível, sim, bem como nós entrarmos num acordo para que seja consenso nesta Casa, pois é importante que a medida seja votada antes do recesso.

Sabemos do ônus que representará para a Nação brasileira uma nova paralisação dos caminhoneiros, caso tenham que fazê-la novamente, uma vez que esse é o único caminho que eles têm de reivindicação.

Então, é importante que o nosso Plenário hoje se esforce para votar a Medida Provisória nº 832. O Partido Verde é a favor dessa medida.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Daqui a 4 minutos nós teremos orientação de bancada. Eu sugiro àqueles que querem falar por 1 minuto que... Por



exemplo, se eu chamar o PT, o Deputado Caetano, ele fala “sim” e fala por 1 minuto. É isso que eu sugiro.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai, por 3 minutos.

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas e senhores caminhoneiros, vejam o que poderá acontecer hoje à tarde aqui: os senhores ganharem com uma mão e perderem com a outra.

Há destaque a ser apreciado, relativo ao art. 4º, que diz o seguinte: “*O transporte rodoviário de cargas, em âmbito nacional, obedecerá aos preços fixados com base nesta medida provisória, salvo acordo livremente negociado entre as partes*”. O que isso significa?

O outro destaque fala de preferência, precedência e acordo feito. Acordo feito sem base, sem frete mínimo, sem tabela mínima. O acordo é a partir do frete mínimo, a partir da tabela mínima. O que eles querem fazer é o negociado sobre o legislado.

Se não tiverem força para negociar, os senhores vão perder.

Então, esses destaques são uma boa pegadinha para derrotar os caminhoneiros e derrotar a tabela de frete mínimo que está sendo construída nesta medida provisória. Oraí e vigiai, porque, de um lado, podemos ganhar falando em tabela mínima e, de outro, votar destaques que vão discutir o negociado sobre o legislado.

Aí, os senhores vão ter que tocar na boleia, botar no transporte. Nesse caso, com quem vão negociar? Com que força os senhores vão negociar? Com os grandões do transporte, com os intermediadores do transporte, com os grandes deste País.





Nós vamos ficar muito vigilantes aqui para que não façam demagogia com o setor de transporte brasileiro. Não vamos fazer demagogia aqui e enganar os transportadores autônomos. Nós vamos construir, sim, uma tabela mínima de frete, mas derrotar todos os destaques que serão apresentados nesta medida provisória, que poderá definir o negociado sobre o legislado.

O que os senhores vão negociar está acima da lei, porque a lei diz que, no negociado, não há tabela de frete mínimo. Os senhores serão derrotados, se forem aprovados aqui esses destaques.

Estão aqui os nomes dos Deputados. Depois eu vou ler o nome dos Deputados: o Deputado Carlos Melles e outros. Eu vou ler cada um dos nomes dos Deputados aqui, para os caminhoneiros saberem quem é que quer derrota-los nesta tarde.

É isso, Sr. Presidente. Vamos aprovar a medida provisória sem nenhum destaque.

**O SR. OSMAR TERRA** - Sr. Presidente, o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Já vou dar a palavra a V.Exas.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Orientação de bancada.

**O SR. OSMAR TERRA** (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos um acordo. Há uma modificação aqui no acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Acordo?

**O SR. OSMAR TERRA** - A proposta de acordo acrescenta o que foi falado sobre as emendas aglutinativas: que a multa que será aplicada, se não for cumprido o valor da tabela, em vez de ser três vezes a diferença do preço da tabela, será duas vezes. Isso já foi acordado inclusive com os caminhoneiros, com os líderes dos caminhoneiros.

Então, pedimos que seja feita uma votação simbólica, mesmo que haja eventuais destaques. Que seja feita uma votação simbólica para a aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu quero ouvir o Deputado Arnaldo Jardim.

**O SR. RODRIGO GARCIA** (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço a palavra para complementar o que disse o Relator Osmar Terra.

O Democratas tinha a intenção de fazer destaques com votação nominal. Com esse entendimento realizado aqui junto aos caminhoneiros, nós também entendemos que os destaques serão mantidos, mas não haverá votação nominal.



Se o Partido dos Trabalhadores e os maiores partidos que têm esse direito acordarem, nós temos esse entendimento.

Um dos destaques propostos pelo PCdoB é de supressão de um texto, porque aí o comando de votação, que diz respeito aos aplicativos, deverá ser aprovado, para que consigamos cumprir e traduzir no papel o que nós estamos acordando aqui.

O Deputado Osmar Terra faz, então, o seu Relatório, estabelecendo a multa de duas vezes; V.Exa., Sr. Presidente, no comando de votação do destaque do PCdoB, aceita; e, no comando de votação dos destaques do Democratas, rejeita, sem verificação nominal. Com isso, em 20 minutos, concluímos a votação aqui. Se todos estiverem de acordo, o Democratas entende que esse acordo é bom para o País, bom para os caminhoneiros e atende a este momento de entendimento do Plenário.

**O SR. ASSIS DO COUTO** - Mas o PDT...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aguarde um minuto, Deputado, pois quero ouvir o Deputado Arnaldo Jardim.

O Deputado Arnaldo Jardim — eu cortei sua fala antes — também está produzindo o acordo. Eu preciso dar a ele esse tempo.

**O SR. ARNALDO JARDIM** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, o nosso tempo adicional ali era exatamente para permitir que essa convergência ocorresse. Aquilo que foi sistematizado pelo Relator Osmar Terra e agora reforçado pelo Líder Rodrigo Garcia tem a nossa anuência, e eu conclamo que tenha a de todas as Lideranças. Assim, nós aprovaríamos. Os



destaques seriam só mencionados agora, sem nenhuma verificação, e nós poderíamos concluir rapidamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Era isso, então.

Obrigado, Deputado. Desculpe-me por qualquer coisa.

**O SR. CAETANO** - Presidente, pelo PT...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Apenas um minuto. Se V.Exa. for falar sobre “Lula livre” e “Sérgio Moro”, não fala.

**O SR. CAETANO** - É sobre essa questão no Plenário. A Bancada do PT...

**O SR. BEBETO** - Presidente, quero apenas tirar uma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - É sobre o acordo, Deputado Bebeto?

**O SR. BEBETO** - É claro.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Bancada do PT concorda, desde que o parágrafo único do art. 8º saia. Aí, conseqüentemente, nós concordamos. Sabe por quê? Porque é necessária uma tabela mínima, para podermos fazer os acordos seguintes. Então, a bancada saiu de obstrução desde ontem para poder votar essas MPs, as duas que votamos ontem e a MP de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Procede.

**O SR. CAETANO** - Então, se for retirado o parágrafo único do art. 8º, o PT concorda.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Osmar Terra, feito o acordo?

**O SR. OSMAR TERRA** - Feito o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - O PSB é contra ou a favor ao acordo?



**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho duas questões. A primeira é que foi indicado pelo Relator Osmar Terra que nós triplicaríamos aqui a indenização. Ele está propondo trazer aqui duplicar. Isso seria com a nova aglutinativa.

É isso, está entendido, Deputado Osmar? Deputado Osmar Terra, seria, então, a nova aglutinativa para reduzir de três para dois, é isso?

Em relação à verificação, o PSB apresentou um destaque relativamente ao art. 9º, que trata da anistia. E a posição do nosso Líder é manter para verificar, porque é um destaque que interessa ao PSB. Então, nesse sentido, não há acordo com o PSB, para evitar votar sem verificação no destaque — no destaque.

Não sei se o Deputado Tadeu Alencar e os Líderes...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu acho que tem que chamar o Líder aqui para conversar e negociar.

Já está analisando? (*Pausa.*)

Então, está bem. Vamos dar continuidade, vamos levando.

Para falar a favor do que eu acabei de ler aqui, tem a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais pares, nós estamos tratando neste momento do encaminhamento favorável a que a medida provisória tenha relevância e urgência. Tanto a relevância e urgência, se alguém teve dificuldade de perceber algum dia na vida, a greve dos caminhoneiros acordou o Brasil. E evidentemente esse acordo também representa de alguma forma essa percepção.



A relevância dá a dimensão da importância do transporte rodoviário no Brasil, e a paralisação que aconteceu evidenciou isso. A urgência já dura pelo menos 6 anos. Portanto, o nosso parecer é favorável ao conteúdo do que diz respeito à relevância e urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Evandro Gussi.

Deputado Evandro Gussi, V.Exa. está inscrito para falar. Abre mão? *(Pausa.)*

Abriu mão.

Deputado Bebeto, tem algum acordo? Teve acordo ou não? *(Pausa.)*

Então, vou abrir o painel.

**O SR. BEBETO** - Estamos construindo aqui. Será rápido, mais 2 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como será rápido, eu vou dar 1 minuto para alguém que não vá falar sobre “Lula livre” e tal.

Concedo a palavra ao Deputado Caetano, por 1 minuto. “Lula livre”, não.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está proibido falar “Lula livre” aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Agora está. Depois, não.

**O SR. CAETANO** - *(Riso.)* Presidente, nós entendemos que essa MP 832 é de importância fundamental. O Brasil é transportado pelos caminhoneiros, que fizeram uma paralisação em nosso País que mostrou a sua força — e já vinham mostrando antes.

Então, esta Casa, hoje, precisa cada vez mais construir um entendimento para que os caminhoneiros se sintam seguros e, conseqüentemente, tenham a



tabela mínima de preço para poder cobrir inclusive as despesas que têm com pneus, combustível, manutenção de seus veículos, segurança e assim por diante.

Portanto, esta Casa tem que ter maturidade hoje, por parte de todas as bancadas, para buscar esse entendimento, a fim de que possamos sair daqui todos vitoriosos: o Brasil vitorioso e os caminhoneiros vitoriosos, com condição realmente de rodarem, de transportarem, porque hoje está praticamente parando quase todo...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenor Pereira, que disporá de 1 minuto.

**O SR. WALDENOR PEREIRA** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prezados colegas Parlamentares, na última semana, dois Municípios do interior do Estado da Bahia comemoraram aniversário de emancipação política. O Município de Macaúbas, no dia 6 de julho, completou 186 anos. O Município de Cândido Sales completou 56 anos. Amanhã, Malhada de Pedras e Aracatu vão comemorar 56 anos de emancipação política.

Quero parabenizar as populações desses quatro Municípios, cumprimentando o Prefeito de Macaúbas, Amelinho, e o Vice-Prefeito, Wagner Lindolfo. Em nome deles, cumprimento toda a comunidade, assim como o companheiro Jaimilton Acioly, de Cândido Sales; o companheiro Beto de Preto Neto, de Malhada de Pedras; e também a D. Maria da Glória, do Município de Aracatu.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manifestamos o nosso regozijo pela passagem dos 186 anos de fundação do Município de Macaúbas, que foi emancipado em 1832, elevando a sua sede à categoria de Vila.



Nesta oportunidade, saudamos e parabenizamos todo o seu povo, dirigindo um abraço fraterno ao Prefeito, Amelinho, e ao Vice-Prefeito, Wagner Lindolfo. Cumprimos também os Vereadores Maxsuel Santos, Té Oliveira, Vandinei e Carlinhos de Antero, o Presidente do PT, Lindolfo Santos, e o Secretário de Agricultura, Gilbertinho.

Com uma economia baseada na agropecuária, o Município também vem se destacando pelas crescentes atividades mineradoras, com ênfase na extração do mármore azul, cristal de rocha e barita.

Ações do nosso mandato, em parceria com o Deputado Estadual Zé Raimundo, em diferentes áreas, têm levado maior infraestrutura, mais educação, saúde e inclusão social, bem como aparato técnico para o progresso de Macaúbas, como a destinação de recursos para pavimentação de ruas, tratores e implementos para a agricultura familiar, limpeza de aguadas, abertura de poços artesianos, destinação de tubos e caixas d'água para abastecimento da zona rural, dentre outros importantes investimentos feitos através de emendas parlamentares e em parcerias com os Governos Federal e Estadual.

Por este momento especial para toda a sociedade de Macaúbas, quero deixar registrada nos Anais desta Casa Legislativa a nossa homenagem, com a certeza de que um futuro ainda mais promissor está por vir para toda a sua população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manifestamos nossa satisfação pela passagem, neste 5 de julho de 2016, dos 56 anos de fundação do Município de Cândido Sales, que foi emancipado em 1962 do Município de Vitória da Conquista.





Nesta oportunidade, saudamos e parabenizamos todo o seu povo, dirigindo um abraço fraterno aos seguintes amigos: o ex-Prefeito Jaimilton Acioly, o ex-Vice-Prefeito Jurandir Ferraz, os Vereadores Arnaldo Ferraz, Ludovico Pereira (Luluzinho) e Edivaldo Santos (Divinha), os companheiros Luciano (Bebé), Joaquim de Codó, Gilvan Coutinho, Gileno Amorim, Juarez Ferraz, Wellington Rodrigues, Manoel Nascimento de Brito (Tilo), Telma Amorim. Também cumprimentamos o tesoureiro do PT e presidente do Sindicato do Magistério, o Valdivino (Prof. Val), e o Presidente do PT, Ailton Gonçalves.

Localizado no sudoeste baiano, o Município de Cândido Sales está dividido, administrativamente, em três distritos: Sede (Cândido Sales), Lagoa Grande e Quaraçu, sendo esses dois últimos também importantes centros de atividades agrícolas, comerciais e de serviços educacionais.

Temos tido o privilégio de colaborar para o desenvolvimento econômico e social de Cândido Sales, no decorrer dos últimos anos, com a implementação de muitas ações realizadas em diferentes áreas, o que têm levado ao Município melhor infraestrutura, com a pavimentação de ruas, e reforço para a agricultura familiar, com entrega de tratores, tubos e caixas para abastecimento de água, limpeza de aguadas, cisternas de produção e consumo, perfuração de poços artesianos. Também levamos investimentos para a saúde, com vistas ao progresso de Cândido Sales, dentre outros importantes investimentos feitos através de emendas parlamentares e em parceria com os Governos Federal e Estadual.

Por este momento especial para toda a sociedade de Cândido Sales, quero deixar registrada nos Anais desta Casa Legislativa a nossa homenagem, com a



---

certeza de que um futuro ainda mais promissor está por vir para toda a sua população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manifestamos nossa alegria pela passagem, no dia 12 de julho de 2018, dos 56 anos de fundação do Município de Malhada de Pedras, que foi emancipado em 1962 do Município de Brumado.

Nesta oportunidade, saudamos e parabenizamos todo o seu povo, em nome dos companheiros Beto de Preto Neto (candidato a Prefeito em 2016), Fernando Ataíde, Salvador Pereira e Jadilson. Também cumprimentamos os Vereadores Evânio Oliveira, Jaime de Maroto e Nair de Alvenos; os ex-Vereadores Beto Ventura, Gonçalo Pessoa, Lurdinha Guimarães e Tim Monteiro.

Localizado no sudoeste baiano, o Município possui uma população estimada em cerca de 10 mil habitantes, segundo o IBGE, e concentra suas atividades econômicas na agropecuária, baseada na pequena e média produção, além de serviços básicos e do comércio.

Ultimamente, em face da presença de investimentos e ações dos Governos Federal e Estadual, muitas delas com o apoio do nosso mandato e do Deputado Estadual Zé Raimundo, com a destinação de recursos para pavimentação de ruas e construção de praças, fortalecimento da saúde, melhorias na estrada, aquisição de tratores, retroescavadeira e implementos para a agricultura familiar, construção de sistemas de abastecimento e adutora, destinação de tubos e caixas d'água para abastecimento da zona rural, dentre outros importantes investimentos, a cidade vem se desenvolvendo.



Por este momento especial para toda a sociedade de Malhada de Pedras, quero deixar registrada nos Anais desta Casa Legislativa a nossa homenagem, com a certeza de que um futuro ainda mais promissor está por vir para toda a sua população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Município de Aracatu surgiu da Fazenda São Pedro, do coronel Salustiano Rodrigues de Souza Machado. Por ser o local cheio da árvore gameleira e em homenagem à família, o povoado recebeu o nome de Gameleira dos Machados. Elevado a Distrito em 1933, passou a ser denominado Aracatu. A Lei Estadual nº 1.708, de 12 de julho de 1962, elevou Aracatu à categoria de Município, desmembrando-o de Brumado.

A cidade está localizada na mesorregião centro-sul baiano e microrregião de Brumado. Possui uma área de 1.490 quilômetros quadrados e fica a 618 quilômetros de Salvador. A população é de 13.732 habitantes, segundo dados de 2010 do IBGE.

A economia da cidade é baseada na agricultura familiar, que cultiva feijão, mandioca e milho, dentre outros produtos. Existe ainda a pecuária, a indústria e o segmento de serviços, que a incrementam.

Nesta oportunidade, saudamos e parabenizamos todo o seu povo, dirigindo um abraço fraterno ao Presidente do PT, Robério Virgens Aires, à Maria Aparecida, à Maria da Glória, da Associação do Coqueiro, a Anderson Amaro (MPA), à Denilva Pinto (MPA), à Eduarda Matias (STR). Também cumprimentamos Ronildo Coqueiro, Presidente da Associação de Várzea da Pedra e Região, e Márcio Oliveira, Presidente da Associação Comercial de Desenvolvimento Rural.



Ações do nosso mandato, em parceria com o Deputado Estadual Zé Raimundo, em diferentes áreas, têm levado maior infraestrutura, mais educação, saúde e inclusão social, bem como aparato técnico para o progresso de Aracatu.

Por este momento especial para toda a sociedade de Aracatu, quero deixar registrada nos Anais desta Casa Legislativa a nossa homenagem, com a certeza de que um futuro ainda mais promissor está por vir para toda a sua população.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Estão feitos os cumprimentos.

Deputado Ezequiel Teixeira, V.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA** (Bloco/PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos vai votar sempre a favor dos caminhoneiros. Vamos estar juntos nisso aí.

Quero enaltecer a cooperação internacional que atuou no resgate dos 12 meninos que estavam presos na caverna e do seu treinador, do time de futebol. Foi linda a cooperação internacional! Essas atitudes enobrecem o ser humano, unem a nós todos e devem ser mesmo divulgadas para o mundo todo. Precisamos estar mais unidos, porque unidos somos mais fortes.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vai ser feito.

Tem a palavra o Deputado Celso Maldaner.

**O SR. CELSO MALDANER** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, quero destacar o alto grau de racionalidade e de diálogo entre os transportadores autônomos com vistas ao entendimento. Agradeço a todos os Líderes partidários. Estamos chegando a um



entendimento. Com isso, com certeza ganha o Brasil, ganham todos os transportadores e se faz justiça. Às vezes os atravessadores levam muito em detrimento dos autônomos. Graça a Deus, estamos chegando a um entendimento.

Quero dar como lido pronunciamento sobre o nosso próximo Presidente da República, que esteve no sábado em Chapecó. Quero destacar aqui o nome do homem que ajudou o Brasil de 2003 a 2010, que foi Presidente do Banco Central e que agora tirou o Brasil da recessão. Com certeza, Henrique Meirelles será o próximo Presidente do Brasil.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar, nesta Casa, a visita que o nosso ex-Ministro da Fazenda Henrique Meirelles fez ao Município de Chapecó, no último sábado, dia 7 de julho.

Como pré-candidato do MDB, Meirelles está percorrendo o País inteiro, conversando com correligionários, autoridades, empresários, mas principalmente com o povo.

Eu gostaria de usar este espaço, pois sempre ouvimos falar do trabalho do Henrique Meirelles, só que falamos pouco da sua trajetória de vida. Meirelles é um dos economistas mais respeitados do mundo. Foi presidente mundial de uma grande empresa americana, onde começou trabalhando com vendedor de *leasing*. Voltou ao Brasil para colocar sua experiência a serviço do País. Entre os anos de 2003 e 2010, foi Presidente do Banco Central, e esses foram os anos de maior crescimento e criação de empregos na história do País. Foi o Ministro da Fazenda que começou a tirar o Brasil da grave crise provocada pelo Governo Dilma.



Com Henrique Meirelles à frente do Brasil, não tenho dúvidas de que iremos fazer a economia crescer ainda mais e mais forte, gerando empregos para todos os brasileiros.

Sei que neste ano a população estará mais atenta a quem dará o seu voto e fico feliz com isso. Mesmo assim, para quem ainda está com alguma dúvida sobre quem está mais capacitado, digo o seguinte: chama o Meirelles, que ele responde.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos hoje aqui debatendo e votaremos favoravelmente à tabela de frete dos caminhoneiros.

O Partido dos Trabalhadores tem insistido para votar esse tema. Mas é importante também que registremos, tanto para os caminhoneiros, como para todas as entidades e os Parlamentares, que esse assunto do custo do *diesel* só vai mudar se o Governo mudar a lógica do cálculo e não ficarmos reféns do preço internacional. Faz 1 ano desde que o Governo Temer colocou de julho a julho o preço comparativo em nível internacional. O *diesel* aumentou 33%, enquanto a inflação foi de 2%; a gasolina, 57%; o gás de cozinha, 54%.

Se não levarmos junto com a fixação da tabela de frete, o preço não....

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. COVATTI FILHO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Só um minuto, Deputado.

**O SR. COVATTI FILHO** - Sr. Presidente, quero orientar pelo PP.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não estamos na orientação ainda.

Deputado Assis do Couto, V.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu quero trazer aqui uma mensagem dos milhares de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil, das FETAGs e da CONTAG: *“Basta! O povo não aceita perder direitos e orçamento. Para os pobres, esmolas; para os ricos, muitas sacolas”*.

Quero convidar os Parlamentares para, no Plenário 14 das Comissões, às 17 horas, debater com esses dirigentes sindicais a MP 839/18 e a MP 842/18.

Logo mais, estaremos debatendo isso com as Frentes Parlamentares e com o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Então, estou convidando os Deputados e as Deputadas que queiram participar desse debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Alceu Moreira, V.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, antes de fazer uma referência, eu queria render uma homenagem ao nosso querido companheiro Moreira Mendes, que, infelizmente, veio a falecer. A Frente Parlamentar da Agropecuária tinha nele um dos seus esteios e um dos maiores defensores do setor agrícola. Ele foi Parlamentar nesta Casa e no Senado da República. Nós queríamos render — a Deputada Tereza Cristina está ao meu lado — uma grande homenagem a esse grande guerreiro, a esse grande brasileiro, que, infelizmente, nos deixou.



Com relação aos caminhoneiros, é importante perceber que o que foi construído pelo Deputado Osmar Terra é uma obra possível neste momento. Não tentem buscar o perfeito num momento como este, que é absolutamente impossível de ser conseguido. Isso é o possível de ser conseguido agora.

Na minha opinião, é uma lei que equilibra o processo, que gera garantia de transporte sem prejuízo. Certamente, esta é uma discussão que não acabou. Nós vamos continuar trabalhando neste tema, até porque a solução definitiva se dará quando a economia estiver crescendo 3% ou 4% e houver frete para todos. Aí, não importará o valor mínimo. Mas, neste momento, devemos assegurar a dignidade a quem transporta, para que não transporte com prejuízo. Viabilizar o transporte rodoviário para a economia brasileira é tudo de que se precisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Bebeto, há o acordo?

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conversamos com as Lideranças, inclusive com o Deputado Osmar Terra, na Liderança do Governo, relativamente ao destaque apresentado pelo PSB ao art. 9º, que trata da anistia.

Nós temos clareza de que as multas impostas aos caminhoneiros, em função da greve realizada por aqueles que estavam no acostamento, são absurdas, impagáveis. Além do que, isso é uma condição inibidora da capacidade de greve ou de luta desses trabalhadores, se nós permitirmos a aplicação dessas multas na totalidade.

Nosso destaque é no sentido de garantir que o Governo vete. Qual era o acordo? O PSB manteria o destaque, sem o compromisso de não pedir verificação. Nós iríamos pedir verificação.





O Deputado Osmar Terra, em nome do Governo, disse que aceita o acordo. O PSB retira o destaque, e o Deputado falaria com o Governo para efetivamente vetar este artigo.

Então, é preciso que haja manifestação clara por parte do Governo em torno deste tema, para que o PSB possa se posicionar sobre a retirada ou não do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Osmar Terra.

**O SR. OSMAR TERRA** (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome da unidade e da possibilidade de votarmos de maneira simbólica, neste dia histórico, o frete mínimo dos caminhoneiros — estou em contato com o Governo —, garanto que o Governo vetará este projeto e poderá negociar depois, na votação do veto, algum aspecto diferente.

Eu quero pedir que passemos para a votação simbólica. Agradeço ao PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu vou perguntar se há algum Líder que é contrário.

**O SR. COVATTI FILHO** - É em nome do Governo que ele está falando.

É em nome do Governo, não é Deputado Osmar Terra? Como Líder do Governo?

**O SR. OSMAR TERRA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu quero saber se algum Líder é contra o acordo. *(Pausa.)*

Não? Então, vamos lá!

**O SR. EVANDRO GUSSI** - Eu só não entendi qual é o acordo, Presidente.



**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - “Sim” em tudo!

**O SR. EVANDRO GUSSI** - Segundo o acordo, não haverá anistia dessas multas. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu gostaria que o Deputado Osmar Terra explicasse o acordo.

**O SR. EVANDRO GUSSI** - As multas não vão ser anistiadas, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Osmar Terra, por favor, explique ao Deputado Evandro Gussi.

**O SR. EVANDRO GUSSI** - Só para entender, para ficar claro.

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o nosso destaque é em relação ao art. 9º, que diz: *“É concedida anistia às multas e sanções, previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e em outras normas ou decisões judiciais, aplicadas em decorrência das paralisações dos caminhoneiros nas manifestações ocorridas entre 21 de maio (...)”*.

O nosso destaque é para a supressão desse artigo.

**O SR. OSMAR TERRA** - O Governo se dispõe a vetar esse artigo, suprimir, e, no veto, discutir detalhes depois, se há ou não multa e que tipo de multa haverá. É isso. Acho que com isso pacifica.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Evandro Gussi, o PV participa do acordo ou não?

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pois não, Deputado. Está no acordo?

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu sou o autor da emenda da anistia. Se não mantiver a anistia, mais



de 50% das empresas que trabalham no transporte do Brasil vão quebrar. O Ministro não tem bola de cristal. É impossível ele saber por que o caminhão não saiu do pátio para buscar mercadoria. Isso é impossível!

A empresa vale 300 mil, 400 mil. Ele deu multa de 11 milhões, 9 milhões, 12 milhões, sem um inquérito, sem fazer uma pesquisa no mercado.

Eu sou o autor da anistia. A anistia é necessária. O Governo que vete e negocie para não ser derrubado o veto. Com um limite, a multa com um limite de 1% do capital, a multa com um limite de 1% do faturamento da empresa, aí eu até concordo. Mas multar a empresa porque o caminhoneiro não foi trabalhar, porque estava impedido, porque havia o *black-out*, porque havia paralisação... A empresa que recebe o leite ligou dizendo para não trazer mais leite, pois não tinha onde colocar. A empresa ligou e falou para não lhe mandarem caminhão para carregar gasolina, pois não havia condições de carregar o combustível. E essa empresa é multada com uma multa feroz dessa forma? Isso é um absurdo! Isso é inadmissível num País igual ao Brasil!

Eu mantenho a anistia para os caminhoneiros que fizeram greve neste País!

**O SR. CABO DACIOLO** - Presidente, peço a palavra pelo Patriota. Só quero fazer uma colocação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não, eu só quero saber...

**O SR. CABO DACIOLO** (PATRI-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós do Patriota somos favoráveis a que a anistia permaneça para os caminhoneiros. Já passou o momento de votarmos a MP 832. Só que há mais um cenário: durante 3 meses consecutivos, houve um aumento sucessivo do *diesel*, em cima de 60



centavos. Aí o Governo vem para um acordo e tira apenas 46 centavos, sendo que isso não está sinalizado na bomba.

Então, ainda não foi caracterizado o acordo. Tem que diminuir o *diesel*, tem que diminuir a gasolina, tem que diminuir o álcool e o gás de cozinha também!

Eu sou a favor da anistia, botar a anistia para todos em nome do Senhor Jesus!

Quero dizer aos caminhoneiros que juntos somos fortes, que nenhum passo daremos atrás e que Deus está no controle! Glória a Deus!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu quero saber como está o acordo.

**O SR. COVATTI FILHO** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está tudo certo no acordo, Deputado Baleia Rossi?

**O SR. BALEIA ROSSI** - Da nossa parte, está tudo certo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Algum partido está contra o acordo?

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, da nossa parte, há o destaque. Como não temos a possibilidade regimental de retirá-lo, o PSB, que havia indicado o pedido de verificação, também não pedirá verificação.

Portanto, vamos seguir o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não verificará. Então, acabou. Agora está sob minha responsabilidade.

Orientação de bancadas.

Todos "sim", conforme acordo.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passa-se à votação do mérito.

*(Palmas nas galerias.)*

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2018, adotado pela Comissão Mista, à Medida Provisória nº 832, de 2018, ressalvados os destaques.

Orientação de bancadas.

Pelo acordo, todo mundo “sim”.

**O SR. COVATTI FILHO** - Sr. Presidente, peço um minutinho, para concluirmos a votação. *(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Só um minutinho. Daqui a pouco vocês cantam o Hino. Agora, não!

Orientação de bancadas.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação.





**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

ESTÁ APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 832, DE 2018, NA FORMA DO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2018, RESSALVADOS OS DESTAQUES. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vou dar um minutinho a V.Exas., para aliviá-los, enquanto acertamos os destaques.

Concedo a palavra ao Deputado Covatti Filho. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. COVATTI FILHO** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, estou muito feliz por termos aprovado a medida provisória do frete mínimo, uma luta que vem desde 2015. Graças a Deus, conseguimos dar a resposta que os caminhoneiros de todo o Brasil pediram quando foram às ruas, uma forma de valorizar a categoria. O frete mínimo será uma espécie de salário mínimo para os caminhoneiros.

Aproveito para registrar o recebimento, na segunda-feira, de um abaixo-assinado de mais de 5 mil famílias que estão criando uma associação dos caminhoneiros autônomos e de seus familiares, das mulheres dos caminhoneiros autônomos de todo o Brasil.

Este abaixo-assinado, de mais de 5 mil famílias, demonstra a importância do movimento que aconteceu neste ano, bem como a importância das famílias dos caminhoneiros, que merecem e lutam pela valorização da categoria. Pais de família e esposos saem para trabalhar e agora, com a aprovação desta medida provisória, estão voltando com esta grande valorização do Congresso Nacional.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Vamos votar os destaques, Sr. Presidente!

**A SRA. MARINHA RAUPP** - Sr. Presidente, peço a palavra para registrar uma nota de pesar.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pois não, Deputada.

**A SRA. MARINHA RAUPP** (MDB-RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a compreensão dos colegas porque, neste



momento, no meu nome e no do Senador Valdir Raupp, da bancada federal de Rondônia, registramos, como fizeram os Deputados que me antecederam, o falecimento do Deputado Moreira Mendes.

O Parlamentar muito honrou nosso Estado, como Senador da República, Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, que ajudou no desenvolvimento não apenas da Amazônia e de Rondônia, mas também de todo o País.

Sr. Presidente, manifestamos nosso registro de pesar e deixamos um abraço a toda a família, ao povo de Rondônia, que enaltece o trabalho e a contribuição deste líder do Estado de Rondônia, o Deputado Moreira Mendes.

Meu muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu gostaria de dizer ao pessoal que está nas galerias que, quando aprovarmos na totalidade, eu autorizo vocês a cantarem o Hino Nacional.

Concedo a palavra ao Líder do Democratas. Em seguida, terá a palavra o Líder do PT.

**O SR. RODRIGO GARCIA** (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inicie a votação dos destaques. Se até o fim o acordo não for concluído, teremos votação nominal no último.

A aprovação do destaque apresentado pelo Democratas, na nossa visão, seria de fundamental importância. Diante do acordo, deixamos de solicitar a verificação da votação nominal.

Entendemos que o comando da Presidência será pela rejeição deste destaque, enquanto o pedido do Democratas será pela aprovação, mas quero



registrar nosso posicionamento político. Entendemos que a medida provisória vai fazer com que a ANTT e os setores envolvidos se debrucem efetivamente sobre o custo e o preço do frete no Brasil.

Em virtude deste acordo, abrimos mão da verificação, no entanto.

Eu acho que é importante que V.Exa. inicie a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos tocar a sessão, Deputado.

**O SR. RODRIGO GARCIA** - Enquanto isso, o PSB avalia se vai pedir verificação no destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Quero dizer a V.Exa. que eu permiti que falassem 1 minuto porque a Mesa está acertando, já que houve muitos acordos, que sejam colocados em votação. Enquanto isso, vamos deixar que os Deputados falem por 1 minuto.

Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não vou usar 1 minuto.

Eu quero pedir a V.Exa. que realmente aceleremos a votação dos destaques, para que o projeto possa ir para o Senado e ser votado ainda hoje naquela Casa. Este é o objetivo.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Há sobre a mesa o Destaque nº 6, da bancada do Democratas.

*Senhor Presidente,*

*Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, II, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação da Emenda nº 21, apresentada à MP 832/18.*

*Sala das Sessões,*

*Deputado Rodrigo Garcia*

*Líder do Democratas*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Para falar a favor, o nobre Deputado, nosso Líder, já falou muito bem.

Para falar contra, não há ninguém.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB vota contra este destaque e pede a todos que votem contra.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Orientação de bancada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Orientação de bancadas.

Todos votam “não”?

**O SR. RODRIGO GARCIA** (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas orienta “sim”.

**O SR. ORLANDO SILVA** - O PCdoB quer orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Todos os outros partidos votam “não”?

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não precisamos de orientação. Todos os partidos votam “não”.

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Todos votam “não”? *(Pausa.)*

Posso seguir?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT e a Minoria, “não”.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Eu quero orientar pelo PCdoB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pois não, Deputado. É regimental.



**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante o debate que foi feito aqui pelo Líder do DEM.

**O SR. RODRIGO GARCIA** (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente, o PCdoB, nosso partido, vota contra a proposta do DEM porque, na prática, se aprovássemos a proposta que o DEM fez, iríamos impedir a vigência do frete mínimo.

Quando o DEM propõe que o valor negociado se sobreponha ao valor mínimo fixado, é aquela mesma história da reforma trabalhista, quando disseram que o negociado vale mais do que o que está na lei do trabalho. Portanto, na prática, significaria destruir a conquista dos caminhoneiros de estabelecer o preço mínimo do frete.

Por isso, a posição do PCdoB é contra o destaque apresentado pelo DEM.

Votamos “não”.

**O SR. AFONSO MOTTA** - O PDT também quer orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - É regimental, Deputado.

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT também expressa que este destaque do Democratas é claramente contra o preço mínimo. Tem que ficar bem claro o conteúdo deste destaque. Com todo o respeito, não adianta ficar aqui dizendo que é a favor e colocar um destaque desta dimensão.

Na verdade, este destaque tira toda a validade do frete mínimo constante do substitutivo.

Por isso, o PDT vota “não”.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** - O PSL, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Major Olimpio, aguarde um momento. Daqui a pouco concedo a V.Exa. 10 minutos.

Se eu não acabar logo, vou ter que chamar outra sessão extraordinária, ou alguém pode pedir. Peço apenas um carinho de V.Exas. conosco. Depois, concedo a palavra a todos.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO O DESTAQUE Nº 6.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Destaque nº 7, da bancada do Democratas:

*Senhor Presidente,*

*Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, I, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do § 2º do artigo 4º do PLV apresentado à MP 832/18, com o objetivo de suprimi-lo.*

*Sala das Sessões.*

*Deputado Rodrigo Garcia*

*Líder do Democratas*



**O SR. RODRIGO GARCIA** (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, neste caso, o comando da votação é inverso: o Democratas vota  
“não” e o restante, provavelmente “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não há ninguém orientando.

Portanto, todos os partidos votam "sim". O Democratas vota “não”.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
“Sim” ao texto, “não” ao destaque.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO. MANTIDO O TEXTO.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Agora é a vez do acordo sobre uma das emendas aglutinativas.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Emenda Aglutinativa nº 3.

*Aglutine-se a Emenda nº 22 e os §§ 1º e 4º do art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2018, com a seguinte redação:*

*“Art. 5º .....*

*§ 1º A publicação dos pisos e da planilha a que se refere o caput ocorrerá até os dias 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano e os valores serão válidos para o semestre em que a norma for editada.*

*§ 4º Os pisos mínimos definidos na norma a que se refere o caput têm natureza vinculativa e sua não observância, a partir do dia 20 de julho de 2018, sujeitará o infrator a indenizar o transportador em valor equivalente a 2 (duas) vezes a diferença entre o valor pago e o que seria devido, sendo anistiadas as indenizações decorrentes de infrações ocorridas entre 30 de maio de 2018 e 19 de julho de 2018.”*

*Sala das Sessões.*

*Deputado Osmar Terra*

*Relator*





**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Orientação de bancadas.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
O MDB vota "sim" e pede a todos que votem "sim", Sr. Presidente.

**O SR. COVATTI FILHO** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, todos votam "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PSL, Deputado Major Olimpio?

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL orienta o voto "sim", no momento em que cumprimento a Casa pelo amplo acordo construído para a votação deste projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está bem, Deputado Major Olimpio. Obrigado.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** - Quero enaltecer o Deputado Osmar Terra pela relatoria, principalmente pelo art. 9º, bem como o Deputado Marquezelli pela emenda que acabou consolidando anistia a muitas milionárias e a muitas mais do que injustas.

O PSL vota "sim".



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Esta Presidência informa que estão prejudicados os Destaques nºs 8, 9 e 11.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Este Presidente prorroga a sessão por 1 hora.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Emenda Aglutinativa nº 2:

*Aglutine-se à Emenda nº 20 e o caput do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2018, com a seguinte redação:*

*“Art. 7º Toda operação de transporte rodoviário de cargas deverá ser acompanhada de documento referente ao contrato de frete, com informações do contratante, do contratado e do subcontratado, quando houver, e também da carga, origem e destino, forma de pagamento do frete e indicação expressa do valor do frete pago ao contratado e ao subcontratado e do piso mínimo de frete aplicável.”*

*Sala das Sessões.*

*Deputado Osmar Terra*

*Relator*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Este é o parecer do Relator.

Todos votam "sim"? (*Pausa.*)

Onde está o acordo?

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O MDB vota "sim", Sr. Presidente. O acordo é pelo voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

**O SR. COVATTI FILHO** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O acordo é votar "sim".



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação.





**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação e manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Estão prejudicados os Destaques nºs  
10 e 12.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Destaque de Bancada nº 4.

*Senhor Presidente,*

*Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 161, inciso I, c/c seu § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2018, aposto à MPV nº 832/2018, que institui a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.*

*Sala das Sessões, em 10 de julho de 2018.*

*Deputado Evandro Roman*

*Vice-Líder do PSD*



**O SR. COVATTI FILHO** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O acordo é aprová-lo.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

"Sim" ao texto, e "não" à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - "Sim" ao texto, e "não" à emenda.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

**APROVADO. MANTIDO O TEXTO**



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - "Sim" ao texto, e "não" à emenda.

**O SR. GOULART** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Quem falou "Sr. Presidente"? *(Pausa.)*

É sobre isto aqui, Deputado?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente, espere só um pouco.

**O SR. EVANDRO ROMAN** - Eu sou o autor do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pois não, Deputado. Já foi aprovado, mas pode falar. Já foi feito o acordo e já foi votado tudo. Está bem? *(Pausa.)*  
Obrigado.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu tenho que dar 1 minuto, porque eles têm que resolver.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Isso, para esclarecer, porque isso realmente está ao contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Foi mantido o texto. Foi isso que eu disse: foi aprovado, foi mantido o texto.

O último destaque é o do PCdoB.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pois não, Deputado.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu peço a V.Exa. que escute um pouco a REDE. V.Exa. é médico e está percebendo que estou com dificuldade de falar, mas eu fiz questão de aqui estar para cumprimentar todos aqueles que trabalharam nesse acordo.



Essa era uma questão grave para a vida do País, muito grave! Nós estivemos à beira de um problema institucional, essa é a verdade. E a negociação no Parlamento permitiu que se ultrapassasse a dificuldade. Nós devemos celebrar este momento!

Eu cumprimento a todos os companheiros. E espero que não cheguemos mais aos limites de risco a que chegamos naqueles dias vividos. Parabéns a todos!

*(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.





**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Há sobre a mesa requerimento de Destaque nº 1, com o seguinte teor:

*Senhor Presidente:*

*Requeremos, nos termos do Artigo 161, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno, destaque do parágrafo único do art. 8º do PLV nº 20 oferecido à MP nº 832/2018.*

*Sala das Sessões*

*Líder do PCdoB*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Grande Líder do PCdoB, Deputado Orlando Silva, regimentalmente V.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar os Deputados e as Deputadas.

Quero saudar, em particular, os representantes dos caminhoneiros que participam desta sessão, acompanhando-a da galeria da Câmara dos Deputados. Aliás, faz muito bem a Câmara dos Deputados, quando há representantes do povo acompanhando a sessão e a votação, nos termos em que esta se realiza.

Eu considero que a votação, praticamente unânime, de todos os partidos da Câmara dos Deputados, da medida provisória que fixa o preço mínimo do frete é uma conquista da luta dos caminhoneiros e do diálogo realizado nesta Casa.

Evidentemente, nós do PCdoB votamos favoravelmente à medida provisória, mas queremos fazer um alerta aos caminhoneiros e ao povo brasileiro: nós ainda não enfrentamos o núcleo do problema que gerou a grave crise com os caminhoneiros, a política de preço da PETROBRAS.

A PETROBRAS não pode continuar de joelhos para os acionistas internacionais. Não pode ter uma política de preço que apenas serve aos acionistas da bolsa de Nova Iorque. A dolarização do óleo *diesel* se dá em função da desmobilização da capacidade de produção de combustíveis no Brasil, em função de uma política de sucateamento da PETROBRAS, que é uma das principais empresas deste País e deveria cumprir papel fundamental para o desenvolvimento nacional, para a economia do Brasil, e não apenas ficar de olho, a serviço do interesse dos acionistas.



O que fez explodir a crise com os caminhoneiros foi o preço escorchantemente do óleo *diesel* e foi também a pressão violenta que muitos produtores fazem sobre os caminhoneiros, a ponto de ser mais barato para o caminhoneiro deixar o caminhão na garagem do que rodar com o caminhão pelo País.

O destaque do PCdoB pretende suprimir o risco que haveria ao atribuirmos responsabilidade a plataformas tecnológicas, risco não para esta matéria, mas para outras matérias em que se poderia responsabilizar uma plataforma tecnológica por um conteúdo veicular. Isso poderia ter impacto inclusive na democracia de acesso à informação. Por isso, a posição do PCdoB é cautelosa nessa matéria.

Eu considero que os caminhoneiros têm razão quando apontam para o risco que representam os aplicativos. Recebi, na minha Liderança, várias lideranças apontando o risco de os aplicativos praticarem abusos, mas esses abusos devem ser objeto de tratamento numa lei que garanta, que proteja o efetivo cumprimento do preço mínimo do frete.

Essa é a posição do PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

**O SR. VALDIR COLATTO** - Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Orientação de bancada.

*Durante o discurso do Sr. Orlando Silva, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Diego Garcia, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*

**O SR. ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, há outro orador inscrito para defender o destaque.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Alessandro Molon, eu vou conceder a palavra a V.Exa.

Deputado Valdir Colatto, no Regimento são dois os oradores favoráveis à matéria. Então, tenho que dar o tempo ao Deputado Alessandro Molon, senão eu não vou cumprir o Regimento.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB-RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós do PSB somos a favor de retirar do texto do projeto de lei de conversão esse dispositivo, o parágrafo único do art. 8º, que colocava em risco uma conquista extremamente importante desta Casa e do Brasil: o Marco Civil da Internet.

A plataforma, o meio, o aplicativo, o lugar através do qual se veicula uma notícia ou uma mensagem não é responsável pelo seu conteúdo. Da mesma forma que um jornal não deve responder pelo conteúdo de um classificado publicado no jornal, também uma plataforma eletrônica não pode ser responsabilizada por anúncios que sejam ali feitos. Quem deve ser responsabilizado é quem faz um anúncio que viole uma disposição legal qualquer.

Protegendo a liberdade de expressão, protegendo esse direito de uso da Internet e das plataformas para veicular matérias e notícias sem que o meio possa ser responsabilizado por quem divulga determinado conteúdo, nós orientaremos a favor desse destaque supressivo, portanto orientaremos “não” ao texto destacado, para evitar que a liberdade de expressão na Internet esteja em risco.

Por essa razão, o PSB orienta o voto “não”, Sr. Presidente, para proteger o Marco Civil da Internet e ali a liberdade de expressão.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Orientação de bancada.



Como vota o PP? (*Pausa.*)

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o MDB vai encaminhar e pede a atenção dos Srs. Deputados.

Nós estamos suprimindo o parágrafo único, então nós estamos aprovando o destaque e dizendo “não” ao texto. Isso faz parte do acordo no parágrafo único do art. 8º.

Nós aqui votamos “não” ao texto, que é a votação correta.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PT?

**O SR. CELSO PANSERA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Presidente, o PT desde ontem vem negociando com o Relator da matéria, Deputado Osmar Terra, a exclusão desse parágrafo.

Na verdade, nós julgamos que o melhor seria excluir todo o artigo, mas, por um acordo com o Relator e com os representantes da categoria, vamos excluir esse parágrafo desse artigo, que responsabiliza as plataformas. Assim, nós mantemos a responsabilidade sobre quem publica, quem paga a publicação, mas tiramos a responsabilidade sobre as plataformas, resguardando, assim, a plena utilização do Marco Civil da Internet do Brasil.

O PT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PSDB?

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós trabalhamos muito nesta Casa para garantir o Marco Civil da Internet, portanto entendemos que é adequado. Estaremos também nos manifestando ou não, para que o texto possa ser aprimorado.



Aproveito para fazer um registro. Foi um momento muito importante no Parlamento a construção do entendimento. Defendemos os caminhoneiros, defendemos os caminhoneiros autônomos. Defendemos o equilíbrio para que essa tabela não inviabilize o setor agropecuário brasileiro, tão importante na geração de emprego e renda, e não chegue à mesa do consumidor algo que ele não possa suportar.

Portanto, defendemos o equilíbrio e o bom senso, mas acima de tudo o cumprimento do compromisso com os caminhoneiros, o respeito aos caminhoneiros do Brasil, o respeito aos caminhoneiros autônomos, que nós defendemos no início e precisaremos que ter coerência de defender agora.

Portanto, nós nos manifestamos a favor do acordo, respeitando os caminhoneiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PSB?

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse artigo dava a responsabilidade solidária a alguns que queriam se utilizar da plataforma da Internet, com relação aos anúncios de fretes.

O que é mais importante colocar aqui é que esse parágrafo único, além de destacado pelo PCdoB, também foi destacado pelo PSB, que retira esse destaque em favor do primeiro destaque, porque o nosso objetivo é o mesmo. Não dá para darmos responsabilidade subsidiária a quem usa a plataforma tecnológica, inclusive por aplicativos. Estava-se colocando em risco aqueles que estavam negociando os fretes de forma livre, como fazem os caminhoneiros autônomos e aqueles que têm responsabilidade com o setor no Brasil.



Portanto, o PSB encaminha “não”, conforme o acordo, já encaminhado pelo nobre Deputado Alessandro Molon, mas aqui venho reafirmar a nossa posição de garantir o “não” para que possamos dar garantia àqueles que trabalham com a plataforma.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado.

Eu só gostaria de falar uma coisa: eu peço aos que são favoráveis ao projeto e ao acordo, por favor, que me deixem colocar “não” para todos e acabar, porque o tempo está terminando.

**O SR. COVATTI FILHO** - Concordo, Sr. Presidente.

**O SR. VALDIR COLATTO** - “Não”, Sr. Presidente. Coloque “não” para todo o mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Alguém desejar orientar o voto “sim”?

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT é “não”.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (DEM-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Votamos “não”.

**O SR. COVATTI FILHO** - Vamos acelerar no último. Daí, V.Exa. concede 1 minuto para cada um, para a próxima questão.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** - O DEM é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está combinado.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O PCdoB, como autor do destaque...



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação o destaque.





**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO. FOI SUPRIMIDO O TEXTO.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - O último destaque é este. Nós vamos deixar todo mundo falar. Está combinado assim? (*Pausa.*) Fechado o acordo.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Há sobre a mesa requerimento de bancada, com o seguinte teor:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos dos arts. 117, IX, c/c 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 9º do PLV nº 20/2018, apresentado à MPV nº 832, de 2018.*

*Sala das Sessões*

*Deputado Tadeu Alencar*

*Líder do PSB*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Orientação de bancada.

Agora, nós vamos com calma. Todos falarão por 1 minuto.

Como orienta o PP?

**O SR. COVATTI FILHO** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, colegas Deputados, pelo acordo, orientamos “sim”.

Novamente, queremos agradecer a todos os colegas Deputados envolvidos. Agradecemos também à Frente Parlamentar da Agropecuária a compreensão, que foi importantíssima na elaboração deste acordo. Nós conseguimos — e é claro que isto depende da visão de cada um — ajustar da melhor maneira.

Quero dar os parabéns principalmente aos caminhoneiros pela luta. Sem ganhar nenhum dinheiro, pois estão aqui às próprias custas, vieram para reivindicar, sim, o que a categoria quer e aquilo por que sempre lutou. Portanto, este mérito é de todos os caminhoneiros autônomos e de todas as empresas. Dou os parabéns pela grande mobilização, porque muita gente falava que essa categoria não é unida. Hoje, com esta vitória, a categoria está mostrando a união que sempre teve.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PT, Deputado Bohn Gass?

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT tem acompanhado essa questão de perto e trabalhou para que esta votação pudesse ser realizada. O partido é a favor e também parabeniza o esforço coletivo.

No entanto, é preciso registrar que hoje nós estamos votando a tabela de frete, mas o problema dos caminhoneiros não se resolverá, se o Temer não mudar a



lógica de reajuste do *diesel*, da gasolina, do combustível. Foi essa lógica perversa que fez o *diesel* ficar tão caro.

O segundo aspecto que nós queremos registrar, pelo PT, é que o Governo, se não estimular a produção, não vai ter, amanhã ou depois, frete.

Portanto, há duas preocupações importantes: haver tabela de frete e haver frete. Do jeito como o Temer está trabalhando a economia, o frete vai diminuir. Portanto, nós queremos aquecimento econômico e outra tabela.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o MDB?

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB, Sr. Presidente, diz que Michel Temer não tem posto de combustível. O PT ficou 13 anos no Governo e nunca fez nada pelos caminhoneiros e transportadores. Agora, não vale ficarem reclamando de uma coisa que não fizeram. Nós fizemos. Está aí uma nova lei, que vai atender aos nossos caminhoneiros, ao transporte, a todos.

E é importante que levantemos essa questão da anistia, Presidente, porque muitos que estavam trabalhando foram multados. Empresas que estavam contribuindo para transportar combustível, para transportar alimentos, foram multadas porque ficaram paradas nas barreiras das rodovias. E não foi culpa deles, não.

E também a razoabilidade e a proporcionalidade das multas foram contra a Constituição. Nós entendemos que o Ministro Alexandre tinha que olhar um pouquinho a Constituição, que diz que multa tem que ter proporcionalidade e razoabilidade, mas não se conduziu a questão dessa forma.



Parabéns, Deputado Osmar Terra e todos que trabalharam por isso, principalmente os caminhoneiros!

O voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PSDB?

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, participamos ativamente da construção desse acordo. E o acordo tem que ter esse bom senso. Nós testemunhamos, o Brasil inteiro testemunhou que houve um dado momento na greve em que alguns caminhoneiros queriam sair e não tinham como sair. E não é justo punir alguém porque estava ali e não tinha como sair. Eu mesmo lutei para que houvesse bom senso. Havia caminhões de ração, de leite, de aves. Foi uma luta! Graças a Deus, o momento foi superado. Agora é hora de convergência.

Primeiro, insisto, temos que valorizar os nossos caminhoneiros, os caminhoneiros autônomos, que eu defendi antes da greve, durante a greve e agora. Mas não se deve cometer punições injustas.

Portanto, nós dizemos “sim”, para que coloquemos um ponto final nisso, valorizemos os caminhoneiros, e o Brasil volte ao caminho certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o Democratas? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PTB/PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*



**O SR. ASSIS DO COUTO** (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - O PDT vota "sim".

Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

**O SR. MARCELO DELAROLI** (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota "sim", Presidente.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero dizer que essa negociação, com a qual o PCdoB colabora e concorda, é uma negociação que vem para estancar uma sangria. O Governo Temer passou 2 anos sem dar atenção às reivindicações desse segmento estratégico. O Brasil é um país rodoviário. É preciso ter olhos de ver em relação ao trabalho, à qualidade do trabalho, à segurança desses homens e mulheres que transitam nas rodovias brasileiras. Esse acordo minimiza prejuízos, trata de questões que já deveriam ter sido tratadas antes.

O PCdoB acha, por exemplo, em relação à questão dos aplicativos, que a posição foi clara: quem anunciar de forma errada, que responda. Mas é preciso atingir o elemento fulcral, que é a política de preços da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vota "sim".

Como vota o PSC? (*Pausa.*)

**O SR. ALBERTO FRAGA** - O Democratas quer orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o Democratas?

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vai manter o acordo. Entendemos que essa anistia é



necessária, mas, diante do acordo que foi feito, vamos manter o texto. Futuramente, esse assunto será discutido, evidentemente.

O voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PR? (*Pausa.*) O PR vota “sim”.

Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PSL? Deputado Major Olímpio, como vota o PSL? (*Pausa.*)

Como vota o PPS? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

Como vota o Patriota? (*Pausa.*)

Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota a REDE, Deputado Miro Teixeira?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PPL? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, neste momento em que estamos encerrando esta votação histórica, cumprimentar os 2 milhões de caminhoneiros do nosso País. Quero cumprimentá-los e reconhecer que a greve e a paralização foram necessárias para alertar o Brasil sobre uma situação que era insustentável. Quero lembrar que, em muitos momentos, os oligopólios da mídia tentaram criminalizar o movimento dos caminhoneiros, e o que estes estavam dizendo ao Brasil é que a política de preços





da PETROBRAS tornava insustentáveis os fretes rodoviários do País, estavam dizendo que a mistura de recessão e explosão do preço do *diesel* tornava inviável o negócio do transporte rodoviário. Eles venceram, o Brasil venceu, e nós teremos uma tabela mínima de fretes.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota a Maioria, Deputado Darcísio Perondi?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Venceram os caminhoneiros, venceu o bom senso, venceu a negociação. O Governo ouviu, trabalhou. Eles viram o trabalho. Convergimos. O outro Governo só enganou, e eles tinham o poder do petróleo também.

Dizer que é só o petróleo? Não. Os embarcadores, que os senhores da Oposição não quiseram enfrentar; os grandes transportadores, que a Oposição não quis enfrentar. E mandou os caminhoneiros comprarem caminhão e jogou o País numa depressão severíssima, da qual nós os tiramos.

Fiquem tranquilos, a economia vai continuar melhorando. Ela estava enterrada. É óbvio que o preço do petróleo influenciou. Mas aqui foi a vitória da convergência, dos caminhoneiros, do Governo, que soube negociar, e deste Parlamento.

Parabéns ao Brasil e aos caminhoneiros!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o Podemos, Deputado Diego Garcia?

**O SR. DIEGO GARCIA** (Bloco/PODE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria ressaltar a importância dos nossos caminhoneiros em todo o Brasil, que se mobilizaram e atuaram de forma



transparente, séria, respeitosa. Ao mesmo tempo, por muito tempo não foram ouvidos.

Acredito que o Governo acordou. Deu ouvidos à organização, à sociedade organizada, que mostra a sua força, que mostra a importância do seu papel e quanto é importante quando a sociedade participa das discussões que estão acontecendo aqui no Parlamento brasileiro. Então, esta vitória é para mostrar a força do povo, a força da nossa Nação. Os caminhoneiros estão dando exemplo em nosso País.

Parabéns aos caminhoneiros!

O voto do Podemos é “sim”.

Nós acreditamos nos caminhoneiros e, por isso, estamos com eles e os apoiamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o Governo?

**O SR. OSMAR TERRA** (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria em primeiro lugar dizer que estou muito orgulhoso de ser membro deste Parlamento, que às vezes é tão achincalhado e agredido na mídia. Aqui demos uma demonstração de que somos capazes de resolver dentro da democracia problemas gravíssimos. Nós os enfrentamos, Sr. Presidente.

Eu quero fazer minhas as palavras do Deputado Miro Teixeira, que fez um pronunciamento cuja profundidade talvez não tenha sido notada. Nós estivemos à beira da maior crise institucional das últimas décadas, em função de uma junção do movimento que queria uma melhoria para os caminhoneiros com o movimento político que não queria mais que o País continuasse uma democracia.

E os caminhoneiros souberam separar o joio do trigo, souberam atender ao apelo. Aqueles caminhoneiros ali são os verdadeiros líderes da beira da estrada, Sr.



Presidente. Não foram os líderes formais: foram os líderes que são ouvidos e respeitados pelos caminhoneiros no WhatsApp. Eles é que foram convidados para conversar. O Governo os recebeu, negociou, colocou em medidas provisórias os seus pleitos e os atendeu.

Aqui nós estamos cumprindo esse preceito democrático de respeitar o acordo e de respeitar a democracia, que pode resolver os seus problemas de entendimento. Esse grande entendimento que aconteceu aqui é fruto disso. Estamos todos os partidos juntos. Não importa se em 2015 havia uma crise igual e era outro partido. Não importa agora se é este Governo. O fato é que agora se resolveu.

Agora, vamos para o Senado, para terminar o serviço, para garantir o equilíbrio e a paz na estrada. *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está feito o registro, Deputado.

Como vota o PSL, Deputado Major Olimpio?

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL vota "sim", cumprimentando todos os caminhoneiros do Brasil. O Deputado Jair Bolsonaro, o PSL e eu mesmo fomos um dos primeiros a apoiar a mobilização histórica, produto da covardia de vários Governos, safadeza institucionalizada, que acabou sendo resolvida pelo Parlamento.

O Brasil aprendeu agora que a mobilização feita pelos caminhoneiros está parando neste momento pelo atendimento ao pleito. Mas a qualquer momento que fizerem de novo com qualquer segmento, especialmente com o transporte rodoviário de carga, o que estava sendo feito, a mobilização vai ser dobrada, triplicada, quadriplicada.

Viva os caminhoneiros! Viva o transporte rodoviário de carga do nosso País!



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO. O DESTAQUE FOI APROVADO.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Há sobre a mesa e vou submeter a  
votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu gostaria que, antes de mandarmos a matéria para o Senado, todos ficassem de pé, para cantarmos o Hino Nacional junto com os caminhoneiros.

Convido a todos a cantarem, de pé, o Hino Nacional.

*(É executado o Hino Nacional.)*





**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Esta Presidência parabeniza todos os que participaram do acordo. Cada um cedeu um pouco. Agora todos poderão falar.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado. S.Exa. dispõe de 30 segundos.

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., os caminhoneiros do Brasil e esta Casa, que já tinha votado a isenção do PIS/COFINS. Gostaria, acima de tudo, de dizer que este Governo, com a política de combustíveis, conseguiu produzir a greve mais dura da República, a greve dos caminhoneiros, por causa da política de combustíveis da PETROBRAS.

Esta Casa, por meio do Presidente Rodrigo Maia, soube reagir votando a questão do PIS/COFINS e, agora, a medida provisória.

Parabéns àqueles que conseguiram produzir o acordo e fazer com que este Congresso reagisse aos equívocos que o Executivo Federal cometera em relação aos caminhoneiros, diante da política de combustíveis do País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Esta Presidência vai conceder 1 minuto a todos os que quiserem falar. Agora é a hora de V.Exas.: um aqui, outro ali.

**O SR. ASSIS DO COUTO** - Sr. Presidente, quero falar pela Liderança da Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - A Liderança falará daqui a pouco, Deputado. Deixe-me desafogar as inscrições. Na sequência, eu concedo a palavra a V.Exa., o que é regimental. Peço, no entanto, que espere um pouquinho.

**O SR. ASSIS DO COUTO** - Então, conceda-me 1 minuto, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra V.Exa.

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a todos os que promoveram esta luta, que vem de longa data.

Acho que os caminhoneiros já estão na 12ª paralisação, nas últimas décadas, e a questão do frete sempre foi uma das pautas da categoria.

Quero cumprimentar e parabenizar a Comissão Mista, lembrando que ouvimos os depoimentos que registram a luta dos caminhoneiros. As lideranças vieram à Casa, fruto da “vaquinha” que fizeram, compraram paletó e gravata, para entrar na Casa e defender a causa pela qual lutam.

Aproveito para cumprimentar o Plenário e V.Exa., Presidente Carlos Manato, por terem produzido este acordo no dia de hoje.

Parabéns a todos!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é um momento histórico, em que trabalhamos para o bem do Brasil. Construimos um acordo, do qual participamos ativamente, em respeito ao compromisso com os caminhoneiros. É claro que compromisso feito tem que ser respeitado: garantir o frete mínimo, garantir o que já se aprovou, como a não cobrança do eixo suspenso. Estabelecemos o entendimento em respeito não só ao produtor rural, que embarca a carga, mas também a todos os elos da cadeia: as



transportadoras, o caminhoneiro autônomo e, obviamente, o cidadão, que está na ponta, que consome o alimento. É preciso, portanto, equilíbrio em toda esta relação.

Nós fomos, principalmente, coerentes, porque lutamos e defendemos o direito dos caminhoneiros, na medida em que conseguimos aprovar um projeto que atende aos caminhoneiros autônomos do País.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Diante do tumulto que houve, a Taquigrafia não conseguiu ouvir o que eu disse. Assim, vou repetir, para não pairar nenhuma dúvida.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Em votação a redação final.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Osmar Terra.

**O SR. OSMAR TERRA** (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um agradecimento a toda a equipe: ao consultor Rodrigo, que foi maravilhoso; ao Bruno e à equipe; e à Rose, que trabalha comigo.

Aproveito para fazer uma homenagem aos caminhoneiros, que souberam superar as diferenças e acreditar nesta Casa. Neste momento, eles poderiam estar em greve, pressionando, e nós teríamos, de alguma forma, que resolver o problema. Eles souberam, portanto, respeitar a democracia e esta Casa.

Faço uma homenagem ao Deputado Darcísio Perondi, Presidente da nossa Comissão Especial. O Senador, que eu não sei quem era, deveria estar presidindo, já que se tratava de uma Comissão Mista. Ele simplesmente não compareceu. Eu não faço nenhuma crítica ao Senado, uma vez que deve haver algum motivo. No entanto, o Deputado Darcísio Perondi, que era o Vice-Presidente da Comissão, assumiu e conduziu os trabalhos rapidamente e nos brindou com este grande momento.

Muito obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto. *(Pausa.)*

**O SR. ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, V.Exa. vai prorrogar a sessão?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Já a proroguei.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a todos os que fizeram um esforço muito grande para buscar o entendimento. Houve da parte desta Casa uma responsabilidade



muito grande. Quando as partes não se acertam, eu sempre digo que a Casa vota e toma uma providência e faz. Esta Casa fez o possível.

Eu tenho certeza de que, no dia 20 de julho, os atores que participam deste processo — desembarcadores, transportadores autônomos e as empresas — farão a análise do custo mínimo do frete e vão chegar a um acordo, pensando no Brasil e no bem de todas as categorias.

Alguns dizem: *“Nós acabamos com o Brasil! Agora vão tabelar um tal regime de economia de mercado, e não vai dar certo”*. Não tem essa! Nós esperamos que o entendimento aconteça. A responsabilidade, agora, é dos desembarcadores e dos transportadores, para chegarem ao entendimento, um entendimento que seja bom para todos e para o Brasil.

Parabéns a todos os que buscaram o entendimento!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Caetano.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estive no fim de semana no Município de Nova Soure, com o Presidente do PT, o Vice-Prefeito Marcos Ureilton, a Deputada Fátima Nunes, o Debison e diversos representantes da comunidade. Participamos de um grande ato público na Câmara de Vereadores. Quero, portanto, agradecer à Olindina, ao Vereador Júnior de Morgan e à população de modo geral.

Estivemos na cidade de Ribeira do Amparo, com o Prefeito Germano Santana; a Presidente da Câmara, Eulina; a Renata Dantas, a Deputada Fátima Nunes, o Vereador Romário, o Edinho, entre tantos outros. Tivemos a oportunidade de participar de um importantíssimo evento sobre agricultura familiar.



Quero, portanto, parabenizar os Municípios e os caminhoneiros.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Lula livre!

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*, no último fim de semana, o Partido dos Trabalhadores de Nova Soure realizou uma grande plenária em prol da liberdade de Lula e da democracia. O ato contou com a presença da Deputada Estadual Fátima Nunes; da Presidente da Câmara Municipal de Ribeira do Amparo, Eulina; do Secretário de Governo de Ribeira do Amparo, Anderson; do Presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores, Paulino; da Profa. Lucia Alves, representante da APLB; da Rosemary, da APLB Regional Olindina; da Célia, Diretora do Colégio Dom Pedro; e do Presidente da Associação de Assentamento e Reforma Agrária, Givaldo.

A plenária aconteceu na Câmara de Vereadores. Aproveitei o momento e fiz um balanço da política, apresentando a necessidade de uma mobilização nacional a partir de cada pessoa. Vamos defender a candidatura de Lula à Presidência da República.

Agradeço a todos a maneira como fui recebido.

Contem sempre com nosso mandato.

Muito obrigado a todos pelo carinho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*, no último sábado, 7 de julho, estivemos no Município de Ribeira do





Amparo, onde participamos da celebração do dia Internacional do Cooperativismo. O evento destacou a força do homem do campo. Da roça sai não só o alimento, mas também o medicamento. Inúmeros alimentos que são produzidos no campo são poderosos remédios. Os agricultores aproveitaram a oportunidade e realizaram uma feira de agricultura familiar.

O evento contou com o apoio do Prefeito de Ribeira do Amparo, meu amigo Germano Santana.

Registro a presença da Presidente da Câmara, Eulina Amorim; da Secretária de Cultura do Município, Renata Dantas; da Deputada Estadual Fátima Nunes; do Deputado Estadual Aderbal Caldas; do Vereador Romário Boa Hora; do Vereador Edinho de Barrocas; do Secretário da Saúde, Baixinho; e do Presidente da Associação Comunitária de Lajes e Região, Altamir Fagundes.

O Vice-Prefeito de Nova Soure, Marcos Ureilton, fez uma excelente palestra sobre o tema, quando apontou a necessidade de se promoverem o associativismo e o cooperativismo na região.

Agradeço a todos e a todas a maneira carinhosa como fui recebido.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*, o Vereador Júnior de Morgan, de Olindina, fez a plenária do seu mandato na última sexta-feira, dia 6 de julho, e eu fiz questão de participar do momento. O Deputado Estadual Alex da Piatã também esteve presente.

Tivemos a oportunidade de debater a política nos níveis municipal, estadual e nacional. Entre as muitas pessoas importantes presentes, quero destacar a



Vereadora de Itapicuru, Fabiana; a Presidente do Sindicato Rural da região, Railda; o Vice-Prefeito de Nova Soure, Marcos Ureilton; a liderança Debison, de Itapicuru; o Presidente da Associação Minação Lula; e o representante Adilson, da Associação do Cedro.

Finalmente, agradeço a toda a família do Vereador Júnior a recepção.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queremos parabenizar todos os caminhoneiros do Brasil e dizer que a greve que realizaram mostrou a força da classe trabalhadora, que produz e trabalha. Quando se organiza e sabe fazer as manifestações, a categoria alcança o sucesso e a vitória. Esta é uma vitória da luta.

A vitória foi imposta ao Governo golpista, que não queria discutir a questão dos caminhoneiros e o problema da PETROBRAS e o problema dos combustíveis, obrigando o Congresso Nacional a parar, a debater e a aprovar a medida provisória.

Portanto, parabéns aos caminhoneiros!

Que esta situação sirva de lição para toda a classe trabalhadora! Quem quiser conquistar, neste sistema, melhores condições de vida só o conseguirá com luta e organização. Nossa bancada não se curvou: esteve nesta luta desde o primeiro momento.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os caminhoneiros que se mobilizaram no Brasil. A MP 832, conquista do setor, representa o primeiro passo, um importante passo, porque é o ponto de partida para a negociação de uma tabela mínima de frete.

Nós conseguimos derrotar a proposta e os destaques que queriam transformar o negociado sobre o legislado acima da tabela do frete. O Parlamento deu novamente um recado aos setores de que os caminhoneiros têm que ser respeitados por esta Casa.

Por isso, eu comemoro com este Parlamento e com os caminhoneiros esta luta que vimos enfrentando desde 2015 nos debates que temos feito neste País.

A tabela do frete mínimo é o primeiro passo importante, atrelado a uma política decente de preço dos combustíveis, já que a política de combustíveis adotada pelo Governo Temer é entreguista e privatista.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir o apoio desta Casa para a discussão da política energética e da desoneração, fazendo com que os pobres tenham isenção na conta de energia elétrica.



Lembro aos colegas Deputados que, dentro desta bandeira, pela qual venho lutando e denunciando, temos um projeto de lei que acaba com as taxas de religação dos serviços básicos de energia elétrica e fornecimento de água.

Quando uma pessoa atrasa o pagamento da conta, é porque já está com algum problema de dinheiro, não tem condição de pagar a conta. Quando paga a conta, ela ainda tem que pagar uma taxa, que parece ser pouco. No meu Estado, a taxa custa por volta de 7 reais. Se for urgente a religação, são 37 reais. Para um pai de família, um trabalhador, é muito dinheiro, sim! Este dinheiro daria para comprar arroz e feijão, daria para alimentar a família por 2 ou 3 dias.

Portanto, peço o apoio desta Casa para aprovarmos este projeto que acaba com as taxas de religação de água e energia elétrica.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Silva.

**O SR. ZÉ SILVA** (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com profundo sentimento, quero expressar, em meu nome, no da minha família e no da bancada do Solidariedade, o passamento do nosso companheiro Moreira Mendes.

Moreira Mendes foi Deputado Federal, Senador da República, militante, advogado, agropecuarista, empresário. Eu tive a oportunidade de conviver com ele nas lutas e nas trincheiras, em defesa da agricultura brasileira e da justiça social.

Quero registrar, em nome da Executiva Nacional do Solidariedade e de toda a nossa bancada, nossos profundos sentimentos.

Que Deus ilumine e conforte toda a família, na fé e na proteção divina!



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Goulart.

**O SR. GOULART** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero também demonstrar meus sentimentos pelo passamento do Deputado Moreira Mendes, um grande Líder do PSD.

Com relação ao projeto aprovado aqui, eu havia apresentado um destaque para suprimir um dos artigos, mas, em nome do bom senso, abrimos mão de parte dele. Trabalhei muito junto aos caminhoneiros durante este período, mesmo com o sofrimento que a greve causou à sociedade.

O Governo e o Parlamento têm que trabalhar unidos, para evitar que este mal volte a acontecer. O Brasil todo parou, e muitas famílias ficaram sem abastecimento da cesta básica. Portanto, este momento foi importante para o Parlamento brasileiro. Eu tive a oportunidade de participar e apoiar.

Parabéns a todos!

**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, consta como primeiro item da pauta a votação dos bloqueadores de celulares nos presídios.

Eu queria saber se vamos votar ou não, porque parece que há outra matéria no lugar. Queremos saber se vamos votar, porque nos foi dito que este item seria o primeiro da pauta de hoje. Eu peço a V.Exa. que nos informe, para que possamos preparar o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado, temos que acompanhar o tempo.



O próximo item da pauta é o projeto de lei que trata do cadastro positivo, matéria que veio do Senado Federal.

**O SR. LAERTE BESSA** - Isso. Eu acho que há acordo para aprová-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Há acordo?

**O SR. LAERTE BESSA** - Eu acho que há sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Se há acordo, ótimo. Vota-se rapidamente.

**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não há acordo para a votação do cadastro positivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos ver e acompanhar a pauta.

Concedo a palavra à Deputada Rosangela Gomes.

**A SRA. ROSANGELA GOMES** (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos.

Gostaria de registrar a presença, na Casa, do Vereador Maguila, Líder do Governo em Friburgo. Ele veio a Brasília e, a meu convite, irá a dois Ministérios discutir sobre assuntos relacionados com a agricultura familiar, a moda íntima e o metal mecânico do Município.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes.

**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria, evidentemente, cumprimentar os caminhoneiros, principalmente os caminhoneiros autônomos, pela luta e pela resistência, em vista



das grandes dificuldades que enfrentam no transporte de cargas para diversos lugares.

Aproveito para registrar que, se esta foi uma vitória, ainda que pequena, diante do resultado da política de preços da PETROBRAS, a questão central que a sociedade brasileira enfrenta ainda não está resolvida.

Já foi registrado, nesta semana, mais um aumento da gasolina. As dificuldades diante do preço do gás de cozinha continuam. Portanto, a vitória dos caminhoneiros serve de alerta para toda a sociedade, particularmente para as mães de família.

Devemos voltar às ruas para combater a política de preços da PETROBRAS, que prejudica cada homem e cada mulher deste País.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (DEM-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, em nome da Frente Parlamentar da Agropecuária, quero manifestar nosso profundo pesar pela morte, que aconteceu na madrugada de hoje em Rondônia, do nosso amigo Senador e Deputado Moreira Mendes.

Quero desejar à família muita força nesta hora e dizer que os 262 Deputados da Frente sentirão muito a falta de Moreira Mendes, que deixa um grande legado de amizade, competência e trabalho em prol do setor agropecuário brasileiro.

Quanto à medida provisória referente ao frete, quero dizer que todos querem ser pai de criança bonita. É incrível! Esta criança ficou bonita, porque houve um acordo, houve bom senso. Deu-se a votação do equilíbrio, em que todos perderam um pouco, mas chegamos ao consenso pelo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Miro Teixeira. *(Pausa.)*



**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já que a sessão foi prorrogada, peço a V.Exa. que verifique com a Oposição se há algum problema em votarmos a matéria relativa aos bloqueadores de celulares nos presídios, se vai haver ou não obstrução, para que possamos votar em uma hora. Eu acho que, no caso do cadastro positivo, vai haver, sim, obstrução.

Peço a V.Exa. que verifique com a Oposição este ponto.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós ouvimos no plenário que há acordo para a votação do cadastro impositivo. Porém, não há acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não há acordo porque há requerimento de retirada de pauta, Deputado Miro Teixeira. Não há acordo.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Não está dando para ouvir V.Exa., Sr. Presidente.

**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em relação ao cadastro positivo, não há acordo.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Não há acordo?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não há acordo, porque há requerimento de retirada de pauta. Desse modo, como há acordo?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - V.Exa. retirou a matéria de pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Há um requerimento de retirada de pauta, Deputado.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Está bem, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO UCZAI** - Sr. Presidente, eu queria fazer um registro.

**O SR. SÁGUAS MORAES** - Sr. Presidente, está prevista para as 18h uma sessão do Congresso Nacional. Nós temos menos de uma 1 hora para esta sessão.





Portanto, eu gostaria de saber de V.Exa. se temos mais algum assunto na pauta até o termino desta sessão e se teremos uma nova sessão, até o início da sessão do Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado, ainda há um item na pauta que é possível votarmos ainda nesta sessão, que é o cadastro positivo. No entanto, não há acordo, porque foi apresentado um requerimento de retirada de pauta.

**O SR. SÁGUAS MORAES** - É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como não há acordo, estou dando tempo para os Deputados e Líderes falarem.

Como fui rigoroso com todos os que não falaram, vale a pena deixar os Deputados falarem.

Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes da greve dos caminhoneiros, esse povo que provou que não sabe governar ainda colocava a culpa no Lula, na Dilma e no PT. Depois da greve, agora coloca a culpa nos caminhoneiros.

É melhor assumir logo a culpa: vocês não sabem governar! A saída do Brasil é Lula voltar a governar, para colocar o Brasil nos trilhos novamente.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente Manato...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Pedro Uczai, V.Exa. deseja falar?

**O SR. PEDRO UCZAI** - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Então, pode falar. Em seguida, vou conceder a palavra à Líder Alice Portugal.



**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a presença ao Alan, professor de Direito na Universidade do Oeste de Santa Catarina — UNOESC, *campi* de São Miguel do Oeste e Pinhalzinho, bem como aos estudantes que vão operar no mundo do Direito. Parte da legislação do Direito foi produzida pelo Parlamento brasileiro.

Agradeço a presença aos estudantes de Direito Kamilla Salles, Eduarda, Paulo, Aline, Ana, Iago, Jeferson, Leonardo e Rafael.

Sejam bem-vindos a esta Casa! O Parlamento é o espaço da democracia brasileira.

Muito obrigado pela presença.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pela Liderança do PCdoB, concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, por 4 minutos.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, com a generosidade do meu Líder, o Deputado Orlando Silva, que me cedeu o tempo da Liderança, faço este pronunciamento para falar da crise da EMBRAPA.

A verdade é que a Subcomissão que trata do problema da ciência e tecnologia tem nas mãos um grave imbróglio. O Governo golpista envolve completamente o Brasil numa sinuca, e a agenda neoliberal imposta pelo chamado mercado tem produzido efeitos desastrosos na economia brasileira e um verdadeiro desastre das empresas públicas, especialmente naquelas consideradas estratégicas para o desenvolvimento soberano e independente do Brasil. Elas estão sendo desmanteladas, colocadas a serviço do capital privado, sob o falso argumento de que o País não tem recursos para mantê-las. Tenta-se passar, com isso, a ideia de que o Brasil está buscando a excelência, está buscando salvaguardar os seus recursos, enquanto está entregando o seu patrimônio nacional, a sua matriz tecnológica, infelizmente, constituindo assim toda uma entrega de patrimônio e de soberania.

A EMBRAPA, conceituada empresa pública de pesquisa agropecuária, vital para o desenvolvimento independente da agricultura e da pecuária em nosso País, é vítima desse processo de desmonte, imposto infelizmente pela agenda do golpe. No momento, tentam emplacar a propalada reestruturação da empresa, expressa em um documento recentemente divulgado e denominado Suporte ao Aprimoramento



---

Estrutural e Funcional das Unidades Descentralizadas da EMBRAPA, encomendado pela sua Diretoria Executiva.

Lamentavelmente, o citado documento, elaborado em apenas 40 dias por um grupo de 16 pessoas, é um verdadeiro desastre. E, caso suas premissas sejam implementadas, será o fim da EMBRAPA pública.

A proposta apresentada foi gestada em tempo recorde e de forma autoritária, sem a participação dos trabalhadores e do seu sindicato. Ela levanta profundas transformações estruturais no plano estratégico, sem apontar quais os meios para implementá-las — plano tático e operacional não existe —, quais seus possíveis impactos, além de não apresentar uma agenda-piloto de transição para testar a efetividade dessa transformação estrutural e administrativa.

Mais do que isso, a proposta de mudança da EMBRAPA fundamenta-se na famigerada Lei do Teto, fundamenta-se, sem qualquer análise crítica, na reforma trabalhista e na terceirização, que poderá levar a demissões, a terceirizações e, lamentavelmente, à quebra dessa empresa que tem sido maravilhosa, do ponto de vista da inovação, da constituição de novas formas de pensar a agricultura do Brasil de maneira sustentável.

Vejam o Projeto Mandioca, em Cruz das Almas, na Bahia, que levou, inclusive, à edição de leis que garantem uma parte de fécula de mandioca no pão francês que usamos em todo o Brasil.

Por isso, eu quero dizer, de maneira inteira, que nós não concordamos com essa reestruturação relâmpago e clamamos para que ela seja suspensa e também para que a discussão se dê com os trabalhadores da EMBRAPA e com a sociedade.

**PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA**



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a submissão do Governo golpista à agenda neoliberal que lhe é imposta pelo chamado mercado tem produzido efeitos desastrosos na economia brasileira e um verdadeiro desastre nas empresas públicas, especialmente naquelas consideradas estratégicas para o desenvolvimento soberano e independente do Brasil.

As empresas públicas estão sendo desmanteladas e colocadas a serviço do capital privado, sob o falso argumento de que o País não tem recursos suficientes para mantê-las. Com isso, tenta-se passar à sociedade uma imagem de maior eficiência e austeridade, com a diminuição dos investimentos em saúde, educação, ciência e tecnologia e áreas sociais, respaldadas na Emenda Constitucional nº 95, de 2016, a chamada Lei do Teto.

A EMBRAPA, conceituada empresa pública de pesquisa agropecuária, vital para o desenvolvimento independente da agricultura e da pecuária de nosso País, é vítima desse processo de desmonte imposto pela agenda do golpe. No momento, tentam emplacar a propalada reestruturação da empresa, expressa em documento recentemente divulgado e denominado Suporte ao Aprimoramento Estrutural e Funcional das Unidades Descentralizadas da EMBRAPA, encomendado pela Diretoria Executiva da empresa.

O citado documento, elaborado em apenas 40 dias por um grupo restrito de 16 pessoas, é um verdadeiro desastre e, caso suas premissas sejam implementadas, será o fim da EMBRAPA pública.

A proposta apresentada neste documento foi gestada em tempo recorde e de forma autoritária, excluiu do processo a participação de trabalhadoras e trabalhadores da empresa e dos diferentes segmentos da sociedade.



Ela levanta profundas transformações estruturais e organizacionais no plano estratégico sem apontar quais os meios para implementá-las — plano tático e operacional —, quais seus possíveis impactos, além de não apresentar uma agenda piloto de transição para testar sua efetividade.

Mais do que isso, a proposta de mudanças na EMBRAPA se fundamenta na Lei das Estatais, na Lei do Teto, no Marco Legal de CTI, na reforma trabalhista e na terceirização, sem uma análise crítica, apontando para a precarização das relações de trabalho na empresa e para a diminuição do quadro de pessoal sem critérios e para demissões arbitrárias e generalizadas.

O referido documento é apenas uma síntese do que pretende a Diretoria da EMBRAPA, pois não deixa claras várias questões que o Sr. Maurício Lopes, atual Presidente da empresa, tem falado reiteradamente, como fusões de unidades e venda de campos experimentais.

Com isso, toda a lógica e o foco dessa proposta é desonerar o orçamento da união e trabalhar com recursos privados para financiar a pesquisa agropecuária brasileira, o que levará a EMBRAPA a ser uma mera prestadora de serviços das grandes corporações e do agronegócio de *commodities*.

A proposta descaracteriza e destrói a identidade das unidades descentralizadas, retirando do nome síntese o conceito de pesquisa, sem estabelecer o seu foco dentro dessa nova estrutura, e inserindo a lógica da inovação, que na realidade traz implicitamente o desenvolvimento de processos e produtos de interesse do grande capital.

As mudanças estruturais que estão sendo impostas pelo Governo golpista têm características similares e funcionam como um “fim de xepa”, no qual se oferece



tudo a preços baratos e se aceita qualquer proposta antes de findar a feira, ou seja, antes do fim do Governo golpista. Como justificar uma mudança estrutural na estrutura e nas funções de uma empresa do porte da EMBRAPA exatamente no fim de um governo cuja característica principal tem sido o entreguismo e a submissão aos interesses do chamado mercado?

É preciso, pois, que se exija a imediata suspensão dessa proposta sobre a EMBRAPA e a abertura de um amplo processo de debate, com as trabalhadoras e os trabalhadores e com a sociedade que demanda a pesquisa agropecuária pública para consolidar uma EMBRAPA pública e democrática, em favor dos interesses do povo brasileiro, deixando claro que qualquer mudança dessa magnitude só poderá ser implementada após ampla discussão e a partir do ano que vem, sob o novo Governo eleito.

Os servidores da EMBRAPA estão mobilizados em todo o País para impedir o desmonte da empresa. Diversas assembleias já foram realizadas e foram unânimes ao traçar suas reivindicações:

Não à proposta privatista de reestruturação da EMBRAPA!

Por um amplo debate com a categoria e com a sociedade!

Por uma EMBRAPA pública e democrática!

Fora, Maurício, já!

Endosso as reivindicações e as denúncias dos servidores da EMBRAPA e conclamo as Sras. e Srs. Deputados a cerrarmos fileira na defesa desta que é a maior e mais importante empresa de pesquisa agropecuária de toda a América Latina.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Presidente Estadual do PSB do Amapá, o Senador João Capiberibe, defende a redução pela metade do orçamento da Assembleia Legislativa.

Todos os pré-candidatos a Deputado Estadual do PSB assinaram um termo de compromisso para cortar pela metade o orçamento da Assembleia Legislativa.

Em 2019, seriam 180 milhões de reais para 24 Deputados. Com metade disso, dá para otimizar os recursos, evitar mau uso e tocar o trabalho legislativo sem prejuízo.

O dinheiro público deve priorizar os serviços à população, como segurança, educação e saúde. De manhã, uma ambulância pegou fogo em frente ao HCAL, o Hospital de Clínicas Dr. Alberto Lima, por falta de manutenção. E o Renda para Viver Melhor, programa com que Waldez acabou, deixou muitas mulheres órfãs desse recurso que mensalmente circulava no comércio da periferia.

Sr. Presidente, eu peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Chico d'Angelo.

**O SR. CHICO D'ANGELO** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer o registro de uma solicitação do ambientalista, estudioso do tema, Gerhard Sardo, ao Ministério do Meio Ambiente e à Secretaria





Especial de Aquicultura e Pesca para que analise o processo administrativo que prevê a aprovação da Instrução Normativa Interministerial do Ordenamento Pesqueiro do Sistema Lagunar de Maricá.

No complexo lagunar é praticada a pesca artesanal. As comunidades de pesca artesanal estão distribuídas ao longo da costa e no entorno do sistema lagunar de Maricá.

Na verdade, isso auxiliará a fiscalização por parte dos órgãos ambientais e reguladores da atividade, impedindo que haja erros por parte do fiscalizador e do fiscalizado.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, fui procurado pelo ambientalista e estudioso do tema, Gerhard Sardo, que me trouxe uma preocupação que eu divido com a Casa. Na oportunidade, solicito que o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca analisem o processo administrativo IBAMA nº 02022.000188/2011-24, que prevê a aprovação da Instrução Normativa Interministerial do Ordenamento Pesqueiro do Sistema Lagunar de Maricá, que se encontra há 7 anos sendo analisado por esses dois órgãos.

O sistema lagunar de Maricá-Guarapina é constituído por quatro lagunas, compreendendo aproximadamente 34,87 quilômetros quadrados, atualmente distribuídos de forma prioritária por: Maricá, Barra, Guarapina e Padre.

No complexo lagunar é praticada a pesca artesanal. Até agosto de 2017, através do Portal da Transparência do Governo Federal, foi observado que 167 pescadores artesanais do município de Maricá haviam recebido seguro-defeso



As comunidades de pesca artesanal estão distribuídas ao longo da costa e no entorno do sistema lagunar. As espécies de maior interesse da comunidade pesqueira artesanal são tainha, tainhota, bagres diversos, robalo, corvina e camarões diversos.

Em janeiro de 2011, a Prefeitura Municipal de Maricá, no Rio de Janeiro, preocupada com a situação das lagoas, solicitou ao IBAMA RJ estudo detalhado para ordenamento pesqueiro, citando a presença de pesca predatória e modalidades de pesca proibidas nas referidas lagoas, que originou o Processo IBAMA nº 02022.000188/2011-24, com o objetivo de formatar Instrução Normativa Interministerial do Ordenamento Pesqueiro no Sistema Lagunar de Maricá, no Rio de Janeiro.

O processo de Ordenamento Pesqueiro do Sistema Lagunar de Maricá está sendo realizado com ampla participação do setor pesqueiro, utilizando metodologias de inclusão da população local. As instituições públicas em nível municipal, estadual e federal, com competência na pesca, tiveram atuação constante e frequente, produzindo análises e documentos de referência.

A Instrução Normativa Interministerial de pesca no Município de Maricá terá como principal papel nortear o pescador artesanal sobre os tipos de petrechos a serem utilizados, de maneira que ele esteja em conformidade com as leis de captura e condução de embarcações de pesca; servirá para delimitar os locais a serem liberados para pesca artesanal e esportiva nas lagoas; auxiliará na fiscalização por parte dos órgãos ambientais e reguladores da atividade, impedindo que haja erros pela parte do fiscalizador e do fiscalizado.

Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro. Nada tenho contra os americanos, mas o governo americano é contra o aleitamento materno. Quem pode ser contra isso?

Na Assembleia Mundial da Saúde, a delegação estadunidense condenou a resolução de incentivo à amamentação. Como não bastasse essa posição absurda, os diplomatas americanos ainda ameaçaram impor sanções comerciais aos países pobres que apoiarem essa medida.

Ora, isso visa a atender a quem? Aos interesses das empresas multinacionais de produtos infantis ou ao capital, ao lucro, puro e simples, não importando o que se possa transformar em mercadoria.

Quem é médico sabe que a amamentação é importante.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quem pode ser contra algo tão natural quanto o aleitamento materno? A resposta é: o governo dos Estados Unidos.

Na Assembleia Mundial da Saúde, da Organização Mundial da Saúde — OMS, a delegação estadunidense condenou uma resolução de incentivo à amamentação.

Como não bastasse essa posição absurda, os diplomatas americanos ainda ameaçaram impor sanções comerciais aos países pobres que apoiassem a medida. O governo americano tem usado seu poder de impor sanções comerciais, da mesma



forma como no passado o império inglês usava os canhões de seus navios para dobrar a resistência das colônias.

Mas o governo estadunidense não agiu assim por desconhecer os benefícios do aleitamento materno para a saúde do bebê, mas por algo muito mais sórdido, que é atender aos interesses das empresas multinacionais de produtos infantis. Ao capital só interessa o lucro, não importando o que ele transforma em mercadoria, mesmo que seja algo tão divino quanto o aleitamento materno.

O mesmo ocorre com a defesa do veneno dos agrotóxicos ou de armas para todos. Nesse último caso não importa que isso cause mais mortes ou mesmo os repetidos massacres em escolas.

Trata-se de garantir o interesse das indústrias de armas em aumentar seus lucros. É exatamente esse interesse comercial que está por trás da defesa que certo candidato a Presidente faz da liberação de armas para todo mundo, supostamente para garantir a segurança.

No Brasil, há muito tempo, as multinacionais de produtos infantis induzem os médicos a aconselharem as mães, principalmente as de baixa renda, a trocarem o leite materno por produtos infantis.

Virou notícia global agora porque essas multinacionais usam o estilo “prende e arrebenta” do Presidente americano, Trump, para tentar impor aos países mais pobres seus interesses comerciais.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Adelson Barreto.

V.Exa., grande Líder do PR, dispõe de 3 minutos na tribuna.



**O SR. ADELSON BARRETO (PR-SE.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos ocupando a tribuna no dia de hoje, para demonstrar a nossa preocupação com o número crescente, com o número estarrecedor de pessoas com doenças crônicas não transmissíveis no Brasil e no mundo.

Com o título *Está na Hora de Atuar*, a Organização Mundial de Saúde divulgou um relatório convocando governos e sociedade para uma ação urgente contra as doenças crônicas não transmissíveis, que matam 41 milhões de pessoas por ano, o equivalente a 71% de todas as mortes no mundo.

Essas doenças são nossas conhecidas: câncer, diabetes, doenças pulmonares e doenças cardiovasculares. Ceifam 15 milhões de vidas somente entre pessoas de 30 a 70 anos de idade, é o que revela o relatório. Convivemos com elas, mas não podemos considerá-las como destino, pois elas podem ser evitadas.

Confirmando o relatório da Organização Mundial de Saúde, as causas dessas doenças também são nossas conhecidas, conforme nos indica o estudo de um grupo de pesquisadores brasileiros de diversas faculdades, universidades, intitulado *Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil*.

Revelemos as causas: o fumo é responsável por 71% dos casos de câncer de pulmão, 42% dos casos de doenças respiratórias crônicas e quase 10% dos casos de doenças cardiovasculares; a inatividade física, ou seja, a ausência de exercício físico aumenta de 20% a 30% o risco de mortalidade; o tipo atual de alimentação, com sal em excesso e alto consumo de carne vermelha, processada, com alto teor de ácidos graxos trans. Esse é o alerta.



O estudo ainda revela que das pessoas afetadas por essas doenças 50% consomem álcool, sendo 8% em excesso; 15% são fumantes; apenas 30% consomem frutas e hortaliças; e 28% assistem de 3 a 4 horas de TV por dia, contribuindo indubitavelmente para o sedentarismo.

Queremos, Sr. Presidente, finalizar afirmando que o estudo demonstra que o Estado economiza 5 reais a cada 1 real investido em pesquisa e implantação de políticas públicas.

Quero parabenizar a Organização Mundial de Saúde pelo relatório e também os autores brasileiros do estudo. Quero conclamar os Governos, Parlamentares e a sociedade, enfim todos, pois, como bem indica o relatório da Organização Mundial de Saúde, está na hora de atuar.

Sr. Presidente, por fim, quero pedir que o nosso pronunciamento seja registrado nos veículos de comunicação desta Casa e, em especial, no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer o registro, para constar nos Anais da Casa, da presença do Prefeito Jair Scapini, de Guia Lopes da Laguna, cidade histórica do Mato Grosso do Sul, junto com seis Vereadores, legisladores municipais que estão aqui junto comigo e com a Deputada Tereza Cristina, em busca de recursos dos Ministérios para o desenvolvimento daquela pujante cidade.

Então, faço minha homenagem ao Prefeito, aos Vereadores e a toda a cidade de Guia Lopes da Laguna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Markezelli, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. MANDETTA** (DEM-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na mesma linha, eu só gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Guia Lopes da Laguna, o Vereador Ademir Bú, do Democratas, que representa o nosso partido, além dos Vereadores de diferentes partidos e do Prefeito Jair, que está aqui ao meu lado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Markezelli) - Concedo a palavra o Sr. Deputado Carlos Manato, por 5 minutos.

**O SR. CARLOS MANATO** (PSL-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito ao Presidente Rodrigo Maia, por me dar a oportunidade de presidir uma sessão em que estava pautada uma medida provisória polêmica, que era necessária ao Brasil, que era necessária aos caminhoneiros.

Graças a todos os Deputados, sem exceção — cada um cedeu um pouco, um Líder cedeu aqui, outro cedeu ali —, fomos vitoriosos. V.Exas. conseguiram montar um acordo, e essa medida provisória foi aprovada. Então, parabéns a V.Exas.! Mais uma vez, agradeço ao Presidente Rodrigo Maia, por ter me dado esta oportunidade.

Agradeço também ao Presidente por me deixar colocar em votação o requerimento de urgência ao projeto de lei que trata da anistia dos policiais militares do Estado do Espírito Santo. No último dia de sessão deliberativa deste semestre,



antes de entrarmos no recesso, nós do Espírito Santo já não acreditávamos mais que conseguiríamos votar o requerimento de urgência. E o Presidente, num ato de amizade conosco, liberou para que fosse colocado em votação.

Então, mais uma vez, agradeço a todos os Líderes, a todos os Deputados que entenderam a importância desse projeto. Todos votaram “sim”, não pediram votação nominal, não pediram verificação, e nós conseguimos dar uma esperança ao policial militar do Espírito Santo.

Infelizmente, hoje é o último dia de votação, mas podem acreditar que, no decorrer do mês de agosto ou de setembro, se houver sessão, ou logo no início de outubro, voltaremos ao tema, porque o projeto está pronto para ser colocado em pauta, não tem que passar mais em lugar nenhum, em Comissão nenhuma, é só vir a Plenário para votação. Nós vamos fazer um esforço concentrado para que, na próxima sessão deliberativa, esse projeto venha para pauta, para que consigamos ter sucesso e dar a tão esperada anistia aos policiais do Espírito Santo. E por quê? Porque outros 22 Estados já a tiveram! Por que o meu Estado, o Estado do Espírito Santo, não pode ter o mesmo carinho que os outros Estados tiveram? É isso o que pedimos.

Mais uma vez, estou devendo essa a V.Exas.

Obrigado, Presidente Rodrigo Maia. Obrigado a todos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Presidente...

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto para fazer um registro.





**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente, peço a palavra só para fazer um registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domingos Sávio, por 1 minuto.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Nelson Marquezelli, eu quero fazer um registro. Venho lutando há alguns meses — eu diria há mais de 1 ano — por uma causa extremamente importante não só para Divinópolis, minha querida cidade, mas para o centro-oeste mineiro, onde temos o consórcio do SAMU/CIS-URG, que reúne 54 Municípios e mais de 1 milhão e meio de habitantes.

A luta pelo credenciamento é importante, é um processo que vem sendo construído há vários e vários meses. Hoje, eu me reuni com o Ministro Gilberto Occhi e acompanhei a conclusão de tudo isso — a assinatura, que está sendo publicada no Diário Oficial, coroando o êxito do trabalho dos Prefeitos, das lideranças. Como Deputado Federal, defensor da causa da saúde, eu abracei essa luta desde o primeiro minuto.

No momento, eu falei a ele da importância de se ampliar o Teto MAC de Divinópolis, para que o Hospital São João de Deus, que é a base desse atendimento todo na região centro-oeste mineira, possa ser mais bem aquinhado, possa ter recursos para superar as dificuldades.

Graças a Deus, estamos concluindo um trabalho para garantir o funcionamento do SAMU e garantir mais recursos para o Hospital São João de Deus, atendendo a toda aquela região.



Além disso, há as emendas que eu destino para vários hospitais de toda a região, de todo o Estado de Minas.

O SAMU no centro-oeste mineiro e o Hospital São João de Deus são lutas que eu abracei desde o início. Graças a Deus, estão sendo coroadas agora com esta assinatura do credenciamento do SAMU e este aumento de teto para garantir ao Hospital São João de Deus um financiamento mais justo.

Muito obrigado.

*O Sr. Nelson Marquezelli, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Há matéria sobre a mesa.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 441-D, DE 2017**

**(DO SENADO FEDERAL)**

*Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores; tendo parecer reformulado proferido em Plenário da Comissão Especial pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo reformulado (Relator: Dep. Walter Ihoshi). Emendas de Plenário nºs 1 A 10: tendo parecer proferido em Plenário pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição das emendas de nºs 1 a 10 (Relator: Dep. Walter Ihoshi).*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Há requerimento de retirada de pauta sobre a mesa, com o seguinte teor:

*Senhor Presidente;*

*Requeiro, nos termos do parágrafo único, II, "c", do Artigo 83 do Regimento Interno, a retirada do PLP 441/2017 da pauta da presente sessão.*

*Sala das Sessões, 11/7/18.*

*Deputado Paulo Pimenta*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Para falar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta. Ele está presente? *(Pausa.)* Não está.

Orientação de bancada.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desde o início, o Partido dos Trabalhadores manifestou-se contrariamente à aprovação desse projeto que trata do Cadastro Positivo, que, na nossa opinião, é um cadastro impositivo.

Hoje já existe um cadastro positivo, com o consentimento das pessoas. E esse cadastro será feito sem o consentimento das pessoas. A pessoa, para poder retirar o seu nome do cadastro, levará pelo menos 30 dias.

Esse cadastro visa a atender ao mercado, aos bancos e àqueles que querem infernizar a vida do povo brasileiro, com mensagens de oferta de produtos pelo celular.

Portanto, nós vamos manter o requerimento de retirada de pauta. Somos contra esse projeto.

Nós vamos entrar em obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB?

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar “não” a esse requerimento de retirada de pauta.



O Cadastro Positivo é importante para garantir mais competição no meio bancário. Há uma concentração, em relação à distribuição do crédito, em apenas quatro grandes bancos. É preciso democratizar esse sistema, é preciso mais concorrência, é preciso que, com essa medida, nós possamos estimular a redução de juros.

Falar que isso vai ser prejudicial ao consumidor é um grande equívoco, é desconhecimento e até má-fé de alguns que não querem garantir ao consumidor brasileiro a possibilidade de ter menos juros, através da concorrência.

Por isso o PSDB orienta o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o Democratas? (*Pausa.*)

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base aliada vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - O PTB vota “não”.

Como vota o Democratas? (*Pausa.*)

Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

O PTB vota “não”.

Como vota o PSB?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse é um cadastro negativo, não é positivo. Colocar um brasileiro obrigatoriamente, sem o seu conhecimento, dentro de um sistema que atende ao mercado financeiro não pode ser positivo. Má-fé é dizer que isso é bom para o povo e estar atendendo a *lobby* aqui dentro.



O cadastro é negativo. Ele faz com que as pessoas tenham que correr atrás para retirar o nome. E, durante esse período, todos os seus dados serão compartilhados com empresas que têm interesses financeiros, que poderão restringir e criar situações, isso justamente num momento de crise de econômica, de falta de emprego, de dificuldade, pelo qual os brasileiros estão passando.

Esse é um projeto ruim à Nação brasileira! Nós não concordamos com a base aliada do Temer. O que vem do Temer é ruim. E nós entramos em obstrução neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o Democratas?

**O SR. HÉLIO LEITE** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO** (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - O PR vota “não”.

Como vota o PDT, Deputado Pompeo?

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, eu quero me valer da oportunidade para agradecer ao Felipe Terra Grass, nosso Vereador, um dos mais votados da cidade de Santo Ângelo, a visita à Câmara dos Deputados. Ele é presidente da juventude e vem em busca de apoio, em busca de recursos no Parlamento nacional. E tem recebido do nosso gabinete bastante aporte, apoio, não só na agricultura, mas



também na infraestrutura. O Felipe é um Vereador ativo, atuante, muito interativo no Parlamento santo-angelense.

Felipe, seja bem-vindo à Câmara dos Deputados! O PDT te agradece e reconhece o trabalho que tu vens fazendo na querida cidade de Santo Ângelo.

Quanto ao requerimento, Presidente, nós do PDT estamos em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. KAIO MANIÇOBA** (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade encaminha o voto “não”, Sr. Presidente. Nós entendemos que é preciso discutir essa matéria, para sairmos daqui, hoje, com um consenso. Independentemente do posicionamento que a nossa bancada tenha, entendemos que esse requerimento tem que continuar na pauta.

Por isso, votamos “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Há uma injustificável insistência com esse projeto! Nós precisamos entender os meandros que levam a isso. Abrir o sigilo da população brasileira é, na verdade, falsear um cadastro que de positivo não terá nada. Será positivo para as empresas de cobrança, de crédito, para o segmento bancário.

Então, já foi desmascarada a natureza dessa matéria. O Senado da República se posicionou contra o *laissez-faire* que se está promovendo nessa área dos dados, especialmente depois do escândalo do Facebook.

Nós não entendemos a atrevida insistência com este debate. A retirada de pauta é indulgente com a perversidade, com o absurdo, com a inconstitucionalidade





dessa matéria. É preciso entender por que se quer abrir o sigilo das pessoas no Brasil.

Portanto, o PCdoB é favor desse requerimento, mas estamos em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PPS?

**O SR. ALEX MANENTE** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS, Sr. Presidente, vota “não”. Acreditamos que essa matéria precisa ser finalizada. O mérito principal já foi votado. Inclusive, nos temas em que existem divergências, é possível votar através dos destaques que estão propostos.

Por isso, o PPS entende que é hora de finalizarmos esse assunto até para podermos debater essas divergências e finalizar esse processo.

O PPS vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Isso é uma reedição do que já temos trabalhado aqui.

Os anúncios na televisão são fantásticos, grandes programas, grandes produções assim: “*Não precisa ser negativado. Venha pegar dinheiro conosco!*”



O cidadão de um modo geral paga as suas contas. O que não é possível é obrigar o cidadão a se registrar como cidadão de bem. É como se todo cidadão brasileiro tivesse que ir a uma delegacia de polícia para dizer: “*Eu não sou um criminoso*”. Pelo contrário, quem é criminoso é que tem registro.

Então, isso é um cadastro impositivo que não tem o menor sentido.

Nos Estados Unidos, existe há muito tempo o cadastro impositivo, que não impediu o *subprime*. E aqui no Brasil já há 6 milhões de pessoas no cadastro impositivo. Os juros não caíram, não diminuíram para elas.

O que é imposto, como esse cadastro impositivo, não deve ser votado. Nós votamos “sim” à retirada de pauta.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,  
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.  
JHC, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - A REDE vota “sim”.

Como vota o PPL? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Alguém mais vai orientar?

**O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, obstrução para Minoria, Oposição, todo mundo.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Posso colocar em votação? (*Pausa.*)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - Em votação o requerimento.**



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

**REJEITADO.**



**O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT)** - Peço verificação, Sr. Presidente.

**O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS)** - Peço verificação conjunta, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



**O SR. JOÃO DANIEL** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Só um minuto, Deputado Daniel.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE vai mudar para “obstrução”.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - A REDE muda para “obstrução”.



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Tem a palavra o Deputado Weverton Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e telespectadores da *TV Câmara*, eu gostaria de fazer uma reflexão rápida com a nossa sociedade, com o nosso povo, especialmente o maranhense.

Nesse primeiro semestre, assim como no ano passado, foi feito aqui um grande embate, debate. Tivemos vários momentos difíceis, mas fomos vigilantes, para defendermos, sempre de forma intransigente, o povo brasileiro, o trabalhador, o menos favorecido.

O nosso partido, o PDT, tem como um dos seus fundadores Leonel Brizola. Ele nos deu um ensinamento lá atrás e que hoje, em todos os momentos difíceis, é bom lembrarmos, para não termos perigo de errar. Ele sempre disse que, na dúvida, fique do lado do povo.

Por isso, quando vieram matérias difíceis para cá, como a da PETROBRAS e a da reforma trabalhista, nós não tivemos dúvida e ficamos do lado povo. Quando houve o *impeachment*, que muitos achavam, inclusive uma tal de maioria batidora de panela, que iria resolver o problema do Brasil, nós ficamos do lado povo, porque nós respeitamos o voto.

Naquele momento, nós já dizíamos que o remédio para um governo ruim é o voto, e não o golpe, como foi dado aqui. Infelizmente, o povo brasileiro está pagando o pato: 60 milhões de brasileiros estão com seu nome no SPC, na Serasa, e 13 milhões estão desempregados.





O País hoje está privilegiando totalmente os rentistas. Os grandes estão acumulando mais fortunas, e os pobres, infelizmente, ficando mais pobres.

Nós temos pautas difíceis, que entristecem o povo brasileiro. Pensávamos que, no final do primeiro semestre, ainda iríamos ter um acalento ou uma alegria — nem que fosse temporária — com a Seleção trazendo para o Brasil o nosso tão sonhado hexacampeonato na Copa do Mundo. Infelizmente não deu!

Percebemos o desânimo das pessoas, da sociedade e dos trabalhadores com tudo, principalmente com os políticos e com a política. Acham que tudo deu errado e que não vai mais haver condição de resolver. E o pior: a conta toda vai para cima da classe política.

Por isso, meus amigos, meus conterrâneos maranhenses em especial, é preciso que não desanimemos. É sempre bom, num momento difícil, acreditarmos que podemos construir alguma coisa melhor. Até mesmo depois de grandes guerras, países encontraram grandes saídas e aconteceram grandes construções. Basta ver países que foram totalmente destruídos em guerras e que hoje são potências na economia.

O Brasil, assim como o nosso Estado, precisa de exemplos do que dá certo, para podermos norteá-lo para uma política de futuro, uma política de projeto concreta, que gere emprego novamente, que dê perspectiva para a nossa juventude e principalmente para o nosso trabalhador poder manter sua família.

Hoje, no Maranhão, mesmo com todas as dificuldades, vê-se um programa importante como o Escola Digna. Trata-se de um programa que abre escolas de verdade. O Brasil estava acostumado a ver, nos noticiários nacionais, escolas que decepcionavam não só a sociedade maranhense, mas também a brasileira; escolas



que nos faziam passar vergonha perante a comunidade internacional, pois, em pleno século 21, ainda havia aquelas com parede de barro, Sr. Presidente, ou com o telhado de palha! E não havia nelas banheiro. As crianças pobres não tinham a mínima condição de ter acesso digno à educação.

O Programa Escola Digna atende até um povoadozinho, ao qual eu tive a oportunidade de ir neste primeiro semestre.

Quantas vezes eu saí deste plenário triste, cansado, vendo todos os direitos dos trabalhadores sendo retirados, vendo a política agressiva de Michel Temer retirar e privatizar tudo o que é do povo brasileiro!

Quando eu chegava ao meu Estado, eu ia rodar com o Governador Flávio Dino, participar de inaugurações simples, mas que, na verdade, valeram a pena para mim, acima de tudo, porque foi no meio da crise.

Eu tive a oportunidade de, desta tribuna, perguntar qual foi o Governador do Brasil que pagou o 13º salário antecipado e o um terço de férias? Nenhum colega disse que pagou, porque infelizmente a crise estava aí estava. No Maranhão, o Governador Flávio Dino pagou antecipadamente o 13º e o um terço de férias.

Hoje, há quase 800 escolas, Presidente, reformadas ou construídas dentro desses povoados. Vários setores importantes da sociedade maranhense também estão tendo a oportunidade, como eu falei há pouco, de ter acesso à luz, de ter acesso ao futuro ou de ter acesso à esperança!

Eu tive a oportunidade, em determinado povoado, de ver uma criancinha de menos de 7 anos perguntar para o Governador se ela poderia morar na escola. No entorno, naquele povoado, as casas são todas humildes. E ela, dentro de uma escola



---

digna, com certeza a achava melhor do que sua casa, pediu ao Governador para morar lá!

Há o caso de uma professora que disse a ele que, pela primeira vez, pôde tirar uma foto dentro do seu local de trabalho para mandar para sua família, porque agora ela tinha orgulho de trabalhar dentro de uma escola digna. Antes, a escola a envergonhava, ela não tinha coragem de mandar uma foto daquela escola nem para a mãe dela.

Então, são casos como este que nos dão a esperança de que é possível, sim, construir um futuro melhor, um amanhã melhor. Não vamos nos desanimar com a política.

Há uma velha frase, ou nova, porque ela se encaixa muito no momento, que diz que o mal só prevalece quando as pessoas do bem desistem. O bom brasileiro, o bom maranhense não pode desistir do bem. Nós temos que trabalhar para praticá-lo.

No meu Estado, nós temos uma bancada incansável. Aqui mesmo, quantas vezes divergimos em várias pautas? Mas lá no Maranhão sempre dissemos que nós éramos um partido só, o partido do Maranhão, o partido que ajudou a duplicar a BR-135, que ajudou a resolver vários outros gargalos do nosso Estado, com recursos da nossa bancada. Com as emendas individuais, cada um tem ajudado o Município a enfrentar a crise.

Eu mesmo, Sr. Presidente, destinei 100% das minhas emendas para a saúde do Maranhão. Os Municípios estão sendo ajudados nesse custeio, para que a pessoa, quando chegar ao hospital, tenha remédio e condições mínimas para poder se tratar.



Falando em saúde, quantos Estados aqui fecharam as portas ou deixaram de dar algum tipo de atendimento ou de consulta? Lá no Maranhão havia dois hospitais macrorregionais; hoje há sete espalhados pelo Estado, com serviços que vão da UTI aos básicos de saúde.

É importante todos nós compreendermos que, mesmo num momento difícil, quando se tem planejamento, foco, seriedade na política pública, quando se está disposto a fazer, dá para se executar.

Por isso, eu gostaria aqui de fazer esse chamamento, em especial ao povo do Maranhão, para que todos levantem a cabeça, continuem lutando e acreditando, porque tenho certeza de que dias melhores nós iremos construir. E dá para construir, porque nós somos melhores do que a crise, nós somos maiores do que ela.

Nós podemos, sim, ajudar o Maranhão e o Brasil a voltarem a produzir, a gerarem mais emprego, a gerarem mais recursos para fazermos mais obras. Nós acreditamos nisso.

Sr. Presidente, é por isso que nós encerramos este primeiro semestre de atividades legislativas muito conscientes do nosso papel. Nos momentos de elogiar, elogiamos, reconhecemos; nos momentos de criticar, fomos duros e fizemos as críticas de forma muito clara, mas conscientes do nosso papel. Eu tenho certeza de que nós cumprimos não apenas o nosso papel de cidadão, de soldado, de um militante que acredita numa causa, mas também de um Parlamentar que veio da base, que sabe o que é dificuldade, que sabe que aqui não pode entregar-se para o sistema nem para um tipo de proposta fácil.



Nós temos que nos lembrar sempre de onde viemos e aonde queremos chegar.

Por isso, Presidente, estamos aqui firmes e fortes, mesmo com a crise, dizendo que acreditamos no Brasil, acreditamos no Maranhão e vamos continuar lutando.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Weverton Rocha.



**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, quero orientar a bancada.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Sr. Presidente, quero orientar.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Só um minuto, por favor.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, do PSOL, para orientar.

*(Pausa.)*

**O SR. VALTENIR PEREIRA** - Sr. Presidente, quero solicitar aos Deputados do MDB que venham ao plenário para votar esta importante matéria, para derrubar esta obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Deputado Simão Sessim, V.Exa. gostaria de orientar? *(Pausa.)*

**O SR. IVAN VALENTE** - Eu quero orientar a bancada do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Tem a palavra o Deputado Simão Sessim.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido Progressista orienta o voto “não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - O Partido Progressista orienta o voto “não”.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente, para orientar o PSOL.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste projeto de lei do cadastro positivo, nós estamos votando os destaques, é verdade, mas o que acontece aqui é uma violência contra a individualidade e a privacidade e é um salto em cima daquilo que é algo de cada cidadão brasileiro, pelo poder econômico, pelo sistema financeiro, por aquelas empresas que querem deter 100 milhões de cadastros indevidamente. Isso aqui é uma violência contra o cidadão brasileiro e, principalmente, contra o cidadão pobre,



aquele que fez sua compra nas Casas Bahia. Isso aqui, na verdade, é uma violência que precisa ser rejeitada.

O PSOL está em obstrução.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - O Governo convoca todos os Parlamentares para que deixem seus gabinetes e venham ao plenário. Chefes de gabinete, liguem para os seus Deputados que estão em audiência. É importante que aqui compareçam. Há esse requerimento e depois haverá a votação, na sessão do Congresso, de um PLN que também é importante para o Brasil e para todos nós.

Venham! Compareçam! Vamos fazer como fizemos ontem. Votamos bastante pelo Brasil ontem e vamos de novo votar bastante pelo Brasil hoje ainda. Compareçam!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Vamos seguir a ordem.

O Deputado João Daniel havia pedido a palavra. Depois vão usar da palavra o Deputado Carlos Zarattini e o Deputado Pedro.

Tem a palavra o Deputado João Daniel.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrado pronunciamento no qual agradeço ao Instituto Federal de Sergipe por ter nos homenageado, na última quinta-feira, com o título de Honra ao Mérito.



Aproveito para parabenizar toda a Direção, em nome do nosso querido Reitor Ailton; todos os professores e professoras, em nome da Dra. Ruth; e todos os estudantes, em nome do Presidente do DCE, querido companheiro Jorge, pelo grande trabalho que faz o Instituto Federal de Sergipe. Mais uma vez, agradeço a homenagem que fizeram a nós.

Quero registrar também que, na última sexta-feira, estivemos em São Cristóvão.

Parabéns ao Marcos Santana pela gestão! Parabéns à Câmara Municipal, em nome do Vanderlan! Essa é mais uma emenda nossa para a qual foi dada ordem de serviço. É pavimentação, é saúde, é cultura, é assistência social.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que esses pronunciamentos sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para registrar que recebemos o título de Honra ao Mérito conferido pelo Instituto Federal de Sergipe — IFS.

A homenagem, entregue pelo Reitor Ailton Ribeiro de Oliveira, foi por conta do nosso trabalho parlamentar prestado à instituição. A solenidade foi realizada na noite da última quinta-feira, dia 5, no Museu da Gente Sergipana.

Destacamos a importância da educação para o desenvolvimento em todos os sentidos e ressaltamos a valorização dada a esse setor nos Governos do Partido dos Trabalhadores.

Temos sempre apoiado o Instituto Federal de Sergipe, inclusive através da indicação de emendas parlamentares. Para o calçamento do *campus* de São





Cristóvão, destinamos emenda individual no valor de R\$ 450 mil, além de ter defendido e apoiado a emenda no valor de R\$ 40 milhões da bancada sergipana para a expansão e reestruturação do IFS. Nosso mandato garantiu também recursos de mais R\$ 5 milhões do orçamento do Ministério da Educação, ainda no Governo Dilma, que têm beneficiado a construção de novos *campi* no Estado.

Foi nas gestões do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff que os institutos federais viveram uma grande expansão e reestruturação, passando de pouco mais de 100 *campi* para mais de 600.

O IFS é uma instituição que tem engrandecido o Estado de Sergipe. E mantemos nosso compromisso de continuar ajudando o instituto.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar, e peço divulgação no programa *A Voz do Brasil*, que na última sexta-feira, dia 6, no Município de São Cristóvão, situado na Região Metropolitana de Aracaju, participamos, junto com o Prefeito Marcos Santana, da assinatura de uma ordem de serviço que viabiliza a realização das obras de pavimentação na região da Baixa da Divineia.

Para essa localidade, destinamos investimentos em emenda individual no valor de R\$ 493 mil, que totalizam R\$ 522.334,13, com a contrapartida do Município. Além da pavimentação e da drenagem, esse investimento será usado para a melhoria da sinalização das vias e na implantação de calçadas para passeio, com acessibilidade e faixas de pedestres.



Ao registrar o apoio que a gestão municipal tem recebido do nosso mandato, o Prefeito de São Cristóvão, Marcos Santana, agradeceu por tudo que temos feito pelo Município. Ele disse que não é só isso que colocamos. Na verdade, são R\$ 4,621 milhões que levamos para São Cristóvão, com emendas para a saúde, para o Festival de Artes de São Cristóvão — FASC, para a pavimentação e para a assistência social. Agradecendo essa parceria.

Destacamos a felicidade de estar no Município de São Cristóvão fazendo o lançamento desta obra tão importante para os moradores da Baixa Divineia. Uma coisa é botar a emenda e outra é ver os recursos chegarem a quem precisa.

Antes da solenidade visitamos as ruas que vão ser atendidas e verificamos a necessidade. Por isso, fico muito feliz em ver uma emenda numa região dessas que vai melhorar a qualidade de vida e a situação das famílias.

Ressaltamos nosso compromisso com São Cristóvão.

**O SR. MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Eu peço aos colegas compreensão.

**O SR. MARCUS PESTANA** - Quero apenas fazer uma consulta, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)**

- Presidente, seria importante, acho que é de interesse geral, que a Mesa divulgasse o calendário de agosto e de setembro. Nós precisamos nos planejar. É um período excepcional, um período eleitoral. Há, anualmente, uma divulgação prévia. Nós estamos indo hoje para o recesso e vamos ser cobrados para marcar comícios, reuniões, visitas.



Então, eu peço ao Presidente desta Casa que divulgue hoje o calendário, para que possamos nos programar em relação ao esforço concentrado de agosto e de setembro.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Acolhemos a solicitação de V.Exa. e vamos transmiti-la ao restante da Mesa.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, pela Liderança do PR.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG.** Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou aproveitar o tempo da Liderança para falar sobre a situação da criminalidade em nosso País.

O nosso País está vivendo, Sr. Presidente, um momento muito difícil, em que o crime organizado se entranhou nas organizações, chegando ao ponto de ter até diretoria de recursos humanos. Veja V.Exa., futuro Vice-Governador Marcos Montes, que agora há direção de recursos humanos no crime organizado, no PCC.

Esse PCC é a organização que mandou explodir aquela empresa de segurança em Uberaba, Município que V.Exa. tanto preza e onde já foi Prefeito, tomou conta da cidade de Uberaba, matou policial em Santa Margarida, quando foi roubar banco com fuzis, colocando refém em cima de caminhão, e explodiu caixas eletrônicos por todo o País. E quando seus líderes não estão contentes, quando estão incomodados, mandam os seus comparsas incendiarem ônibus pelo País inteiro. Em Minas Gerais, o Triângulo Mineiro, o sul de Minas, a Capital mineira, a Grande Belo Horizonte sofreram com esses incendiários, que mandavam os passageiros, sob a mira de armas, descerem dos coletivos, espalhavam líquido inflamável e ateavam fogo, causando terror na população.

Esse crime organizado, com aluguel de armas de grosso calibre — ponto 50, 556, 762 — invadiu, com explosivos, o Paraguai, explodiu uma empresa de transporte de valores dentro do Paraguai e roubou uma grande quantia em dinheiro; foram milhões. Esse crime organizado mandou matar um juiz de direito na cidade de Presidente Prudente. Quem não se recorda disso? Esse crime organizado já se



entranhou até na política e, com eu disse, explode, por todo o Brasil, caixas eletrônicos.

O PCC entrou no Rio de Janeiro, que não aceitava o *crack*, e introduziu o *crack* lá. Dominou o Comando Vermelho e todo o crime organizado que estava no Rio de Janeiro. Foi para o Norte e o Nordeste e promoveu uma verdadeira chacina dentro das penitenciárias, tanto em Roraima quanto no Amazonas, no Rio Grande do Norte e Estados que tais. Esse mesmo crime organizado chegou ao Espírito Santo e fez com que a população não saísse de casa, quando a polícia entrou em greve.

Minas Gerais também está dominada por esse PCC, que já se entranhou nas penitenciárias e dá ordens sucessivas de incêndios de ônibus e explosões de caixas eletrônicos com armamentos e explosivos. A violência campeia por todo o País, comandada pelo crime organizado.

As penitenciárias do Rio Grande do Sul estão lotadas, e também lá há o braço do crime organizado. Santa Catarina sofreu, recentemente, com explosões de caixas eletrônicos e incêndios de ônibus. Quer dizer, o País inteiro está sendo dominado pelo crime organizado, pelo PCC, que está mais forte do que as forças de segurança.

Sobre o Rio de Janeiro nem vou falar. O Rio de Janeiro já está até parecendo um caso perdido. Está sob intervenção federal, mas não se resolve o problema da violência lá, onde mais de 60 policiais foram assassinados este ano. Policial no Rio de Janeiro virou alvo de tiro para criminosos. Eles que vão às casas dos policiais ou os sequestram no caminho de casa, assassinam esses policiais com vários tiros e os jogam no meio da rua para servir de exemplo, dizendo: “*Quem manda somos nós*”.



A respeito disso, o Congresso Nacional nada faz. O Governo Federal tenta fazer alguma coisa, mas falta dinheiro. Os Governos Estaduais estão com o pires na mão, pedindo dinheiro na Capital Federal. O que será feito para combater o crime organizado?

Temos que combater o crime organizado com inteligência. Qual a primeira coisa que deve ser feita? Uma legislação que consiga tirar do crime organizado a parte financeira, matando-o por inanição. Depois, deve-se prender os seus principais líderes, segregar diferenciadamente esses líderes. Devemos fazer uma legislação condizente com a atual situação criminal do Brasil.

Nós propusemos o Projeto de Lei nº 5.065, de 2016 — inclusive, há um requerimento de urgência para esse PL que gostaria que, dentro das possibilidades, fosse votado —, para se combater o crime organizado como deve ser combatido, com inteligência, com investimento nas forças de segurança. Com esse PL podemos chegar a bom termo, a uma boa legislação penal, para pegar esses criminosos que estão dominando o País.

Quando trabalhei no Município de São João Evangelista, em 1992, o número de crimes ali era muito alto. Matavam um de manhã e deixavam outro amarrado para ser morto à tarde. Nós acabamos com isso, e problema da violência lá foi resolvido. Na semana passada, eu recebi o título de Cidadão Honorário de São João Evangelista.

Sr. Presidente, inteligência para se combater o crime é o que nós pedimos.

Muito obrigado.



**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Concedo a palavra à Deputada Mariana Carvalho.

**A SRA. MARIANA CARVALHO** (PSDB-RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente Deputado JHC.

Eu queria só fazer o registro da perda irreparável do nosso amigo ex-Deputado Federal e ex-Senador Moreira Mendes. Ele lutou fortemente contra uma doença, mas nos deixou.

Deixo o meu abraço a todos os familiares, aos filhos — Guilherme, Rodrigo e Ricardo —, à sua esposa Cristina e a todos os netos. Hoje, estamos realmente sentindo esse vazio. Deixo o meu abraço a toda a família e os meus sentimentos e os sentimentos de toda a Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

**O SR. PEDRO FERNANDES** - Peço a palavra pela Liderança do PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Nós vamos ofertar a palavra aos nobres colegas.

A título de esclarecimento, nós vamos seguir com a sessão, não vamos encerrá-la, porque estamos em processo de votação. Há ainda dois Líderes para falar. Gostaria da compreensão de V.Exas. Vou passar a palavra para mais três colegas que pediram a palavra. Depois, vou chamar um Líder. Em seguida, concederei a palavra para outros três colegas. Conto com a compreensão dos colegas que vão falar pela Liderança.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.



**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é um verdadeiro absurdo nós querermos votar hoje aqui — nós não, porque eu não quero — este projeto de lei que trata do cadastro positivo.

Na crise em que nós estamos vivendo hoje, em que as pessoas não têm dinheiro para consumir absolutamente nada, querem cortar o crédito da população mais pobre? Há 61 milhões de pessoas inadimplentes, segundo a Serasa. Se este projeto passar, essas pessoas não terão cartão de crédito, não terão cheque especial, não terão crédito em nenhuma loja. Isso significa acabar de afundar a economia brasileira e sacrificar o direito das pessoas de consumir, além de ofender a privacidade do cidadão e da cidadã brasileira.

Por isso quero pedir a todos os Deputados que ponham a mão na consciência e pensem. Este projeto é para se discutir numa hora de recuperação econômica, e não afundados em uma crise como estamos agora.

**O SR. PEDRO FERNANDES** - Peço a palavra pela Liderança do PTB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Há Líder na frente. O Egio vai até V.Exa. para explicar melhor a situação, porque outro orador já falou pelo partido.

V.Exa. gostaria de usar a palavra por 1 minuto?

**O SR. PEDRO FERNANDES** - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

**O SR. PEDRO FERNANDES** (Bloco/PTB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sei as dificuldades pelas quais passam os nossos Municípios. Eu sei também o desejo que têm os Srs. Prefeitos de atender a sua





população, a sua sociedade. Mas nós temos o dever de reconhecer o direito dos professores. Eles estão numa luta pela melhoria do seu trabalho, pela melhoria da sua remuneração.

Eu quero aqui fazer um apelo a um gestor do meu Município, ao Prefeito de Grajaú, o Prefeito Mercial Arruda, a fim de que estabeleça o diálogo com os professores em greve. Não se pode esticar a corda sem que se apresentem soluções para os professores. Os professores têm razão ao querer discutir o seu salário, têm razão ao querer discutir melhores condições de trabalho. Então nós precisamos estabelecer o diálogo. Não pode o Prefeito puxar a corda, como não podem os professores não aceitarem o diálogo. Então eu faço um apelo aqui pelo diálogo, para que atendamos as pessoas mais importantes na educação, os alunos.

Quero pedir ao Prefeito Mercial Arruda que estabeleça o diálogo com os professores. Na educação não há vencidos nem vencedores. O diálogo é democrático. Vamos esquecer as rugas e abrir o diálogo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Nós temos três Líderes que compreensivamente estão aguardando: o Deputado Tadeu Alencar, o Deputado Cabo Sabino, e o Deputado Pedro Cunha Lima. Por ordem, agora seria o Deputado Tadeu Alencar, mas o Deputado Cabo Sabino já está na tribuna, então vamos inverter a ordem.

**O SR. MARCOS MONTES** - Deputado Cabo Sabino...

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Passo a palavra ao Deputado Cabo Sabino, para falar pela Liderança. *(Pausa.)*

**O SR. MARCOS MONTES** - Deputado Cabo Sabino...



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Marcos Montes.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero só fazer uma manifestação de pesar pelo falecimento do nosso colega Deputado Moreira Mendes.

O Deputado Moreira Mendes chegou a esta Casa comigo, em 2007, e teve aqui uma trajetória brilhante como Deputado: foi Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, foi Líder do PSD. Hoje ele nos deixou.

Eu queria me manifestar aqui não só como Deputado, mas principalmente como amigo que teve a oportunidade de conviver com ele por todos esses anos.

Deixo aqui minha manifestação de muito pesar e de saudades e também o meu abraço e o meu carinho a sua família: à Cristina, aos seus filhos e aos seus netos, porque se foi um grande homem, uma grande pessoa e um grande Deputado. Hoje estamos lamentando a falta aqui desse grande amigo que eu construí nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli.

**O SR. RICARDO TRIPOLI** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria, na mesma linha, agradecer a V.Exa. e falar sobre o nobre colega Moreira Mendes.

Nós tivemos uma série de divergências em relação ao Código Florestal, ao agronegócio, mas nunca fomos inimigos, adversários. Ele sempre foi muito cortês, muito gentil, muito elegante, e eu o tenho muito bem em minha memória.



Ao término do único debate que fizemos juntos no Estado do Rio de Janeiro, ele advogando uma posição, e eu outra, nós fomos almoçar, dada a intimidade, a amizade que nós tínhamos.

Então, eu queria aqui reverenciar esse Deputado, um homem sério, digno, que, com uma postura extremamente correta, defendia, de forma intransigente, os seus posicionamentos.

Ficam aqui as minhas saudações e o meu cumprimento a toda a família pelo passamento desse grande Deputado Moreira Mendes.

**O SR. PASTOR EURICO** - Peço a palavra pelo Patriota, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

**O SR. HILDO ROCHA** (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Inicialmente, eu quero agradecer ao Deputado Cabo Sabino a paciência, compreensão e cordialidade.

Sr. Presidente, Deputado JHC, eu quero registrar a minha contrariedade em relação a um assunto que já foi trazido aqui e que a Mesa se comprometeu a colocar em votação, que é o PLP 137/15.

Quero pedir aos Deputados que foram responsáveis, no mês de maio, pela retirada de pauta do PLP 137 — do dia em que ele seria votado —, que cria a possibilidade de fusão, incorporação e criação de Municípios, que articulem com o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, a votação dele ainda no dia hoje.

Os Deputados e as Deputadas sabem a quem estou me referindo: àqueles que retiraram da pauta o PLP 137. Está-se fazendo uma maldade enorme com o povo que mora naqueles distritos, que precisam ter independência, autonomia administrativa e financeira.



Então, quero pedir a esses Deputados que vistam a camisa para defender essas pessoas, esses brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Obrigado, Deputado.

**O SR. PASTOR EURICO (PATRI-PE.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Patriotas orienta o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O Patriotas orienta o voto “não”.



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Com a palavra o Deputado Cabo Sabino, que falará pela Liderança do Bloco Parlamentar PP/PODE/AVANTE.

**O SR. CABO SABINO** (Bloco/AVANTE-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, nosso boa tarde.

Há alguns anos, o transporte rodoviário deste País tem sido tomado por algumas empresas como reserva de mercado.

A gigante Guanabara, empresa carioca, tem abocanhado, em quase todo o País, grande parcela das linhas dos ônibus intermunicipais e interestaduais. Com essa uma prática predatória, elimina as concorrentes de menor porte. Dessa forma, tem agregado linhas e praticamente se tornado a dona da maioria das linhas de transporte interestaduais e intermunicipais em vários Estados.

Com o advento da reforma trabalhista, juntou-se a fome com o desejo de comer. Agora essa gigante do transporte rodoviário estadual simplesmente não se senta à mesa para negociar com os trabalhadores, dificulta a negociação e empurra a categoria dos motoristas de transporte de passageiros intermunicipais e interestaduais para uma greve. Greve essa que vai trazer prejuízos à economia dos Estados; que vai trazer prejuízos às pessoas que utilizam o transporte rodoviário no seu dia a dia; que vai trazer, sem sombra de dúvida, uma série de consequências graves para a população mais carente, que precisa do transporte rodoviário para chegar aos seus destinos, pois não tem condições de pagar a passagem aérea.

Para que as senhoras e os senhores tenham noção, hoje o sindicato pede 3% de reajuste para a categoria, o que não é nada assustador, mas as empresas



querem dar 1,69%. Os trabalhadores pedem 10 reais de aumento por mês na cesta básica, mas eles querem dar 2 reais e 25 centavos.

Com relação ao vale-alimentação, a categoria pede 1 real a mais, mas eles querem dar 12 centavos. E, se já não bastasse a jornada de trabalho de 44 horas semanais, agora eles querem reduzi-la para 24 horas e pagar aos trabalhadores de acordo com a jornada cumprida.

O piso, que é de 2.400 reais, eles querem reduzir para 900 reais.

A folga intrajornada de cada motorista, senhoras e senhores, pode ter uma duração máxima de 8 horas diárias. Hoje esse intervalo é de 11 horas, eles querem reduzi-lo para 8 horas.

E mais: há histórico de motoristas que alegam ter passado 45 dias consecutivos sem direito a uma única folga, a não ser o período intrajornadas, colocando em risco a vida de milhares de brasileiros que confiam nessas empresas para serem transportados de um Estado a outro ou de um Município a outro.

O que temos visto, dia após dia, são inúmeros acidentes, não por imperícia, não por uma ação do motorista, mas por uma reação daquele que já exauriu as suas forças físicas e é obrigado, pelo poder do capital das grandes empresas e para não ver a sua família passar fome, a se sujeitar a essas jornadas de escravidão impostas pelas grandes empresas.

No entanto, na hora de conceder a esses trabalhadores seus direitos, prevalece mais uma vez o império do poder, Deputado Carimbão. Negam a esses trabalhadores o que lhes é de direito: um reajuste, para que possam dar a seus familiares condições dignas de sobrevivência. Marcha-se, cada vez mais, para a escravidão dessa categoria!



Contudo, esses homens e mulheres guerreiros não vão abaixar suas cabeças. Nesses 2 dias, já fizeram piquetes em frente a essas empresas e agora marcham para uma greve até que possam se sentar e resolver a situação.

Não se pode dizer, de maneira nenhuma, que o SINTETI tem agido de maneira truculenta. Pelo contrário, tem dado o seu parecer e demonstrado que está pronto para sentar à mesa de negociação. Por outro lado, também tem mostrado que tem força de reação e capacidade, sim, de paralisar. E o grande prejuízo ficará para as donas do mercado, que podemos traduzir num único nome: empresa Guanabara.

Nós alertamos: o Governo do Estado do Ceará também tem que entrar nessa negociação, pois é o detentor das linhas de concessão. Os Estados circunvizinhos do Nordeste também têm que entrar nessa briga, têm que chamar as empresas para negociar. Caso contrário, tudo indica que, neste fim de semana vindouro, não teremos ônibus nas rotas interestaduais do Nordeste, pois a grande companhia Guanabara, que é detentora de todas essas linhas, ficará sem motorista.

Eu espero que assim fique. E, se eu estiver no Ceará, estarei junto com o sindicato paralisando os ônibus.

Muito obrigado.



**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Convido o Deputado Tadeu Alencar para fazer uso da palavra pela Liderança. *(Pausa.)*

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Deputado Carimbão, outros colegas já estavam aqui...

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (Bloco/AVANTE-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a deferência de V.Exa. Mas, enquanto o Deputado se dirige à tribuna, eu gostaria de registrar que hoje nós tivemos audiência pública na Comissão de Minas e Energia, para discutir o projeto, de autoria de S.Exa., que trata do critério de comercialização do álcool que sai da usina, para que seja vendido diretamente ao consumidor.

Lamentavelmente, um circo foi armado na Comissão de Minas e Energia. Só convidaram pessoas que são contra essa ideia. Ou seja, o consumidor brasileiro, o cidadão brasileiro não teve voz, porque ali estavam vários setores que não querem isso. São três distribuidoras e a PETROBRAS que ganham todo o dinheiro, por isso não querem abrir mão disso obviamente.

Porquanto, eu quero parabenizar V.Exa., Deputado Federal JHC, e dizer que nós estamos juntos. Por exemplo, há uma usina em São Miguel dos Campos e a 400 metros de distância há cinco postos. Não é justo que esses postos não possam vender álcool. Isso é um absurdo!

Conte conosco, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Obrigado, Deputado Givaldo Carimbão.





**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Tadeu Alencar, pela Liderança do PSB.

**O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós temos aqui, nos últimos tempos, ficado em vigília permanente. Há muitos ataques ao patrimônio estratégico do País, aos direitos do consumidor. A Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS autoriza aumentos quatro vezes superiores à inflação no período, institui inclusive modelagens de planos de saúde, quanto a franquias e coparticipação, que claramente representam o retrato da captura das agências reguladoras pelos setores regulados.

São ataques o sucateamento da indústria naval, as tentativas de venda do Sistema ELETROBRAS, as tentativas de venda das refinarias da PETROBRAS, a Lei dos Agrotóxicos, a chamada Lei do Veneno, que é um claro, manifesto e frontal ataque à saúde das pessoas e ao meio ambiente. Muitos ataques nos têm obrigado a permanecer em vigília, Sr. Presidente.

Eu falo aqui também sobre o desencanto, sobre essa frustração da sociedade brasileira com a política, política que não responde aos desafios, que, desde 2013, apresenta corrupção sistêmica e endêmica. Além disso, faltam políticas públicas que melhorem a vida da população.

Eu quero agora falar a respeito do perfil do Estado brasileiro. Ele é um Estado caro, perdulário, patrimonialista, corporativo, burocrático, corrupto e anticidadão. É caro porque estabelece uma carga tributária elevada, que é de 34% do Produto Interno Bruto. Gasta mais do que arrecada, e isso equivale a 6% do Produto Interno Bruto. Portanto, 40% do PIB é gasto com um Estado que não responde por meio de



políticas públicas inclusivas que resolvam os problemas da sociedade nas principais áreas — educação, saúde, transporte, habitação popular.

É um Estado perdulário porque gasta mal. O sistema tributário, além de ter esse emaranhado de normas, está extremamente focado nos tributos indiretos, o que faz com que os mais pobres paguem muito mais impostos do que os mais ricos neste País.

É um Estado patrimonialista porque o público e o privado dormem nos mesmos aposentos. Em 2017, o Estado deu mais de 270 bilhões de reais por meio de subsídios tributários. Aqui, o discurso do Estado mínimo, dessa selvageria que se vê nos últimos 2 anos, é o mesmo discurso que não pode ver esses subsídios ou, mais ainda, os REFIS bilionários que esta Casa aprovou de modo escandaloso no ano passado.

É um Estado também burocrático. Basta se pensar nisto: o cidadão que precisa fazer qualquer contratação com o poder público percebe, quando está providenciando a última certidão, que as primeiras já estão vencendo.

É um Estado que não respeita a cidadania. Muitas vezes, ele dá as costas para as necessidades da população.

É um Estado corporativo. Em tempos de Papa Francisco, de austeridade, de simplicidade, nós temos um Estado em que há privilégios em todos os Poderes. Nesta Casa, no Poder Legislativo, há privilégios. No Poder Judiciário e no Poder Executivo, há privilégios.

É hora de enfrentar isso não com uma campanha insidiosa contra os servidores públicos, como a que fez o Governo Michel Temer durante a discussão da reforma da Previdência, que é um tema sobre o qual nós vamos efetivamente nos



debruçar, e precisamos nos debruçar sobre ele, mas sim com um debate honesto, ligado também à recuperação de créditos previdenciários, à discussão sobre a dívida ativa da Previdência. Há necessidade de que os ônus dessa reforma recaiam de modo igualitário, segundo a capacidade contributiva de cada um.

É um Estado corrupto. Sendo caro, perdulário, estroina, burocrático, patrimonialista, corporativo, corrupto e anticidadão, tem feito com que, a menos de 3 meses das eleições presidenciais, não se tenha caminho a seguir. Neste momento, vivemos num nevoeiro.

É por isso que eu quero lembrar aqui àqueles que defendem esse liberalismo selvagem que nós temos sim que recuperar a confiança dos mercados, mas precisamos recuperar fundamentalmente a confiança da sociedade. Não serão os mercados que vão dar solução ao problema da desigualdade, tampouco suprir a necessidade de que tenhamos políticas públicas que possam animar a esperança da população.

Então, além de resistir, como estamos resistindo, a essa pauta regressiva, essa pauta que agride o patrimônio público, o meio ambiente, os direitos dos consumidores, a saúde, a assistência social, promove o desmantelamento do Sistema Único de Assistência Social, nós precisamos discutir uma pauta proativa, que possa fortalecer aqui a necessidade de diálogo, num país onde falta diálogo, onde grassa a intolerância.

Essa não é, definitivamente, uma solução que passe só pelos partidos. Ela resultará de um amplo diálogo com a sociedade brasileira, para que possamos acender de novo no peito do povo brasileiro as esperanças que estão faltando dentro e fora deste Parlamento.

Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Eu já convido o Deputado Pedro Cunha Lima para se dirigir à tribuna. Enquanto isso, vou conceder a palavra ao Deputado André Fufuca e, em seguida, à Deputada Janete Capiberibe.

**O SR. FÁBIO TRAD** - Sr. Presidente, estou aqui aguardando há 15 minutos!

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O Deputado tem um anúncio para fazer.

**O SR. FÁBIO TRAD** - O Deputado Fufuca chegou agora. Por que ele vai falar primeiro que eu?

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Ele já havia mandado mensagem.

**O SR. ANDRÉ FUFUCA** - Eu estava aguardando.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Deputado André Fufuca, V.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. ANDRÉ FUFUCA** (Bloco/PP-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, serei bastante breve em minhas colocações, até em respeito ao nosso nobre par que está ao meu lado. Eu estava ali também aguardando, enquanto conversava com outro Parlamentar. Justamente por isso, o Deputado aqui pode não ter me visto.

Sr. Presidente, nós fizemos um acordo nesta Casa há quase 30 dias com dezenas e dezenas de povoados dos mais diversos cantos do nosso País para que pudéssemos votar o projeto de lei sobre a criação de Municípios. Esse projeto está pautado, porém eu temo que não haja quórum suficiente.

Peço então a sensibilidade de S.Exa. o Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, no sentido de que, se não houver quórum, ele seja retirado da pauta, para evitar que, por falta de quórum, ele não seja aprovado. Mas espero que possamos cumprir esse compromisso e que ele possa ser votado ainda hoje.

Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, anuncio às mulheres e aos homens vítimas de acidentes ribeirinhos em que há escarpelamento e aos colegas Parlamentares que apresentei o Projeto de Lei nº 10.547 para dar a esses acidentados amparo financeiro, pensão especial vitalícia, mensal, intransferível. A maioria fica impossibilitada de trabalhar e estudar, em vulnerabilidade econômica.

Com a Lei de Prevenção ao Escarpelamento, que completou 9 anos no dia 6, de minha autoria, reduzimos esses acidentes em 75%. Mas é preciso cuidar das que se acidentaram. No Amapá recebiam o Renda. Foi tirado. Em outros lugares, não têm absolutamente nada.

Vamos aprovar essa garantia de dignidade às mulheres e aos homens vítimas de escarpelamento, sobretudo na Amazônia, na foz do Rio Amazonas, no Amapá e no Arquipélago do Marajó, no Pará.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - V.Exa. será atendida.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima, pela Liderança do PSDB.

**O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB.** Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com toda a humanidade que Deus mantém viva em mim, defendo um choque de liberalismo no nosso País. Contra uma burocracia corrupta, contra um Governo banhado de privilégios é que carrego a convicção plena de que o Brasil precisa se livrar dessa máquina estatal podre, da qual fazemos parte. Isso não quer dizer que vamos jogar tudo para cima e deixar que os problemas se resolvam sem qualquer intervenção.

Eu quero a intervenção no problema do saneamento básico. Toda essa máquina estatal agigantada está entranhada em nossa cultura. Metade das pessoas em nosso País ainda não possui acesso a saneamento básico, a um banheiro decente em casa. Para que serve o Governo, se não há saneamento básico?

Eu quero intervenção para cuidar das crianças das famílias mais humildes, que não nascem com os privilégios e as chances que tive para crescer na vida. Ainda hoje há crianças que vão dormir com fome. Ainda hoje, mais de um terço das nossas crianças mais pobres não têm acesso a creche. Para que serve o Governo, se não há vaga em creche?

Eu quero a intervenção para comprar o remédio para quem não tem dinheiro para tratar de sua doença, para fazer uma cirurgia. Falta de remédio ou de cirurgia pode custar vidas, e quantas vezes custa! Para que serve o Governo, se não há o cuidado humano com as pessoas que estão nas filas dos hospitais?

Eu quero uma dura intervenção para combater os criminosos que violam o trabalho digno de pessoas que seguem o caminho da honestidade e da correção. Eu



quero punição aos que causam dramas diários em famílias que só querem viver em paz. Para que serve o Governo, se as pessoas não conseguem viver em paz?

O povo está olhando para este e para qualquer governo, e está vendo que ele não serve para nada. O povo não está aguentando mais. O povo está percebendo — isto está ficando muito claro — que o Governo só é bom para quem faz parte dele, que esse sistema só é bom para quem é político ou amigo de político, para quem tem acesso ao poder. A revolta acontece por tudo que está aí. A revolta acontece por tudo que está aqui.

Percebam que coisa maluca. Percebam como isto é de tirar o juízo de qualquer um. Além do abuso indecente da corrupção, nós acrescentamos o abuso dissimulado da lei. Sabem o que é o abuso dissimulado da lei? É o do juiz de Mato Grosso que, em 1 mês, ganha mais de 500 mil reais, tudo dentro da lei. E ele sorri, dizendo que não está nem aí, já que a lei lhe confere direitos. Eu me pergunto, Sr. Presidente, se esse juiz estaria aí se fosse o filho dele que estivesse fora da creche, se fosse o filho dele que estivesse indo dormir com fome. E, se fosse o filho dele, eu me pergunto se esse juiz utilizaria parte desses 500 mil reais, que ele recebe em 1 mês, para cuidar dessa criança. Eu me pergunto o que está faltando neste País para, antes de pagar 500 mil reais a um juiz, oferecer para a criança mais pobre vaga em creche.

Se eu falo de um juiz de Mato Grosso, eu preciso falar do orçamento indecente desta Casa, eu preciso falar do orçamento do Senado, eu preciso falar do custo da máquina pública e dos seus excessos. Precisamos focar o básico, precisamos dar um *reset*, recomeçar, entender que não está dando mais para suportar essa situação, que não adianta tentar encontrar uma solução que acalme



um pouco a população e deixar a resolução para depois. Não! O sistema faliu. Não vamos conseguir acalmar a população enquanto não fizermos um gesto.

Ontem, esta Casa criou novamente mais cargos comissionados, sem fazer remanejamento, sem fazer nenhum tipo de corte. Chega-se a um limite em que o Estado brasileiro se agigantou e tomou conta de tudo. A burocracia é sufocante.

Quem quer empreender no nosso País tem todo tipo de dificuldade. Quem acorda cedo para trabalhar, para tocar um projeto — às vezes, a pessoa coloca num pequeno negócio todo o dinheiro que juntou — tem todo tipo de dificuldade, porque, nesse caso, o Estado brasileiro se faz presente. Quando é hora de cobrar, quando é hora de exigir, quando é hora de multar, quando é hora de impedir, quando é hora de dizer que está errado, quando é hora de fiscalizar, o Estado brasileiro é perfeito, mas, na hora de entregar a vaga na creche, o Estado some. Na hora de oferecer segurança às pessoas para que possam andar livremente, em paz, o Estado some. E ficamos presos, reféns desse modelo, talvez por uma disputa ideológica sem fim.

Como é cansativo ficar aqui, toda semana, escutando esse debate sem fim, enquanto o País está parado. Vamos sair dessa caixa! Não é possível que fiquemos presos a um dogma: *“Não, não pode fazer isso porque o Estado tem que ser dono disso. É uma estatal, é do povo brasileiro”*. Sabem o que é uma estatal? Estatal é um espaço onde alguns políticos se juntam com alguns empresários para nomear alguns diretores, para que alguns partidos tomem as decisões que favoreçam a eles.

Não quero generalizar, mas dizer que não existe isso, negar isso? *“Não, não, isso não existe. Você está querendo entregar o Brasil.”* Sou eu que estou querendo entregar o Brasil, país em que há 13 milhões de desempregados? *“Defendo o trabalhador. Há algum tempo, pobre andava de avião.”* Vamos parar com essa





história. Pobre nunca andou de avião no nosso País. Vamos parar de repetir algumas coisas em nome de um discurso político-partidário apaixonado para mobilizar galera, para ter aplauso fácil e para parar o País, para dividir o País em dois: “*Você fica com uma banda, eu fico com a outra, e a gente se reelege*”. E o Brasil? O Brasil fica onde nessa história? E o desemprego? E o crescimento?

É profundamente lamentável o nível desta Casa, da qual faço parte. Eu me policio, eu me vigio, para que eu não entre nessa. Espero que eu consiga não entrar nessa, porque essa polarização, esse debate sem fim, esse discurso cansativo que não muda nada, que faz disto aqui um *show*, uma cena interminável, está fazendo muito mal ao nosso País. Acho que estamos precisando sentar a uma mesa, todos os partidos, e conversar um pouco sobre o que está acontecendo no Brasil real, onde o cidadão não tem saneamento básico, onde a criança mais humilde não tem vaga em creche.

Vamos falar de coisa séria, vamos falar dos problemas reais, vamos parar com essa cena interminável em que se faz discurso meramente ideológico que não traz nenhuma solução. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Obrigado, Deputado Pedro Cunha Lima.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad.

Depois terá a palavra o Deputado Luiz Sérgio e seguimos com os demais colegas.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Presidente, só quero fazer uma consulta.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Deputado Orlando Silva, daqui a pouquinho eu lhe passo a palavra.

**O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente JHC, eu quero dar como lidos três pronunciamentos e requerer a V.Exa. que determine que eles sejam publicados no programa *A Voz do Brasil*.

O primeiro faz uma reflexão a respeito do Seminário Internacional sobre Educação e Saúde na Terceira Idade, promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa desta Casa.

O segundo é a respeito da comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Pensamento, a ser celebrado no dia 14 de julho.

E o terceiro faz reflexões a respeito das próximas eleições e da pauta temática desta Casa até o mês de outubro.

Sr. Presidente, são estes os três pronunciamentos que dou como lidos.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a propósito do oportuníssimo Seminário Internacional sobre Educação e Saúde na Terceira Idade, promovido nestes dias 4 e 5, pela Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa desta Casa, trago breve reflexão sobre as condições em que se dá o envelhecimento da população brasileira.



*“Grande foi outrora o respeito à cabeça encanecida”,* já dizia o poeta romano Ovídio, nascido 43 antes de Jesus Cristo.

Como é de se ver, vem de muito longe a crônica da desconsideração com que as sociedades, salvo honrosas exceções, tratam os seus idosos.

Contudo, o longo processo civilizatório que desaguou na sociedade contemporânea tem, felizmente, sinalizado avanços promissores nas formas como se tratam os idosos.

Em nosso País, os 15 anos de vigência do Estatuto do Idoso assinalam, é certo, conquistas importantes na proteção social, na rede pública de saúde, no incremento à contratação de idosos e até mesmo na educação, com a criação das chamadas universidades abertas à terceira idade.

Há, porém, um longo e difícil caminho a percorrer, principalmente porque o salutar aumento da expectativa de vida amplia progressivamente a população idosa.

Segundo o IBGE, existem hoje no Brasil cerca de 21 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que corresponde a 11% da população. Em 2025, estima-se, serão 32 milhões de idosos, o que nos colocará entre os seis países mais longevos do mundo.

Essa perspectiva, de curtíssimo prazo, coloca à sociedade brasileira a inadiável responsabilidade de formular políticas abrangentes, capazes de responder à escalada do envelhecimento da população nos próximos anos.

Para se ter uma ideia do desafio, no delicadíssimo campo da saúde, recente levantamento da ONU aponta que 36,5% de brasileiros com mais de 50 anos têm algum tipo de incapacidade ou dificuldade para tarefas como atravessar a rua ou subir escadas.



Outra pesquisa, da Fundação SEADE, do Estado de São Paulo, apontou que 46% de entrevistados com idade entre 65 e 69 anos necessitavam de auxílio para tarefas simples, como ir da cama para o sofá, vestir-se e alimentar-se.

Estes breves dados projetam o tamanho do desafio que temos para fazer frente às demandas decorrentes do aumento da chamada terceira idade.

Sem dúvida, o Estatuto do Idoso, que completa agora 15 anos, teve papel decisivo para definir a responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade e do poder público, para assegurar ao idoso direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cidadania, à dignidade enfim.

Lamentavelmente, porém, nós todos sabemos que para a grande maioria dos idosos esses direitos, ou pelo menos alguns deles, são apenas uma miragem.

Portanto, não só pela mudança do perfil demográfico, mas também pela ampliação dos direitos que a sociedade reconhece como tributos legítimos aos cidadãos da terceira idade, o Estatuto do Idoso exige adequação à nova realidade social, humana e institucional do Brasil.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo sábado, 14 de julho, o calendário assinala o Dia Mundial da Liberdade de Pensamento.

A data evoca o dia 14 de julho de 1789, quando a Queda da Bastilha marcou o início da Revolução Francesa, cujo apanágio civilizatório está inscrito na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada então pela Assembleia Nacional Constituinte, e que inspiraria, mais de 1 século e meio



depois, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Organização das Nações Unidas, em 1948.

Em seu art. 18, a Declaração proclama que *“Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”*, estabelecendo no artigo seguinte que *“Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”*.

Formalmente acatada pela quase totalidade dos Estados nacionais contemporâneos, a Declaração dos Direitos do Homem está, infelizmente, muito longe de consumir-se como conquista universal dos povos, especialmente no que diz respeito à plena liberdade de pensamento, de opinião e de expressão.

Mesmo em um país democrático como o Brasil, cuja Constituição, em seu art. 5º, inciso IV, a esculpe como Direito Fundamental, a liberdade de pensamento suscita frequentes debates, principalmente em torno do art. 220, da mesma Carta Magna, que define, textualmente: *“A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”*.

Se é evidente que o pensamento é a essência mais íntima e intocável do ser humano, a sua manifestação, como todo e qualquer direito que fundamenta a liberdade, não é, nem poderia ser, absoluto.

E é nesse delicado território limítrofe entre a liberdade de expressão do pensamento e a responsabilidade que incide sobre indivíduos e grupos quanto aos limites constitucionais dessa garantia, onde se dá hoje no Brasil o debate sobre os



---

difusos contornos que definem controle social, regramento legal e legítimo, da censura, principalmente em relação às redes sociais.

O advento da Internet e das redes sociais assegurou a disseminação de ideias e a difusão de pensamentos individuais em escala jamais imaginada.

Lamentavelmente, nesse vertiginoso caudal de fluxos contínuos os discursos de ódio e de discriminação se avolumam com a insensata força dos que se julgam impunes porque inalcançáveis.

Debater com toda a sociedade a instrumentação legal e os meios técnicos eficazes para reduzir os permissivos e perniciosos abusos contra a liberdade de expressão é a forma mais salutar e providencial deste Parlamento homenagear os arautos da liberdade que, primeiro na Revolução Francesa e, bem mais tarde, na Organização das Nações Unidas, inscreveram a liberdade de pensamento como atributo intocável do cidadão.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos às vésperas do recesso regimental de meio de ano da 55ª Legislatura desta Casa, e as perspectivas são de que os próximos meses deste ano sejam, naturalmente, de atividade legislativa bastante reduzida, com os Parlamentares em campanha pela renovação de seus mandatos.

Não me inscrevo entre aqueles que, talvez na pretensão de serem mais iguais que os iguais neste Parlamento, fazem coro aos que, fora dele, tentam inquirar como omissão política ou descaso institucional, o fato de os membros desta Casa



empenharem parte substancial de seu tempo à campanha eleitoral nestes meses que antecedem o pleito.

Se é óbvio que não se pode falar de democracia sem eleições livres, é indiscutível que não há eleições democráticas sem o debate de ideias, sem a exposição franca de plataformas e de programas, de propostas políticas e de posições pessoais sobre ética e moralidade públicas, sobre alternativas que respondam, sem a hipocrisia das conveniências, aos anseios da sociedade.

E não há sucedâneo artificioso capaz de substituir a campanha eleitoral como território fértil para fazer germinar, bafejada pelo calor do debate civilizado e civilizatório, a democracia que, como sabemos todos nós, é planta tenra e delicada que se renova no cotidiano das sociedades e se robustece na consciência de cada cidadão.

Alguns poderão contrapor que estamos tratando de uma campanha idealizada ou irreal, quando soam sirenes e sinos de alerta para os muitos riscos que ameaçam turvar o pleito eleitoral que se avizinha.

Mas o que será a própria e plena democracia, senão um ideal inalcançável?

Felizes serão nossos pósteros, se daqui a mil anos ainda estiverem persistindo no caminho do ideal democrático. Essa é a essência sagrada da democracia: ampliar indefinidamente os anseios de liberdade dos povos e de realização dos cidadãos.

Portanto, não nos aflijamos se a próxima campanha eleitoral prenuncia riscos, como essa epidemia pós-tudo que são as *fake news*, ou velhos e perniciosos vícios, como o caixa dois e as falsas promessas palanqueiras.



Ao fim e ao cabo, veremos que essa certamente não terá sido a campanha ideal, mas certamente haverá de ser mais um passo no caminho infinito em busca do ideal democrático. E isso nos bastará.

Diante do que, Sras. e Srs. Deputados, estejamos plenamente convictos de que o tempo que vamos dedicar à campanha eleitoral não significará, jamais, desdém ou abdicação de nossas responsabilidades como legisladores.

Antes, estaremos, nos próximos meses, ampliando o processo de mobilização da cidadania e de conscientização social, fundamental para a construção permanente da democracia.

Sabemos que há, sim, um enorme déficit legislativo à conta do Congresso, como há, lamentavelmente, um déficit de governo como um todo, neste momento delicado da vida nacional.

Ao contrário de menosprezar esse déficit, os muitos dentre nós que buscarão renovar seus mandatos nas próximas eleições, certamente o fazem com o firme propósito de que poderão ser ainda melhores Parlamentares, até porque, já disse alguém, os que não lutam para seguir, talvez não merecessem ter chegado. A não ser aqueles que, cientes de ter dado sua contribuição para uma sociedade mais justa e uma cidadania mais consciente, recolhem as armas e guardam a fé no ideal democrático.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)**. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a região da Costa Verde, no Estado do Rio de Janeiro, que envolve os Municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati, está pedindo socorro.





Primeiro, está impossível chegar a esses Municípios, porque a Rodovia Rio-Santos é um buraco só. Não há dia em que não haja vários carros com o pneu arrebentado diante das crateras que existem naquela rodovia.

Se não bastasse só isso, o mato tomou conta da pista e, com isso, não se consegue ver as sinalizações das lombadas eletrônicas. Quando chega o final do mês, é uma quantidade insuportável de multas.

Somando-se a isso está a violência, mais especificamente no Município de Angra dos Reis, onde é uma realidade traumática. Não há semana em que não haja escola suspendendo suas aulas e não há semana em que não haja corpos sendo jogados em entradas de condomínios de luxo, em beiras de BRs.

Então, Angra dos Reis e a Costa Verde pedem socorro, e o setor de segurança precisa agir para devolver paz à cidade, Sr. Presidente.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta.

**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Um momento. Vou passar primeiro a palavra ao Deputado Orlando Silva.

Deputado Orlando, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na pauta apresentada esta semana, estava incluído um item que é um PDC do Livro Branco da Defesa Nacional, um documento que tramita nesta Casa desde o ano de 2016, e que já foi aprovado no ambiente da CCAI — Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, do Congresso Nacional, e que foi acompanhado pela Deputada Jô Moraes.



A Deputada Jô Moraes dialogou com Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e ele colocou esse item na pauta desta semana. Eu questiono o Presidente se, na eventualidade da convocação de uma nova sessão antes da sessão do Congresso Nacional — como é um tema de Estado, consensual entre Governo e Oposição —, ele poderia inclui-lo na pauta, para que nós pudéssemos oferecer à Defesa Nacional este documento, que é tão importante para nossa soberania, para as Forças Armadas e para o trabalho da área de inteligência e de defesa da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Compreendo perfeitamente.

**A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, ainda sobre este tema, complemento a fala do Deputado Orlando Silva. O Plano Nacional da Defesa foi aprovado, sob a minha presidência, na Comissão Mista das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional. O Relator foi o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa no Senado, o Senador Collor, e houve muito empenho também da Deputada Jô Moraes, que sempre atuou e atua neste tema.

Aproveito ainda esta oportunidade, Sr. Presidente, para agradecer ao Senado Federal, que aprovou ontem a Lei Geral de Proteção de Dados. Eu fui a Presidente da Comissão Especial que cuidou deste tema e o Relator foi o Deputado Orlando Silva. O projeto é de autoria do Ministro Aloysio Nunes Ferreira — nós trabalhamos por quase 2 anos — e o autor do projeto principal é o Deputado Milton Monti.

Nós o aprovamos nesta Casa, por unanimidade, e ele foi aprovado ontem no Senado Federal.



Então, gostaria de dizer da importância de nós brasileiros termos hoje uma Lei Geral de Proteção de Dados. Nosso trabalho ainda não acabou. Nós precisamos de uma autoridade para regular este tema, e esta será a nossa luta daqui para frente.

Sr. Presidente, muito obrigada.

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Josué Bengton, na votação anterior, votou com o PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Eu agradeço o questionamento legítimo de V.Exa. e também do Deputado Orlando Silva. Nós estamos aguardando para ver se haverá nova sessão ou se haverá somente a sessão do Congresso.

Vamos dar prosseguimento à sessão. Estamos ainda em processo de votação.

Concedo a palavra ao Deputado Jutahy Junior, por 1 minuto. Após, concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

**O SR. JUTAHY JUNIOR** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, duas decisões foram fundamentais para rompermos o ciclo de impunidade no nosso País.

A primeira foi a aprovação da Lei da Ficha Limpa, que teve o apoio desta Casa, do Congresso Nacional, e que impediu diversas candidaturas a partir da condenação em segundo grau, em segunda instância. E isso evitou aquilo que acontecia com candidatos a Vereador, Prefeito, Governador, até Presidente da República, que comprovadamente cometeram crimes graves e eram candidatos sem absolutamente nenhuma proibição para a função.



A segunda foi a mudança essencial tomada pelo Supremo Tribunal Federal, com a possibilidade da execução da pena a partir da sentença em segundo grau. Acho que isso foi extremamente positivo, porque rompeu o ciclo da impunidade para pessoas ricas, poderosas e influentes.

Defendo ambas as decisões.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria dar como lido nosso pronunciamento que trata do caso EMBRAER-Boeing e o entreguismo sem disfarce.

É preocupante a transferência do controle acionário da EMBRAER para a norte-americana Boeing. Pelo acordo anunciado, os ativos mais lucrativos da EMBRAER, os da aviação comercial, vão para a empresa Boeing. Esse é um negócio que atende particularmente aos interesses da empresa americana, por várias razões: a primeira é anular a concorrência da própria EMBRAER na produção de jatos regionais. A segunda é ter acesso às tecnologias empregadas no desenvolvimento de aviões comerciais de médio porte, que representam o setor mais lucrativo da EMBRAER.

Na verdade, ficamos chocados com a proposta do Governo brasileiro de abrir mão de suas *golden shares*, ou seja, de ele autorizar ou não o negócio. Isso vale, porque o Ministro Meirelles foi o primeiro a querer anular a autonomia e a soberania do próprio povo brasileiro, entregando de bandeja a EMBRAER para a Boeing. É isso que está acontecendo.



Por isso, o próprio Tribunal de Contas da União ficou surpreso com a consulta feita pelo Ministro da Fazenda para ver que categoria de ações, que valem bilhões, seria descartada na negociação.

Nós defendemos que essa tecnologia nacional, desenvolvida à custa do dinheiro público, não pode ser dada de bandeja para a empresa norte-americana.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita preocupação que venho hoje a esta tribuna para falar sobre a negociação que está em curso para a transferência do controle acionário da EMBRAER para a norte-americana Boeing, a maior empresa de aviação do mundo. Um negócio que, caso seja efetivado, representará um duro golpe contra a soberania nacional, com a redução de nossa capacidade de desenvolvimento de conteúdos tecnológicos autônomo na área da aviação civil e militar no País.

O acordo anunciado cria uma terceira empresa, para a qual vão os ativos mais lucrativos da EMBRAER, os da aviação comercial. Um negócio que atende especialmente aos interesses da Boeing, por várias razões: primeiro por anular a concorrência da EMBRAER na produção de jatos regionais; segundo por ter acesso às tecnologias empregadas no desenvolvimento de aviões comerciais de médio porte, que representa o setor mais lucrativo da EMBRAER; terceiro por minar a principal fonte de financiamento da tecnologia empregada no desenvolvimento da aviação militar, que é justamente o setor da aviação comercial da EMBRAER.

Para ganhar adesão e acalmar os setores das Forças Armadas, especialmente da Aeronáutica, que se manifestaram contra a venda da EMBRAER, o Governo anunciou que iria retirar o setor de defesa da EMBRAER do negócio com



a Boeing. No entanto, esta separação entre aviação comercial — que inclui os jatos regionais — e a aviação militar e de jatos executivos não resolve em nada o problema, já que a aviação comercial, por ser o setor mais lucrativo da EMBRAER, constitui-se na principal fonte de financiamento dos investimentos em tecnologia militar vinculado a defesa e a soberania nacional.

A Boeing, líder mundial na fabricação de aviões com mais de 100 lugares, tem como um de seus principais objetivos no negócio utilizar a tecnologia da EMBRAER na fabricação de jatos regionais para fortalecer-se na competição pela liderança deste mercado, tendo em vista que a EMBRAER já possui um produto altamente competitivo nesta modalidade de pequeno porte que são os jatos regionais E-Jets, e a segunda geração deles, os E2, que estão em fase de certificação e previstos para ser lançados em 2019. Além disso, a produção do cargueiro militar KC-390 desenvolvido pela Aeronáutica e fabricado pela EMBRAER poderá também fazer parte do negócio.

O Governo brasileiro é dono de uma *golden share* (ação de ouro) na EMBRAER, uma ação que lhe dá o direito de vetar o negócio. Mas pelas notícias vinculadas na imprensa, os integrantes do Governo golpista e entreguista de Temer, em vez de usarem esta prerrogativa para defender a empresa e a soberania nacional, atuaram no sentido contrário para facilitar a sua venda. E o pivô do entreguismo neste caso foi o presidenciável pelo PMDB e na época Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Meirelles chegou ao absurdo de fazer uma consulta ao TCU — Tribunal de Contas da União sobre a possibilidade de o Governo brasileiro abrir mão das *golden shares* na EMBRAER, Vale e Instituto de Resseguros do Brasil. Uma manobra para



facilitar a venda destas empresas sem que o Governo tenha que exercer seu direito de veto nos casos que afetam a soberania nacional, num ato de desresponsabilização jamais visto.

O TCU, segundo matérias veiculadas à época, teria inclusive se espantado com a consulta, tendo em vista que esta categoria de ações vale bilhões e não poderia ser simplesmente descartada como queria Henrique Meirelles. Diante da impossibilidade de livrar-se das ações de ouro, por escandaloso que seria tal tentativa, é que deriva a manobra de criar uma nova empresa, para que o Governo possa lavar as mãos no exercício de seu poder de veto, mantendo-se acionista apenas da EMBRAER defesa e da produção de jatos executivos, que representa a menor fatia em termos de mercado e rentabilidade.

Outro aspecto desta transação é que ela não é nada transparente, ao ponto de o Ministério Público de São Paulo ter questionado o modelo de negócio anunciado devido a EMBRAER ter fornecido informações incompletas. O MPF/SP exigiu em juízo que fossem apresentados os termos do acordo sobre a transferência do controle acionário da EMBRAER para a Boeing e propôs que o TCU instaurasse um processo de controle externo para analisar a operação — o que não havido sido feito até então.

A venda da EMBRAER para a Boeing não é um fato isolado e representa mais um passo na escalada entreguista agravada pelo golpe, com a entrega do patrimônio público brasileiro e a internacionalização predatória de nossa economia. Trata-se do mesmo processo entreguista que aprovou na Câmara dos Deputados em meio a Copa do Mundo o fim do regime de partilha e a entrega de mais de 5 bilhões de barris do pré-sal para a multinacionais estrangeiras do petróleo, ou do



mesmo procedimento que permitiu a entrada do capital estrangeiro na saúde e a compra de terras por empresas não nacionais. Como se tudo isso não fosse suficiente, a venda do controle acionário da EMBRAER resultará em centenas de demissões de trabalhadores.

O Governo e sua base aliada correm contra o tempo para entregarem tudo o que prometeram aos financiadores do golpe (o capital financeiro e a grande mídia golpista), antes que sejam varridos do poder nas eleições de outubro de 2018. É nossa tarefa impedi-los e, em caso de vitória do campo popular e progressista nas eleições de 2018, reverter todos estes crimes de lesa-pátria que estão sendo praticados por este Governo sem votos e contra a vontade do povo brasileiro.

Em defesa da EMBRAER e do Brasil!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Ezequiel Fonseca. Peço a V.Exa. que seja rápido, para encerrarmos a sessão.

**O SR. EZEQUIEL FONSECA** (Bloco/PP-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente JHC, nós esperávamos que o PLP 137 fosse votado hoje. Mas, pelo que estou vendo, não será votado de novo. Centena de distritos, inclusive no Mato Grosso, estão aguardando por este momento.

Quero também falar, Sr. Presidente, sobre o Programa de Aquisição de Alimentos — PAA. Milhares de assentados brasileiros não têm mais recursos para o PAA. É preciso resolver esse problema orçamentário antes do recesso, para atendermos a milhões de brasileiros que estão nos assentamentos. Precisamos voltar nossos olhos para eles. É preciso que o Programa de Aquisição de Alimentos seja colocado no Orçamento para que eles sejam atendidos.

Muito obrigado.





**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 19;

NÃO: 269;

TOTAL: 288.

ART. 17: 1.

QUÓRUM: 289.

OBSTRUÇÃO: 71.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.



**O SR. DELEY** (Bloco/PTB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Deley votou de acordo com o partido nas votações anteriores.



## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. STEFANO AGUIAR** (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me associar às manifestações em homenagem ao aniversário do nosso querido Estado de Minas Gerais, que atrai milhares de turistas e visitantes todos os anos. Falar desse grandioso Estado é prazeroso e, ao mesmo tempo, muito empolgante. O detalhe é que se torna impossível falar de Minas sem citar o seu povo.

Eu e os meus colegas mineiros Deputados Jaime Martins, Diego Andrade, Raquel Muniz, Misael Varella e Marcos Montes resolvemos fazer homenagem ao grande Estado de Minas Gerais porque somos apaixonados por nossa terra.

O jeito mineiro de ser é contagiante. É possível conhecer um mineiro a distância devido a sua maneira de falar, de fazer amizade e de oferecer às pessoas um pouquinho da nossa boa comida típica. É impressionante como a nossa gente sabe agradar, e sabe também encarar os problemas cotidianos.

Além dessa riqueza incrível que são as pessoas, não podemos negar que, apesar de toda a exploração mineral que sofreu durante séculos, Minas Gerais ainda possui grandes reservas minerais de ferro, ouro, alumínio, zinco e quartzo. Possui também uma agropecuária bastante expressiva. Indiscutivelmente, esse potencial econômico contribui fortemente para a elevação da balança comercial brasileira e sentimo-nos bastante felizes por isso.

O jeito simples e comunicativo de ser mineiro é um tesouro incalculável, pois abre portas e estreita relacionamentos. É comum, durante um bate-papo, uma pausa para um cafezinho com pão de queijo. Essa é a maneira de sermos amistosos, gentis.



Lá em Minas, temos festa para quase todas as frutas e legumes: Festa do Feijão, Festa da Cenoura, Festa do Morango, Festa Nacional do Milho — FENAMILHO, e por aí vai. O povo mineiro é trabalhador, festeiro e muito acolhedor. Só para se ter ideia, quando dizemos “passa lá em casa”, queremos que a pessoa realmente vá até lá. Amizade tem um significado todo especial para os mineiros.

Não há como negar o nosso orgulho de ter nascido nessa região maravilhosa. Parabenizo, portanto, Sr. Presidente, todos os nossos conterrâneos por mais 1 ano de grandes realizações. Graças a esse povo de fibra, Minas Gerais continuará sendo um dos melhores Estados para se viver, trabalhar e fazer amigos.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.



**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, a Comissão Especial de Unificação das Polícias Civil e Militar foi instalada na Câmara dos Deputados, em outubro de 2015, com o objetivo de apresentar uma proposta de reformulação do modelo de polícia existente nos Estados da Federação. De lá para cá, foram realizadas 11 audiências públicas; 24 seminários no interior do Brasil; 1 seminário internacional, com representantes das polícias da Alemanha, Áustria, Chile e França; 9 missões oficiais ao exterior, incluindo Alemanha, Itália, França, Estados Unidos, Canadá, Áustria, Chile, Colômbia e Japão; e ainda 3 missões oficiais no Brasil, em Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais.

Designado Relator, eu me senti muito honrado em desenvolver este trabalho, afinal se faz urgente, diante da crise de segurança enfrentada pelo País, uma proposta legislativa que renove o modelo policial dos Estados e reveja a configuração de segurança pública prevista no art. 144 da Constituição Federal de 1988.

É fato que o modelo de segurança desenhado pela Constituinte, aliado à paralisia legislativa em relação ao assunto nos anos que se seguiram, levou o Brasil a um nível de violência nunca visto antes, colocando o nosso País no rol das nações mais perigosas do mundo.

Ao longo de 30 anos de vigência da atual Constituição, o modelo de polícia nunca sofreu alteração, muito embora algumas propostas já tenham sido discutidas no Congresso, mas sem sucesso até agora. O resultado de tal estagnação foi o crescimento das taxas de criminalidade em nível alarmante. Somente no ano de



2016 foram registradas 61.238 (sessenta e uma mil, duzentas e trinta e oito) mortes violentas intencionais, número que equivale a sete assassinatos por hora. São mais óbitos do que os registrados em grandes conflitos internacionais. Ainda em 2016, no Brasil, foram 2.666 (dois mil seiscentos e sessenta e seis) latrocínios; 453 assassinatos de policiais civis e militares; 4.222 (quatro mil duzentas vinte e duas) mortes em decorrência de ações policiais; 1.066.674 (um milhão, sessenta e seis mil seiscentos e setenta e quatro) carros roubados ou furtados, entre 2015 e 2016, o que representa a subtração de um veículo por minuto; e ainda 49.497 (quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e sete) estupros.

Para agravar ainda mais esta situação, o Brasil é o terceiro país do mundo com a maior população carcerária. São mais de 726 mil presidiários, e o déficit de vagas ultrapassa a marca de 360 mil, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Justiça no final do ano de 2016. O caos na segurança pública se completa com a diminuição, entre 2015 e 2016, de 2,6% do total de investimentos aplicados pela União, Estados e Municípios em políticas públicas de segurança. Só a União diminuiu o investimento em 10,3%. Diante de tais índices, temos uma população, como não poderia deixar de ser, amedrontada, sem saber como agir diante de tanta violência.

A Comissão Especial de Unificação das Polícias entra exatamente nesse contexto, trazendo as experiências positivas vistas em outros países e que serviram de parâmetro para a elaboração de uma proposta legislativa.

A Comissão de Unificação tem o seu trabalho focado no modelo de polícia dos Estados, considerado bipartido, pois divide as atividades ostensivas e de investigação em duas polícias: a Polícia Militar e a Polícia Civil. Ocorre que essa



distinção provoca sérios problemas ao modelo. O fato de a Polícia Militar ser responsável pelo policiamento ostensivo e a Polícia Civil realizar atos de investigação resulta em perda de informações e ineficiência no combate à criminalidade. Essa quebra do ciclo é rara no mundo e não encontra paralelo em nenhum país desenvolvido.

Para que possamos compreender ainda melhor esta situação de polícias distintas, as taxas de elucidação de crime no Brasil estão abaixo da média mundial. Somente 8% dos homicídios no País tem autoria desvendada. Além do mais, as polícias no Brasil, diferentemente de vários países, têm baixos índices de confiabilidade do cidadão e, frequentemente, entram em confronto com a mídia. Outros pontos que merecem atenção nesse modelo ineficiente são a baixa valorização do profissional de segurança e a falta de equipamentos adequados para que exerça suas funções, estando constantemente exposto ao perigo, com poucos incentivos e proteção do Estado.

Na verdade, não existe atualmente um plano nacional de segurança pública consistente, que estabeleça objetivos, metas e mecanismos de avaliação. Daí a necessidade de uma proposta de reformulação do modelo de polícia. Passo, então, a enumerar os principais pontos abordados na proposta de emenda à Constituição:

- Reorganização da competência para legislar sobre polícia e segurança pública, dando mais poderes à União;
- Criação de um fundo constitucional para financiar a segurança pública, com aportes da União, dos Estados e dos Municípios;
- Vinculação de receita de impostos para investimentos em segurança pública, sob pena de intervenção no caso dos Estados e Municípios;



- Criação de uma Escola Nacional de Segurança Pública, para unificação da doutrina policial;
- Criação de um Centro Nacional de Estatísticas para concentração de dados sobre segurança pública;
- Criação de um Conselho Nacional de Segurança, com competências de controle da atividade policial e de edição de regulamentos para padronização de procedimentos operacionais das polícias em todo o território nacional;
- Previsão para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sejam obrigados a estabelecer planos de segurança pública, de duração decenal, com metas e sistemas de avaliação bem definidos;
- Extinção da Justiça Militar dos Estados.

O novo modelo de polícia nos Estados também deverá respeitar os seguintes princípios mínimos: carreira única, com possibilidade de acesso a todos os cargos; impossibilidade de exigência de critérios de idade máxima, sexo ou compleição física para ingresso; organização com base na hierarquia e disciplina, com estatuto civil; proibição de sindicalização e de greve; unidade de doutrina e padronização de procedimentos em todo o território nacional; valorização dos princípios de polícia comunitária, orientada para o fortalecimento da confiança entre a polícia e a sociedade; atuação orientada para a pacificação social e para o uso ordenado e progressivo da força.

Com o relatório concluído dentro do prazo previsto, contamos agora com a aprovação pela Comissão, para que a proposta possa seguir os trâmites, de forma a tornar realidade um novo modelo de segurança pública, que tem como objetivo maior mudar o cenário devastador de violência em todo o País.

Era o que eu tinha a dizer.





---

**O SR. BILAC PINTO** (DEM-MG Pronunciamento encaminhado pelo orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que me dirijo a esta tribuna para parabenizar mais uma vez o Sr. Rodrigo Aparecido, Prefeito Municipal de Andradas, Estado de Minas Gerais.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro divulgou o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, que monitora emprego, renda, educação e saúde de todos os Municípios brasileiros — os dados se referem ao ano de 2016. No sul de Minas, Andradas é a cidade melhor colocada. No Estado como um todo, Andradas é a segunda melhor colocada. No último levantamento feito, o de 2015, o Município estava em 14º lugar. Poços de Caldas vem em terceiro, subindo duas posições. Em quarto lugar, em Minas Gerais, vem Extrema, que manteve a mesma posição em relação ao último levantamento.

Em seu segundo mandato à frente da Prefeitura de Andradas, o Prefeito instituiu uma política séria de controle de gastos públicos. O resultado obtido é que as contas estão em dia! Além do corte nas despesas, um trabalho de conscientização contra o desperdício tem sido feito junto aos servidores. A economia de materiais no âmbito administrativo possibilita investimento em serviços prestados à comunidade.

O Prefeito Rodrigo enaltece que esse resultado só pode ser alcançado pela boa gestão, mas também com as contribuições recebidas através de convênios firmados e de emendas parlamentares que propiciaram investimentos em setores prioritários e, com isso, beneficiaram a população. Salienta, ainda, que em virtude de dívidas herdadas de administrações anteriores, relativas, por exemplo, ao Instituto de Previdência dos Servidores, que exigiu um aporte financeiro de aproximadamente



R\$ 13 milhões, os investimentos poderiam ter sido ainda mais vultosos. Para o Prefeito, cabe aos Municípios trabalhar para garantir as melhorias que a população espera.

Gestões como a do Prefeito Rodrigo corroboram a ideia de que a boa política colhe sempre bons frutos e têm que ser sempre enaltecidas e divulgadas! Parabéns ao Prefeito Rodrigo Aparecido e parabéns a Andradas!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.



**O SR. ANTONIO BULHÕES** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a saúde pública, se me permitem o chavão, está na UTI, e todos sabemos por quê: demanda crescente, escassez de recursos orçamentários, má distribuição dos recursos humanos, ineficiência de gestão, desvios de práticas e exames cada vez mais complexos e caros, com exigência de uso intensivo de tecnologia. Há, portanto, muitas distorções a corrigir. Mas há, por outro lado, um espaço grande para se usar de criatividade, de forma a otimizar as condições do atendimento.

Vejam, por exemplo, nobres colegas, a notícia que chega quanto à adoção do que está sendo chamado de “medicina a distância” ou teleconsultoria. O que vem a ser isso? O serviço consiste na troca de informações entre colegas médicos acerca de procedimentos a serem adotados em determinado caso. Profissionais se aconselham por telefone, poupando idas e vindas dos pacientes, evitando novas marcações e diminuindo as filas e a sobrecarga do Sistema Único de Saúde — SUS.

E não só médicos podem adotar o procedimento, mas também dentistas, enfermeiros e demais profissionais na ponta do atendimento do SUS. É especialmente aplicável na atenção primária.

O serviço vem sendo oferecido por um programa ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS batizado de Telessaúde. Conta com o apoio do Governo gaúcho e é subsidiado pelo Ministério da Saúde.

O Telessaúde já fez mais de 90 mil consultorias a médicos de todo o País, sempre por via telefônica — a ligação é gratuita —, muitas vezes com uso de imagem. O índice de resolução está na casa dos 62%, ou seja, seis em cada dez casos clínicos atendidos no programa são resolvidos no posto de saúde, sem



necessidade de encaminhamento a especialistas.

O programa também regula a lista de espera por especialistas. No interior gaúcho a redução da fila foi de 47% — de 170 mil, a fila foi reduzida a 90 mil pessoas. Há déficit de 3 mil a 5 mil consultas por mês.

Observe-se que essas filas, em geral, não levam em conta as condições do paciente. Casos graves se misturam a outros de menor gravidade, fazendo com que a pessoa fique esperando por muito tempo, não raro piorando sua condição clínica.

Pois bem, Sr. Presidente, vejamos uma situação prática. Durante atendimento recente, depois da anamnese, a médica ficou em dúvida se receitava determinado medicamento, que poderia ter efeitos adversos, em face das condições gerais de saúde do paciente. Em uma ligação para o especialista, que estava a uma distância de mais de 600 quilômetros, a questão foi dirimida. Após várias perguntas, o especialista consultado deu sua opinião: no caso, não era recomendável a prescrição. Além disso, fez recomendações bastante pertinentes ao caso, que provavelmente não ocorreria à médica fazer.

Qualquer dúvida, em princípio, pode ser dirimida. A sala de teleatendimento, na região central de Porto Alegre, lembra uma central de *telemarketing*, onde se encontram médicos de 15 diferentes especialidades, além de enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas e farmacêuticos.

A partir de julho, outro serviço, o de regulação da fila, será replicado em cinco capitais: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Manaus, Maceió e Brasília. Juntas, essas cidades têm filas de mais de 500 mil pessoas, em 14 especialidades. Em Porto Alegre, há mais de 90 mil pessoas à espera de especialistas. Outras 9 mil aguardam cirurgias gerais.



Entre os parceiros está o Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo, que investirá R\$ 37 milhões, oriundos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS — PROADI-SUS, programa do Ministério da Saúde pelo qual hospitais filantrópicos recebem isenção fiscal federal em troca de parcerias com o SUS.

No interior gaúcho, após a regulação, foi possível reduzir o tempo na fila de espera em 60%, em média. A demora para conseguir um neurologista, por exemplo, caiu 90% (de 647 dias para 67 dias). Na pneumologia, a redução foi de 89% (de 256 para 28 dias).

Com a regulação, um núcleo de médicos do Telessaúde avalia os pedidos de encaminhamento a especialistas, priorizando os casos mais urgentes. A análise se baseia em protocolos clínicos para 250 doenças, como diabetes, hipertensão, insuficiências cardíaca e renal crônicas. Quando há dúvida sobre a necessidade do atendimento especializado, o especialista entra em contato com o médico do posto e rediscute o caso.

A telemedicina é uma tendência moderna, excelente ferramenta para a atenção primária. Entretanto, não resolve tudo. Não consegue resolver, por exemplo, filas de espera por procedimentos mais complexos quando o Município não dispõe de uma rede adequada.

Qualquer esforço, qualquer avanço, porém, deve ser comemorado. É preciso ousar e experimentar. O que não pode é as autoridades de saúde e o poder público, de forma geral, continuarem de braços cruzados, testemunhando o caos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



**O SR. LUCIANO DUCCI** (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda nesta semana, devemos votar na Comissão Mista de Orçamentos, formada por Deputados e Senadores, o parecer ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que pode garantir mais recursos para a educação. Sou Relator setorial das áreas de educação e cultura do Orçamento de 2019, as áreas de educação e saúde pautam minha atuação na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

Uma das emendas incluídas no relatório é de minha autoria e prevê que pelo menos 10% do valor das emendas individuais, de Deputados e Senadores, terão de ser direcionadas à educação. Hoje são 4,1%. Se a mudança for aprovada, teremos mais 450 milhões de reais para o setor.

Foi um grande passo conseguir incluir a proposta de emenda, que ainda depende de aprovação na Comissão Mista, além de ter que passar pelo plenário do Congresso Nacional e depois por sanção presidencial.

A proposta dará mais recursos ao Ministério da Educação e aos Governos e Prefeituras, para reformar, ampliar ou construir novas creches e escolas de ensino fundamental.

Outra proposta minha ao Orçamento da União permite que as emendas individuais dos Parlamentares podem ser direcionadas ao custeio da educação, possibilitando que os recursos sejam direcionados direto para o Fundo Nacional da Educação e possam ser utilizadas para qualquer despesa corrente que Estados e Municípios tenham na área da educação.

Será um grande avanço para quem acredita que devemos valorizar e qualificar os professores e, mais ainda, investir cada vez mais na qualidade do



ensino público. Todos nós sabemos que a educação, com melhores investimentos, terá condições de dar o salto necessário para preparar a nova geração de brasileiros, com condições de exercer a cidadania plena, contribuindo de forma significativa para a construção do nosso País.

Outras emendas foram apresentadas e mereceram meu apoio. Entre elas, a que coloca como prioridade em 2019 as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e as ações de enfrentamento à violência contra a mulher; a proibição do contingenciamento de recursos captados pelas universidades e instituições públicas de ciência e tecnologia, como doações e convênios; o aumento do orçamento para ações e serviços públicos de saúde equivalentes ao crescimento populacional em 2018; reajuste de 5% dos recursos para a atenção básica em saúde e para procedimentos de média e alta complexidade; destinação de uma emenda obrigatória de bancada estadual do Congresso para ações do Ministério da Educação e outra, para o Ministério da Saúde; recursos totais para a educação e a assistência social corrigidos pela inflação.

É de ressaltar, e vejo isso com entusiasmo, a Comissão Mista preocupada com dois temas que são o foco de meu mandato: a saúde e a educação.

Nos próximos dias, teremos a oportunidade de confirmar que esta preocupação também é do conjunto do Congresso Nacional. Em seguida, para conferir a importância que o Governo atual considera necessária para o Orçamento do ano que vem, que pode nortear os investimentos nas áreas para os futuros governos.

De minha parte, continuarei mobilizado em favor das minhas propostas, para convencer Deputados e Senadores da importância de elas serem aprovadas.



Educação como prioridade é praticamente unanimidade no pensamento dos brasileiros. O que é preciso é fazer isso na prática.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos canais de comunicação desta Casa.





**O SR. ROBERTO BALESTRA** (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e *Rádio Câmara*, tenho reiterado, sempre que tenho oportunidade de usar a palavra nesta Casa ou em minhas andanças pelo Estado, o papel primordial da agricultura no desenvolvimento do País. Esse é o setor que pode levar o nosso País ao protagonismo mundial, reforçando uma vocação nossa.

Por isso, é com grande alegria que venho mais uma vez à tribuna desta Casa para comemorar os dados do levantamento do Instituto Mauro Borges, responsável pelos estudos socioeconômicos em Goiás. A pesquisa mostra que as riquezas produzidas no meu querido Estado subiram 1,8% no primeiro trimestre, diante de um crescimento de 1,2% no Brasil como um todo.

Goiás tem o terceiro melhor indicador entre os oito Estados que divulgam seus dados sistematicamente, atrás apenas de São Paulo e Pernambuco. Essas pesquisas têm comprovado que a economia goiana tem crescido mais que a média brasileira e que o nosso País, embora ainda de forma tímida, tem conseguido sair do abismo em que foi colocado pelas escolhas equivocadas do Governo anterior.

Como Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, ressalto ainda que o setor de agricultura e pecuária, mais uma vez, foi o principal responsável pelos bons números apresentados pelo Estado de Goiás. Esse setor, que tanto defendo nesta Casa, cresceu 4,3% no primeiro trimestre de 2018.

Também obtivemos bons resultados nos setores de indústria e de serviços, que cresceram 1,8% em Goiás, mais uma vez acima do crescimento médio no Brasil, que foi de 1,6% neste início de ano. O que impulsionou esse crescimento da



indústria é algo que também traz um alento para o futuro do País: a recuperação do segmento de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, que acumula alta de 18,1% no primeiro trimestre de 2018, o que mostra que a economia vem melhorando e, com ela, o consumo.

Esperamos que esses resultados possam se repetir nos próximos meses e que a melhora dos números da economia em Goiás e no restante do Brasil seja cada vez mais sustentável. Continuo na defesa, aqui nesta Casa, do setor agropecuário, pois tenho convicção do seu papel fundamental nessa retomada. Tenho certeza de que, ao fim deste ano, poderemos olhar para frente com otimismo. O País aprendeu a lição com o quanto nos custou o que felizmente já deixamos para trás.

Sr. Presidente, peço a V. Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



**O SR. DR. SINVAL MALHEIROS** (Bloco/PODE-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, senhoras e senhores que me ouvem pela *Rádio Câmara*, que me veem pela *TV Câmara* ou me leem pela Internet, pelas redes sociais ou inclusive pela Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS, em particular os ilustres cidadãos do meu Estado, São Paulo, os quais tenho orgulho de aqui representar, venho hoje a esta tribuna, com muita alegria e orgulho, falar sobre uma jovem de Catanduva, cidade onde mantenho meu domicílio eleitoral. Essa jovem, com sua inquietude, pode reinventar a forma de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor de doenças como *chikungunya*, dengue, febre amarela e zika.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, como sabemos, a população desse mosquito é uma preocupação anual para grande parte dos Municípios brasileiros. Durante o verão, quando as altas temperaturas e os índices pluviométricos são maiores em lugares de clima tropical e subtropical, as condições se tornam favoráveis para a reprodução do mosquito e para a eclosão dos ovos depositados previamente, que podem resistir até 450 dias sem contato direto com a água.

O crescimento populacional do *Aedes* gera como consequência o aumento do número de casos das doenças já citadas. Segundo boletim da Secretaria de Vigilância e Saúde, somente nas três primeiras semanas de 2018, foram registrados 9.399 casos prováveis de dengue no Brasil, 43,3% deles na região Sudeste.

Pois bem, nobres Parlamentares, nascida em Catanduva, no interior do meu Estado de São Paulo, Luisa Hamra, de 19 anos, presenciou no início de 2015 a maior epidemia de dengue da história do Município. Naquele ano, foram registrados, até o final de março, mais de 10 mil casos da doença, em uma população de 118 mil



habitantes, ou seja, havia um cidadão infectado para cada 11 moradores. Inclusive, é importante lembrar, fui uma das vítimas nesse mesmo período.

Diante da situação, Luisa decidiu estudar por conta própria a morfologia e o comportamento do *Aedes aegypti*. Em suas pesquisas, descobriu não só que o mosquito consegue identificar locais com potencial para se tornarem focos de água parada como também que a forma mais utilizada de combate ao mosquito, o fumacê, um veículo com pulverizador de inseticida acoplado, é ineficaz.

Para piorar, em março de 2015, um dos componentes utilizados no inseticida, Malathion, foi classificado pela Organização Mundial da Saúde como potencial cancerígeno.

Depois de identificar os hábitos e a estrutura morfológica da larva do mosquito, Luisa, que em 2015 tinha 16 anos e cursava o segundo ano do ensino médio, chegou a um método para combater a proliferação do mosquito. Ao somar os conhecimentos em Química adquiridos na escola às suas pesquisas na Internet, a estudante desenvolveu no banheiro de sua casa, com equipamentos caseiros e componentes encontrados em produtos de supermercados, um gel adesivo capaz de matar as larvas do *Aedes*.

O gel, fixado em locais propícios para se tornarem focos de proliferação, tem comportamento similar ao ovo do mosquito, já que só é ativado quando em contato direto com a água. O produto tem a capacidade de destruir as larvas em menos de 24 horas e de repelir o mosquito com a ação da citronela. Dessa forma, evita que haja nova desova no local onde está o adesivo. Segundo a estudante, uma única unidade pode manter o lugar livre da praga por, pelo menos, 2 semanas.

A iniciativa da jovem repercutiu internacionalmente. Em 2016, entre 73



inscritos, Luisa teve seu projeto premiado pelo concurso Village to Raise a Child, promovido pelo núcleo de colaboração e inovação social da Universidade de Harvard. A competição contemplou cinco iniciativas de jovens empreendedores que propuseram soluções referentes a problemas enfrentados por suas comunidades. Em 2017, os estudantes escolhidos passaram por 1 semana de capacitação na Universidade de Harvard, receberam recursos para o financiamento de seus projetos, além de apresentarem suas ideias no Igniting Innovation Summit, evento que aborda inovações sociais.

No momento, o produto desenvolvido pela jovem está em fase de patente, com previsão de finalização ainda neste ano. Para a estudante, a viabilidade de fabricação do adesivo é alta, devido ao baixo custo de produção e a simplicidade do processo.

Luisa, que estuda Administração graças a um financiamento do programa Líderes, da Fundação Estudar, organização sem fins lucrativos criada pelo empresário Jorge Paulo Lemann, diz que atualmente procura empresas do segmento de produtos de limpeza para uma possível parceria na produção do gel. Médico há mais de 40 anos e Deputado Federal, eu lhes digo que é muito gratificante tratar sobre esse assunto nesta tribuna.

Senhoras e senhores, em busca de propósito, essa cidadã brasileira, lá da minha doce Catanduva, é a prova de que jovens focados e batalhadores poderão garantir um futuro melhor para o nosso País!

Querida Luisa, sem dúvida nenhuma, você é a maior prova de que o nosso País ainda pode dar certo. Parabéns!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já está na pauta da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle o acórdão do Tribunal de Contas da União sobre a solicitação do Congresso Nacional, mediante a Proposta de Fiscalização e Controle nº 86, de 2016, encaminhada pelo Ofício nº 150/2017/CFFC-P, de 23 de agosto de 2017, de minha autoria.

O objeto da proposta é a realização conjunta com o Tribunal de Contas da União (TCU) de auditoria nos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) aplicados no Município de Uberlândia e no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU).

Os trabalhos foram conduzidos pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG), que auditou o Município de Uberlândia, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o Hospital de Clínicas e a Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (FAEPU), no período compreendido entre 27 de novembro de 2017 e 20 de fevereiro de 2018.

Foram realizados procedimentos de auditoria também na Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e no Ministério da Saúde, por meio de solicitação de documentos, indagação escrita, inspeção física, registros fotográficos, análise documental, entrevistas com gestores e usuários, bem como aplicação de questionários.

Foi realizada a visita *in loco* ao Município de Uberlândia, onde foram realizadas entrevistas não estruturadas com servidores do Município, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), do Hospital de Clínicas da UFU e da Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (FAEPU). Foram



solicitados documentos desses órgãos e entidades, para exame documental, e foi feita indagação escrita sobre eventuais dúvidas. Realizou-se ainda a inspeção física no Hospital Municipal Dr. Odelmo Leão Carneiro, na Unidade de Atendimento Integrado (UAI) Tibery, na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Pacaembu III, na UFU, no Hospital de Clínicas da UFU e também na FAEPU.

A solicitação foi motivada por denúncias de que o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia passa por uma grave crise financeira, tendo chegado até mesmo a interromper o atendimento, em grande parte causada pelo atraso no repasse de recursos por parte do Estado. O Hospital também apresentava a informação sobre déficit mensal que o Ministério da Saúde dizia não ter comprovação.

Em resumo, a unidade técnica selecionou uma amostra dos recursos descentralizados nos exercícios de 2016 e 2017 e analisou os repasses da União e do Estado de Minas Gerais para o Município de Uberlândia, para a UFU e, por consequência, para a FAEPU.

Foram constatadas as seguintes falhas e irregularidades que comprometem a gestão da saúde pública no Município auditado:

1- Atraso no repasse de recursos para o Município de Uberlândia.

O Governo do Estado de Minas Gerais não realizou o repasse de recursos devido ao Município. O Estado de Minas Gerais não teria repassado ao Município, que inclusive entrou na Justiça, mais de R\$52 milhões, referentes a 2016 e 2017: R\$29.113.076,39, referentes ao exercício de 2016; R\$23.249.085,08, referentes ao exercício de 2017.

2- Atraso no repasse de recursos devidos à FAEPU pelo Governo de Minas.



O Estado de Minas Gerais deixou de repassar à FAEPU quase R\$12 milhões, referentes ao Hospital de Clínicas, no período de 2015 a 2017 — precisamente, R\$11.924.981,98, referentes aos exercícios de 2015 a 2017

O Relator destacou que encaminhou a irregularidade dos repasses para o Tribunal de Contas do Estado e para o Ministério Público de Minas Gerais, para que ambos adotem as providências necessárias, e determinou à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde que apure se o Estado de Minas Gerais não vem repassando devidamente os recursos da Pasta destinados ao Município e ao HC-UFU e informe no prazo de 30 dias as medidas adotadas.

3- Demora no repasse de recursos do Governo Federal.

Os recursos do SUS são direcionados inicialmente ao Município e, após, à UFU, sendo que a UFU repassa à FAEPU com um prazo de 3 a 8 dias da data de crédito da ordem bancária na UFU. É importante registrar que, pelo fato de a FAEPU não pertencer ao poder público, eventual falta de orçamento do HC-UFU é compensada pela contratação de empréstimos pela Fundação.

4- A FAEPU encontra-se endividada, fato que merece a atenção do Ministério Público Estadual.

Sobre esses recursos, não há controle estruturado, para garantir maior eficiência em sua gestão. Ao longo dos anos, de modo a cobrir déficits orçamentários, a FAEPU tomou empréstimos e hoje possui elevado passivo junto a fornecedores e bancos. Por conta disso, boa parte dos seus recursos são consumidos com encargos financeiros.

Além de encaminhar a questão ao Ministério Público, o TCU determinou à SecexEducação que, quando da instrução das contas anuais da Universidade





Federal de Uberlândia, analise a questão de forma mais aprofundada.

Registra-se que a fiscalização das fundações de apoio é de responsabilidade do Ministério Público do Estado de Minas.

5- Deficiência na gestão e no controle de recursos aplicados no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

Os recursos da União são geridos pela UFU, incluindo recursos de outras fontes, a exemplo daqueles originários do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), enquanto que os recursos do SUS são geridos pela FAEPU. E se verificou, com relação a essa gestão:

a) a auditoria interna da UFU não realiza procedimentos regulares sobre a gestão desses recursos, pois foram 3 trabalhos em 2013 e um a cada ano, de 2014 a 2016; tampouco há auditoria interna no HC-UFU para realizar esse trabalho;

b) a UFU e a FAEPU adquirem simultaneamente alguns produtos, porém com diferença de preços de aproximadamente 100%, com o agravante de que essa prática já foi verificada na auditoria do TCU realizada em 2012, e a questão ainda não foi devidamente resolvida;

c) os procedimentos de aquisição ou contratação realizados pela FAEPU não guardam conformidade com a Lei 8.666/1993 — a Lei de Licitações — e legislação complementar, também assunto objeto de determinação constante do Acórdão do TCU 27/2010;

d) o exame dos extratos de conta-corrente — BB, Ag. 70417-2, período de novembro 2017 — e respectiva conciliação evidenciam que os recursos do SUS transitam entre diversas contas da FAEPU, sem a devida motivação, sem que haja correlação com a gestão do HC-UFU, o que demandaria existirem controles para



revisão concomitante desses procedimentos, além de que os recursos do SUS estão servindo para pagar parcelas de empréstimos, e a folha de pagamento da FAEPU consumirá aproximadamente 57,70% dos recursos do SUS em 2018 — R\$76.616.788,00;

e) há elevado gasto com plantões hospitalares, apesar da situação deficitária da FAEPU. Os recursos do SUS, geridos pela FAEPU, são executados para o pagamento de empregados do HC-UFU, fornecedores e aquisições, inclusive para pagamento da administração da FAEPU, e também são movimentados entre diversas contas da FAEPU.

O HC-UFU apresentou planilha de procedimentos realizados entre 2014 e 2016, que geraram o passivo de R\$45.060.873,05 perante o SUS, em razão da demora no processo de credenciamento feito pelo Ministério da Saúde.

O Município de Uberlândia não paga devidamente ao HC-UFU pelos serviços prestados, tampouco o Hospital possui controles adequados sobre o que lhe é devido. Por exemplo: a partir de relatório de auditoria da Controladoria-Geral da União, descobriu-se que o HC-UFU deixou de receber R\$3.625.260,00, no período de junho de 2009 a julho de 2017, em razão de prestação de serviços no CAPS-AD do Bairro Luizote de Freitas. O valor mensal devido é de R\$39.780,00, mas o Hospital recebe somente o valor de R\$32.000,00.

A UFU não cumpriu as determinações do Acórdão 706/2007-Plenário-Min. Rel. Aroldo Cedraz, modificado parcialmente pelo Acórdão 2.662/2009-Plenário-Rel. Min. José Múcio Monteiro.

Em trabalhos anteriores do Tribunal de Contas, essa relação entre a UFU e a FAEPU com o objetivo de gerir o Hospital Universitário já havia sido objeto de



apontamentos, por descumprir a Lei 8.958/1994, que regula as relações entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as fundações de apoio, em especial seus artigos 1º e 6º, que tratam de contrato com objeto específico e de prazo de contrato determinado.

O Tribunal, então, havia constatado que a UFU e a FAEPU tinham entre elas um ajuste sem prazo, cujo objeto era indefinido, genérico e não vinculado a qualquer projeto. No Acórdão 706/2007, o Tribunal já havia determinado à UFU a adoção de providências para assumir todos os contratos de serviços especializados e de natureza continuada destinados ao atendimento de demandas da Universidade, eventualmente sob a administração da FAEPU ou de outra fundação de apoio, e a implantação de sistema que permitisse ao gestor identificar, quanto às receitas do SUS, quais os ajustes a serem efetuados nas parcelas a serem repassadas à FAEPU, descontando-se os gastos custeados pela Universidade. Solicitou ainda a realização de concurso público para novos servidores para o Hospital de Clínicas.

O assunto foi retomado em 2009, e se estabeleceu prazo à Universidade Federal de Uberlândia para que informasse ao Tribunal sobre as providências adotadas e os resultados alcançados.

Passados tantos anos das deliberações, a equipe de auditoria constatou que a questão ainda não foi resolvida. Parece estar na iminência de ser resolvida, mas não pelo atendimento às determinações, e sim pelo fato de a atual administração da UFU formular pedido de adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que ainda está em andamento.

A EBSERH foi criada pela Lei 12.550/2011, e seu objetivo é, justamente, recuperar os Hospitais Universitários vinculados às Universidades Federais que



passam por problemas como: infraestrutura inadequada, mão de obra terceirizada de forma irregular e dificuldades na gestão dos recursos.

Após a realização de auditoria operacional na EBSERH, em 2014, a conclusão alcançada pelo TCU foi a de que a atuação da empresa contribuiu de maneira significativamente positiva para o aprimoramento da gestão e da prestação dos serviços de saúde nos Hospitais Universitários.

Os recursos do SUS (R\$125.540.154,00) não cobrem o custo anual do HC-UFU (R\$382.512.859,00), impondo a utilização de verbas da função educação em atividades da função saúde, podendo a participação da UFU ser ainda maior, se parte dos recursos do SUS não forem aplicados na gestão do HC-UFU. Daí a necessidade de implementação de melhorias sobre o controle desses recursos por parte da UFU.

O Tribunal de Contas da União então determinou novamente à Fundação Universidade Federal de Uberlândia, enquanto não ocorra a efetiva adesão do HC-UFU à EBSERH:

a) adoção das providências necessárias à assunção, no prazo de 60 dias, dos contratos de natureza continuada destinados ao atendimento de demandas da Universidade eventualmente sob a administração da FAEPU ou de outra fundação de apoio;

b) implantação, no prazo máximo de 60 dias, do sistema efetivo de aferição a ser utilizado para permitir ao gestor identificar, em relação às receitas do SUS, quais os ajustes a serem efetuados nas parcelas a serem repassadas à FAEPU, descontando-se os gastos custeados pela Universidade.

6- A estrutura das unidades de saúde pública instaladas na cidade de



Uberlândia não atende à demanda existente pelo serviço.

As unidades de entrada no sistema de saúde e unidades de atendimento integrado, por exemplo, não possuem capacidade adequada. Foi constatado atendimento de pacientes nos corredores.

Já o Hospital Municipal de Uberlândia (HMU) possui estrutura adequada, entretanto, em razão da alta demanda, recusa grande parte dos pedidos de transferência realizados, algo em torno de 78% dos pedidos de atendimento e internação.

Nas unidades de saúde visitadas pela equipe de auditoria do TCU, identificaram-se os problemas comumente existentes na área de saúde pública no Brasil: pacientes sendo atendidos em macas nos corredores, enormes filas para marcação de consultas e exames e utilização das unidades básicas de saúde como hospitais por falta de vagas nos hospitais.

7- Judicialização da saúde tem gerado impacto na saúde pública do Município.

A judicialização da saúde tem sido largamente utilizada. Segundo o Município, isso tem gerado entre 15 e 20 ações diárias para a realização de internação e exames e ainda para a compra de medicamentos, por se tratar de direito fundamental, com responsabilidade compartilhada entre todos os entes federados.

O Relator destacou que a judicialização da saúde é reflexo de um sistema que não consegue atender a contento à demanda da população, que acaba por recorrer ao Judiciário como última alternativa. Trata-se de problema nacional que vem sendo debatido nas três esferas de governo e que já alcançou o Supremo Tribunal Federal. Também é tratado em outra fiscalização do TCU.



8- “Raposa cuidando do galinheiro”

O Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais é o Presidente do Conselho Estadual de Saúde, mas o gestor máximo do órgão fiscalizado não pode também ser o representante máximo do conselho que o fiscaliza.

9- Falhas no sistema do Ministério da Saúde de Monitoramento de Obras.

Diversos vícios de construção foram detectados, mas o sistema aponta que as obras foram concluídas. Especificamente a UPA Pacaembu III consta como concluída, mas o laudo de avaliação a tornou imprópria para prestação de serviços médicos, tendo em vista a existência de diversos vícios de construção.

O Tribunal determinou à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde:

a) no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, verificar a regularidade na execução dos empreendimentos: UPA Córrego do Óleo, UPA Novo Mundo e UPA PACAEMBU III, inclusive proceda à instauração de tomada de contas especial, se for o caso, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, nos termos do art. 4º, § 5º, da mencionada Instrução Normativa.

Outros encaminhamentos à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde:

- dar ciência para a tomada de providências do descumprimento do princípio constitucional da eficiência na falta de regularidade no repasse de recursos do SUS ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC/UFU), que é prejudicial ao cumprimento da regularidade no pagamento de empregados e de fornecedores de produtos e serviços à disposição do HC-UFU, mas que ainda são de responsabilidade da FAEPU;

- dar ciência para a tomada de providências de que o atual Secretário de Estado da Saúde de Minas Gerais exerce a função de Presidente do Conselho



Estadual de Saúde de Minas Gerais, gestão 2017-2019, não observando a Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de maio de 2012, c/c os princípios da moralidade, imparcialidade e eficiência da administração pública, na forma do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Encaminhamento ao Conselho Federal de Medicina e à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde:

- dar ciência para a tomada de providências quanto à possível utilização das Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), para a internação e permanência superior a 24 horas de usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Uberlândia, em descumprimento ao princípio constitucional da eficiência; ao art. 7º, II, da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990; ao art. 7º, IX e X, da Portaria MS nº 342, de 4 de março de 2013; e da Resolução CFM 2.079/2014, arts. 12 e 15.

Encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e ao Ministério Público de Minas Gerais:

- providências sobre o fato de o Estado de Minas Gerais não repassar, com regularidade, os recursos destinados à prestação de serviços de saúde do Sistema Único de Saúde ao Município de Uberlândia e ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU), possuindo débito respectivamente de R\$52.362.161,47 e de R\$11.924.981,98, contrariando a Constituição e os arts. 4º e 7º, XI, da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Encaminhamento à Prefeitura Municipal de Uberlândia e à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde:

- dar ciência sobre a necessidade do regular funcionamento do Conselho



Municipal de Saúde, requisito para o repasse de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando a informação constante dos Ofícios nºs 166 e 167 encaminhados ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual de Minas Gerais, em que o Conselho informa sobre limitações na atuação do colegiado e no atendimento às solicitações feitas pelo referido conselho ao Município de Uberlândia.

Encaminhamento ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais:

- dar informações sobre o alto endividamento verificado na Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (FAEPU), a exemplo do balancete da FAEPU que aponta, respectivamente, os valores do passivo circulante e não circulante, nos valores de R\$59.177.227,00 e R\$10.393.686,00, referentes ao mês de referência de setembro de 2017.

Limitações informadas pelos técnicos do TCU:

- curto prazo para a fiscalização; dessa forma não foram examinados os atos de gestão dos recursos do SUS pelo Município e pela Universidade Federal de Uberlândia;

- ausência de dados abertos para consulta em portais da Internet das Secretarias de Saúde do Estado de Minas Gerais e do Município de Uberlândia, envolvidas na fiscalização;

- limitações de acesso a sistemas que tenham dados pessoais dos beneficiários do SUS; e

- falta de capacitação técnica na área médica que permitiria o exame de documentos de pacientes. O Tribunal recomenda inclusive que essa questão exige aprofundamento por parte de profissional médico, para avaliação da estrutura de





atendimento do Município de Uberlândia.

Solicito que o meu pronunciamento tenha ampla divulgação no programa *A Voz do Brasil*.



## **VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ  
Número Sessão: 183.4.55.O  
Data: 11/07/2018

REDAÇÃO FINAL  
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD  
Montagem: 5199

---

O SR. PRESIDENTE (JHC) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Encerro a sessão, convocando Sessão Extraordinária para quinta-feira, dia 12 de julho, às 9h5min, que será transformada em Comissão Geral para discutir *A marcha para a ciência: o presente e o futuro do setor de ciência e tecnologia no País.*

Convoco também Sessão Não Deliberativa de Debates para quinta-feira, 12 de julho, às 14 horas.

Lembro que foi convocada Sessão do Congresso Nacional para hoje, quarta-feira, dia 11 de julho, às 18 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, com Ordem do Dia já divulgada.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 183.4.55.O**  
**Data: 11/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

*(Encerra-se a sessão às 17 horas e 19 minutos.)*